

MESTRADO EM ESTUDOS MEDIEVAIS

**Uma Memória Anónima**  
*A Crónica Breve do Arquivo Nacional*

Diana Fontão

**M**

2023



Diana Fontão

**Uma Memória Anónima**  
***A Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo  
Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

# Sumário

Declaração de honra .....	5
Agradecimentos .....	6
Resumo .....	7
Abstract .....	8
Índice de Figuras .....	9
Índice de Tabelas.....	10
Lista de abreviaturas .....	11
Introdução.....	12
1.A <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	15
1.1. Estudos e edições da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	15
1.2. A designação <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	20
Considerações finais.....	22
2.Estudo codicológico .....	24
2.1. O Livro 4 de Inquirições de Afonso III .....	25
2.2. Os fólios 6v-7v .....	30
Considerações finais.....	32
3.A tradição discursiva da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	35
3.1. O modelo da <i>Primeira Crónica Portuguesa</i> .....	36
3.2. Evolução semântica do campo lexical da morte .....	41
Considerações finais.....	43
4.As fontes conhecidas da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	45
4.1. A <i>Crónica de Portugal de 1419</i> .....	47
4.2. A <i>Primeira Crónica Portuguesa</i> .....	51
4.2.1. A lição Moliana .....	55
4.3. Outras fontes da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	58
4.3.1. A <i>Crónica de Espanha de 1344</i> .....	61
4.3.2. Os Anais Portugueses .....	63
4.3.3. Os testamentos de Dinis e os documentos fundacionais do mosteiro de Odivelas ....	67
Considerações finais.....	70
5.A redação da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	73

5.1. A datação da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	73
5.2. O contexto de redação da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	77
5.3. A tipologia textual da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	79
Considerações finais.....	89
6.A receção da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	90
6.1. As cópias de António Brandão e de José de Cristo.....	90
6.2. A refundição do <i>Tratado Geral de Nobreza</i> .....	98
Considerações finais.....	105
Conclusão.....	108
Referências Bibliográficas .....	110
Anexos.....	123
Breve introdução à edição .....	123
Edição da <i>Crónica Breve do Arquivo Nacional</i> .....	126

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 2023

Diana Sofia Salgado Fontão Machado

## Agradecimentos

Não poderia começar sem agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor José Carlos Miranda, pelo incansável apoio oferecido na escrita desta dissertação, bem como ao longo do meu percurso de aprendizagem na investigação da literatura medieval. Sem o Professor, nada do que fiz seria possível, pelo que nenhum agradecimento será alguma vez suficiente. Obrigada.

Agradeço ainda a todos os professores do Mestrado em Estudos Medievais que me auxiliaram no processo de investigação e escrita desta dissertação. Gostaria de agradecer particularmente à Professora Doutora Maria do Rosário Ferreira, ao Professor Doutor José Meirinhos, à Professora Doutora Clara Barros, ao Doutor Filipe Alves Moreira, à Doutora Joana Gomes, ao Professor Doutor Ricardo Pichel e à Professora Doutora Covadonga Valdaliso-Casanova pelo valioso auxílio que me deram ao longo da escrita da tese. A todos, o meu sincero agradecimento.

Agradeço também ao Instituto de Filosofia e ao grupo do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade. O apoio que me disponibilizaram foi crucial e tornou possível a redação desta dissertação.

Gostaria ainda de agradecer aos colegas do Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, que ouviram e comentaram não só esta dissertação, mas também as comunicações e os artigos em que me fui aventurando. Em especial, agradeço ao Miguel Rodrigues, meu muito paciente colega na tarefa da inquirição.

Por fim, e por muito mais do que pelo apoio durante o mestrado, agradeço ao Fernando.

## Resumo

A *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, texto historiográfico do século XV, contém no manuscrito do Livro 4 de Inquirições de Afonso III o seu testemunho conhecido mais antigo. Esta dissertação combina o estudo codicológico do códice redigido em 1429 com o estudo linguístico e filológico do texto, analisando tanto as suas fontes como a sua receção na era moderna. Através da dissertação pretende-se realizar uma abordagem multidisciplinar da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, atentando também ao contexto da sua produção, possível autoria e tipologia textual.

**Palavras-chave:** anais; crónicas; historiografia do século XV; livros de inquirições; memórias

## **Abstract**

*Crónica Breve do Arquivo Nacional*, a historiographical text from the 15th century, contains in the manuscript of Livro 4 de Inquirições de Afonso III its oldest known testimony. This dissertation combines a codicological study of the 1429 codex with linguistic and philological studies of the text, analysing both its sources and its reception in the modern era. The dissertation intends to use a multidisciplinary approach to the *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, by also noticing to the context of its production, possible authorship, and textual typology.

**Key-words:** 15<sup>th</sup> century historiography; anals; books of inquiries; chronicles; memories



## Índice de Figuras

FIGURA 1 - ASSINATURA DE AFONSO PERES .....	26
FIGURA 2 - ASSINATURA DE YŪSUF IBN IBRAHĪM IBN YŪSUF AL-LAHMĪ (JUFEZ) .....	27
FIGURA 3 - TÍTULO DO ÍNDICE, DECORADO COM UMA FIGURA HUMANA .....	28
FIGURAS 4, 5 E 6 – FÓLIOS 6V-7V DO LIVRO 4 DE INQUIRIÇÕES DE AFONSO III (CBAN) .....	30
FIGURAS 7 E 8 – INICIAIS FILIGRANADAS NO F. 6V (CBAN) E NO F. 10V .....	31
FIGURAS 9, 10 E 11 – EXEMPLOS DA ESCRITA DAS LETRAS “J” E “H” NO ÍNDICE E NA CBAN .....	32
FIGURA 12 - ASSINATURA DE AFONSO PERES (1428) .....	78
FIGURA 13 – PROPOSTA DE <i>STEMMA</i> DA TRANSMISSÃO TEXTUAL DE CBAN.....	107

## Índice de Tabelas

TABELA 1 – <i>CORPUS</i> DE CAPÍTULOS DA <i>PRIMEIRA CRÓNICA PORTUGUESA</i> E DA <i>CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL</i> .....	37
TABELA 2 – ATOS DISCURSIVOS DA <i>PRIMEIRA CRÓNICA PORTUGUESA</i> E DA <i>CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL</i> .....	37
TABELA 3 – MACROESTRUTURA DA <i>PRIMEIRA CRÓNICA PORTUGUESA</i> E DA <i>CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL</i> .....	39
TABELA 4 – NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE VERBOS DO CAMPO SEMÂNTICO DA MORTE NA <i>PRIMEIRA CRÓNICA PORTUGUESA</i> E DA <i>CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL</i> .....	42
TABELA 5 – COLAÇÃO DAS CÓPIAS DE ANTÓNIO BRANDÃO E DE JOSÉ DE CRISTO .....	91
TABELA 6 – COLAÇÃO DA REFUNDIÇÃO DO <i>TRATADO GERAL DE NOBREZA</i> .....	99

## Lista de abreviaturas

ALC. 121.....	<i>MISCELÂNEA HISTÓRICA, ANTÓNIO BRANDÃO</i>
ANTT.....	<i>ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO</i>
BNP.....	<i>BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL</i>
BPMP.....	<i>BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO</i>
C1344.....	<i>CRÓNICA DE ESPANHA DE 1344</i>
C1419.....	<i>CRÓNICA DE PORTUGAL DE 1419</i>
CBAN.....	<i>CRÓNICA BREVE DO ARQUIVO NACIONAL</i>
CL.....	<i>CHRONICON LUSITANO</i>
IV <sup>a</sup> CB.....	<i>IV<sup>a</sup> CRÓNICA BREVE DE SANTA CRUZ DE COIMBRA</i>
L4AIII.....	<i>LIVRO 4 DE INQUIRIÇÕES DE AFONSO III</i>
LdN.....	<i>LIVRO DA NOA</i>
Ms. 86.....	<i>MISCELÂNEA REFERIDA AO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA</i>
PCP.....	<i>PRIMEIRA CRÓNICA PORTUGUESA</i>
TGN.....	<i>TRATADO GERAL DE NOBREZA</i>

## Introdução

Nos fólhos 6v-7v do Livro 4 de Inquirições de Afonso III, entre cópias de múltiplos documentos, esconde-se um pequeno texto medieval. Conheceu vários nomes, alguns adequados, outros não tanto. Na sua cópia, foi decorado e cuidadosamente grafado, mantendo-se legível até aos dias de hoje. Mais tarde, foi também comentado, riscado, transcrito, estudado. Se atualmente conhecemos os nomes de quem o estudou após a Idade Média, nada sabemos de quem o fez.

Nesta dissertação chamo-lhe *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, palavras que não constam nos seus fólhos. Podia ter optado por outros nomes, dos vários que lhe foram atribuindo a cada transcrição. De um deles, *Memória Anónima da Torre do Tombo*, gerou-se o título desta dissertação. Uma memória anónima, expressão que poderia definir o texto em estudo. Similarmente, poderia identificar o seu autor, aquele cuja memória se perdeu, obscurecida pelos séculos volvidos desde que redigiu aquele que talvez seja o único texto que nos legou. Nem todos tiveram o mesmo sucesso. Ainda assim, este texto, redigido por alguém esquecido, perdura. Incluído num livro encontrado no lixo, talvez até erroneamente catalogado, composto por alguém cuja função seria copiar, reproduzir, repetir. 594 anos depois, este texto existe. Uma memória anónima, sem autor, sem título, quase sem memória de ainda que subsiste.

A historiografia medieval portuguesa contém obras volumosas, nomes prestigiados, narrativas imponentes. Resolvi, na dissertação que agora início, estudar um texto pequeno, obscuro, burocrático. Procuo, se a tal posso ousar, estudá-lo na sua vastidão de mistérios, indagações e dilemas. Este texto passou dois anos nas minhas mãos, que tocaram o pergaminho do seu testemunho. Ocupou a totalidade dos meus dias e da minha própria memória, que agora partilho na forma desta dissertação.

No seu estudo procurei uma abordagem ampla, auxiliada por uma metodologia multidisciplinar. Cada um dos seis capítulos que se seguem é o resultado de um estudo distinto, pelo que foram incluídas considerações finais no final de cada. O primeiro capítulo abordará o estado atual do estudo da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, dividindo-se entre estudos, transcrições e designações que conheceu. Nesta

dissertação, a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* será essencialmente estudada como texto de cópia única com receção. Por esse motivo, no estudo codicológico que ocupa o segundo capítulo, realizado através da consulta, inquérito e análise do manuscrito, será estudado apenas o testemunho do Livro 4 de Inquirições de Afonso III. Este estudo proporcionará um melhor entendimento do suporte material em que se insere o texto, bem como do contexto em que em que foi produzido.

Na análise linguística, tema do terceiro capítulo, realizada de acordo com as metodologias da linguística histórica e da pragmática linguística, a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* será dividida nos seus atos discursivos, podendo, dessa forma, observar-se o molde textual utilizado na sua construção. Para identificar qual a origem desse molde, será realizado o mesmo processo no texto da *Primeira Crónica Portuguesa*. Serão tidas em conta as aberturas dos atos discursivos de cada um dos textos e, mediante uma análise comparativa, atentar-se-á nas diferenças entre cada uma delas. Será ainda realizada uma comparação na utilização de alguns verbos, nomeadamente no campo lexical da morte, de forma a poder questionar se a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* apresenta evolução linguística em comparação com a *Primeira Crónica Portuguesa*.

O capítulo quarto, em que serão estudadas as fontes da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, será também o mais longo. Serão analisadas as fontes já conhecidas, propondo novas correspondências que não tinham ainda sido observadas entre o texto em estudo, a *Crónica de Portugal de 1419* e a *Primeira Crónica Portuguesa*. Este capítulo enquadrar-se-á numa abordagem filológica, tendo em conta a as relações textuais entre estes textos, procurando encontrar indícios que apontem para paralelismos ao nível da informação contida na *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Por conseguinte, serão observados em maior detalhe os segmentos relativos aos filhos dos reis e as datas compiladas. Para algumas das informações que não podem originar de nenhuma destas duas fontes, serão consideradas outras possíveis fontes, em particular a *Crónica de Espanha de 1344*, os anais portugueses e os testamentos de Dinis. Procurar-se-á, através da leitura destes textos, identificar novas relações ainda não exploradas na redação do texto da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Estas leituras e análises comparativas

permitirão um melhor entendimento do contexto de redação do texto, bem como da sua tipologia. Alguns temas serão tratados com maior detalhe, como a lição Moliana e a eleição da abadessa do mosteiro de Odivelas, uma vez que constituem características singulares da CBAN no âmbito da historiografia medieval portuguesa.

Procurando conhecer em mais pormenor a redação da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, o quinto capítulo tratará os temas da sua datação, contexto e tipologia textual. Este capítulo basear-se-á primariamente em estudos já realizados em torno das origens do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bem como acerca das características das tipologias dos textos medievais. Serão levantadas diversas questões, às quais se procurará responder analisando não só o texto, mas também as considerações reunidas nos capítulos antecedentes. Pretende-se, assim, não só entender quando, por quem e com que propósito foi redigida a *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, mas também relacionar a investigação realizada em seu torno ao longo da dissertação.

Por fim, no capítulo final, serão colacionados todos os testemunhos da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, estudando a receção que conheceu na era moderna. Serão tidas em conta as teorias da receção, aplicadas separadamente: comparando o testemunho medieval tanto com as duas cópias do século XVII, como com a refundição do século XVI. Este estudo terá como objetivo não só a conhecimento das versões continuadoras da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, mas procurará também responder à questão acerca do testemunho original, inquirindo se será o do Livro 4 de Inquirições de Afonso III.

Na sua totalidade, esta dissertação pretende não só estudar a *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, que nunca foi objeto de um estudo completo e individual, mas, se assim for possível, integrá-la no âmbito da historiografia medieval portuguesa. De certa forma, é realizada com a ambição de a recuperar do esquecimento a que, bem o sei, a sua dimensão e simplicidade a continuarão a sujeitar. Proponho-me, ainda que meramente durante o tempo da leitura das páginas que se seguem, trazê-la de volta à memória, apesar de anónima.

## **1. A *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

A *Crónica Breve do Arquivo Nacional* é um curto texto historiográfico, cujo testemunho mais antigo se encontra nos fólios 6v-7v do Livro 4 de Inquirições de Afonso III, conservado no Fundo da Coroa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>1</sup>. Contém sete pequenos capítulos nos quais são descritas, de forma concisa e informativa, as vidas dos primeiros governantes masculinos de Portugal: o conde Henrique, Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III e Dinis. O conteúdo de cada capítulo limita-se aos seguintes elementos: de quem descendem; com quem casaram; os filhos que tiveram; quando nasceram ou quando começaram a reinar; quando morreram; e a localização do túmulo de cada um.

Estes capítulos são precedidos por um prómio, no qual são definidas a data da composição, 1429, e o propósito de redação da CBAN. De acordo com este parágrafo introdutório, era necessário detetar documentação com datas falsificadas, pelo que a CBAN conteria as datas de término de governo consideradas verídicas.

Neste capítulo serão elencados os estudos dedicados à CBAN e analisadas as edições previamente publicadas, bem como as diversas designações que lhe foram atribuídas.

### **1.1. Estudos e edições da *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

A bibliografia de estudos dedicados à *Crónica Breve do Arquivo Nacional* é reduzida. A maioria dos estudos centrou-se na relação da CBAN com outros textos. Ainda assim, foi transcrita e editada quatro vezes. A primeira edição foi publicada em 1856 por Alexandre Herculano no primeiro volume dedicado aos *Scriptores dos Portugalia Monumenta Historica*<sup>2</sup>. Esta edição apresenta algumas irregularidades, apesar de ser bastante minuciosa. Os critérios de transcrição e edição não são explícitos, o que pode ter contribuído para a ocorrência de inconsistências na transcrição de

---

<sup>1</sup> Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 4, ff. 6v-7v. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182580>.

<sup>2</sup> HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores...*, pp. 22-23.

algumas letras, em particular no caso das variantes alográficas de <i>. Também as anotações referentes ao texto em margem, cortado ou entrelinhado, não são sistemáticas, encontrando-se algumas em formato de nota, enquanto outras são inseridas no texto sem comentário e outras ainda não se encontram registadas. A edição é acompanhada por um parágrafo introdutório, na qual Herculano inclui dois comentários que convém destacar: que transcreve o testemunho do Livro 4 de Inquirições de Afonso III, códice que considera ser possivelmente do final do século XIV; e que lhe parece que, por terminar em Dinis, a CBAN é a mais antiga crónica portuguesa escrita em vulgar.

A segunda edição da CBAN é de José Joaquim Nunes, publicada em 1932 no *Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica*<sup>3</sup>. A publicação tinha como objetivo dar a conhecer ao público geral as obras mais antigas da literatura portuguesa. Como tal, todos os textos foram modernizados de acordo com a grafia da época, sem que, contudo, sejam expressos os critérios com que essa atualização ocorreu. As irregularidades desta edição notam-se imediatamente no título, uma vez que é denominada por *História Sumária dos Primeiros Seis Reis* no capítulo em que é transcrita e como *História Sumária dos Primeiros Sete Reis* no índice. As notas demonstram uma preocupação que se pode considerar ajustada ao objetivo da publicação, ou seja, são explicativas do português medieval e dirigidas a um público que não estaria familiarizado com as suas características.

Em 1948, Alfredo Pimenta voltou a editar o texto, incluindo-o na coletânea *Fontes Medievais da História de Portugal*<sup>4</sup>. Esta edição não comunica com a anterior, de José Joaquim Nunes, tendo como objetivo principal corrigir os erros encontrados na transcrição de Herculano. Por isso, e apesar de a introdução conter indicações relevantes de carácter codicológico (afirmando que, por não estar compilada no índice, a CBAN seria posterior à composição do códice), a edição não aponta os fenómenos

---

<sup>3</sup> NUNES, José Joaquim (ed.) — *História Sumária dos Primeiros Seis Reis*, pp. 99-102.

<sup>4</sup> PIMENTA, Alfredo (ed.) — *Fontes Medievais da História de Portugal...*, pp. 48-54.



observáveis no manuscrito. Pelo contrário, todas as notas, com exceção da última, consistem em correções à edição de Herculano.

Em 1951, Luís Filipe Lindley Cintra, na Introdução à sua edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, lançou pistas de investigação fundamentais quanto à contextualização da CBAN na historiografia portuguesa<sup>5</sup>. Segundo este autor, o texto encontra-se à margem da evolução historiográfica do século XV e não é uma crónica propriamente dita. A sua fonte principal seria a *Crónica de Portugal de 1419*, ainda que alguns pormenores tivessem como fonte a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*<sup>6</sup>. No entanto, nem toda a informação provinha destes dois textos, lançando o autor a possibilidade de que várias datas incluídas tivessem como base os anais, ressaltando ainda que algumas, como a data de nascimento de Sancho I ou o dia exato da morte de Afonso III, só se encontram na CBAN<sup>7</sup>.

Por sua vez, em 1956, Artur de Magalhães Basto estudou as diferenças entre a CBAN e a cópia de José de Bretiandos<sup>8</sup> que se encontra no Códice 86 de Santa Cruz de Coimbra<sup>9</sup>. Neste artigo, o autor questiona se haveria um testemunho do texto anterior ao do Livro 4 de Inquirições de Afonso III, a partir do qual tanto essa versão como a de José de Bretiandos teriam sido copiadas<sup>10</sup>, hipótese entretanto refutada por Filipe Alves Moreira<sup>11</sup>.

O único estudo focado exclusivamente na CBAN foi publicado em 1986 por Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca no número 37 do *Boletim de Trabalhos*

---

<sup>5</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – Introdução, pp. CCCLII-CCCLIII.

<sup>6</sup> À época da publicação de Luís Filipe Lindley Cintra, não tinha ainda sido identificado que a IVª CB consiste num testemunho da PCP, o que viria posteriormente a ser provado em MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Nesta dissertação será utilizada a designação PCP quando mencionado o texto historiográfico do século XII, remetendo-se a utilização de IVª CB para os casos em que seja explicitamente citado o testemunho do século XV.

<sup>7</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – Introdução, p. CCCLIII, nota 100.

<sup>8</sup> BASTO, Artur de Magalhães – A «Rrenembrancha» dos Reis..., pp. 347-352. A edição aqui citada foi publicada em 1959, na obra dedicada aos estudos do autor, porém, o artigo foi primeiramente publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro* a 25 de Maio de 1956.

<sup>9</sup> Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 86, Miscelânea referida ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pp. 389-392.

<sup>10</sup> BASTO, Artur de Magalhães – A «Rrenembrancha» dos Reis..., p. 352

<sup>11</sup> MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 239-240.

*Históricos* do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta<sup>12</sup>. Neste estudo, cujo objetivo principal é a edição do texto, o autor compila muita da informação já conhecida, tanto da introdução de Alexandre Herculano à sua edição de 1856, como do estudo de Lindley Cintra acima mencionado. Adiciona, porém, um importante comentário relativo à datação do texto e aos dois sistemas de datação que nela coexistem. De acordo com o autor, não há motivo para duvidar de que o texto seja de 1429, dado que a era de César foi abolida 1422<sup>13</sup>. A edição procurou reproduzir o texto da forma mais completa possível, dando-lhe três apresentações distintas: paleográfica, crítica e fac-similada. Contudo, apesar de evidenciar um maior rigor na exposição dos critérios utilizados, nem todas as opções tomadas foram registadas de forma explícita. A transcrição paleográfica não é consistente no registo das abreviaturas, tendo como objetivo principal corrigir as transcrições anteriores. Esta opção levanta vários problemas: em primeiro lugar porque tanto Herculano como Pimenta procuraram transcrever o texto e normalizá-lo em simultâneo, o que implica divergências quanto aos critérios utilizados, em particular devido a nenhum ter precisado quais eram; em segundo lugar, porque levou a que tanto as anotações relativas à transcrição paleográfica, como o comentário dos fenómenos identificados no L4AIII, tenham sido inseridos na edição crítica, na qual estão também incluídos os critérios da edição.

Em 1993, Luís Krus compôs uma curta definição da CBAN numa entrada do *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*.<sup>14</sup> Não constituindo um estudo autónoma da CBAN, este fragmento ressalva algumas das informações já conhecidas mais relevantes acerca deste texto: o seu testemunho no L4AIII; as transcrições de Alexandre Herculano e de Alfredo Pimenta, bem como os diferentes títulos que estes autores lhe atribuíram; o seu conteúdo; as fontes conhecidas, a C1419 e a IVª CB<sup>15</sup>; o

---

<sup>12</sup> FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da — *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, pp. 191-206.

<sup>13</sup> FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da — *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, pp. 191-192. A era de César esteve em vigor até à publicação da lei que estabelecia um novo calendário centrado no nascimento de Cristo. O primeiro documento relativo a essa lei foi publicado em Óbidos, a 14 de Agosto de 1422, cf. DIAS, José João — *Portugal e a vulgarização da datação...*, pp. 11-14.

<sup>14</sup> KRUS, Luís — *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, pp. 175-176.

<sup>15</sup> O autor utiliza a mesma terminologia que Lindley Cintra, devendo-se, por isso, ter em conta que posteriormente a IVª CB foi identificada como um testemunho da PCP.

objetivo da sua redação. Convém, contudo, sublinhar um comentário do autor, que afirma que a CBAN se encontra mais próxima da tipologia textual da analística do que da cronística.

Sem constituir um estudo da CBAN e antes tratando dos documentos que se lhe seguem no L4AIII, relativos às comunidades muçulmanas no século XV em Portugal, Maria Filomena Lopes de Barros publicou, em 1998, *A Comuna Muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV*, resultante da sua dissertação de mestrado. No capítulo 3, acerca de tributos, encargos e serviços, a autora afirma que a CBAN era uma introdução aos diplomas que se lhe seguiam<sup>16</sup>, documentos legais relativos às comunidades muçulmanas em Portugal durante o reinado de João I e que resultam das reformas administrativas implementadas durante esse reinado.

O estudo mais completo dedicado à CBAN foi publicado por Filipe Alves Moreira em 2010 no primeiro capítulo da terceira parte da sua dissertação de doutoramento, no qual aborda em detalhe a relação entre esta e a C1419<sup>17</sup>. De acordo com este autor, a CBAN consistiria num instrumento de chancelaria, tendo provavelmente sido elaborada por um burocrata da corte régia com fins práticos<sup>18</sup>. Quanto à relação com a C1419, considera que a última foi utilizada como fonte na compilação praticamente da totalidade das informações relativas ao conde Henrique, Afonso Henriques, Afonso II, Sancho II e Afonso III. Na opinião do autor, as exceções consistem nas seguintes informações: a notícia do casamento de Afonso Henriques; as informações referentes a Sancho I (com exceção das datas finais, para as quais se recorreu novamente à C1419); o detalhe de Sancho II ter custeado a construção da catedral de Toledo; algumas particularidades relativas aos filhos de Afonso III; e a menção final à eleição da abadessa do mosteiro de Odivelas<sup>19</sup>. Filipe Alves Moreira aprofunda também a relação da CBAN

---

<sup>16</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, pp. 63-69.

<sup>17</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 239-244.

<sup>18</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 240-241.

<sup>19</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 241-243.

com a *Primeira Crónica Portuguesa*, que teria sido utilizada como fonte para as informações do capítulo dedicado a Sancho I<sup>20</sup>.

Posteriormente, em 2012, o mesmo autor incluiu a CBAN num estudo dedicado aos sumários de crónicas portuguesas, apresentando-a como o mais antigo dos sumários da historiografia portuguesa<sup>21</sup>. Neste artigo, Filipe Alves Moreira abarca tanto o texto de 1429 como a versão compilada do *Tratado Geral da Nobreza*<sup>22</sup>, que considera uma refundição redigida durante o reinado de Afonso V. Acrescenta ainda que, devido ao objetivo de redação patente no proémio, o público ao qual o texto se destinava seria o grupo de funcionários régios da corte de João I, o que seria confirmado pela sua inclusão no Livro 4 de Inquirições de Afonso III.

As edições mencionadas, em particular a de Herculano, foram reproduzidas em várias outras publicações<sup>23</sup>. No entanto, uma vez que não introduziram novidades, não foram tidas em conta nesta dissertação, optou-se por comentar apenas as edições em que o texto da CBAN foi transcrito<sup>24</sup> ou normalizado.

## **1.2. A designação *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Tanto nos estudos que lhe foram dedicados, como nas edições que dela foram publicadas, a CBAN foi designada por quatro títulos distintos. *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, a designação utilizada nesta dissertação e a mais antiga, nem sempre foi a mais comum. O texto não é identificado no seu conteúdo através de nenhum título, tanto no proémio, como no índice do L4AIII<sup>25</sup>. Ao longo do proémio, o texto é referido através de duas palavras: «renenbrança» e «eras». Nenhuma é, porém, expandida de forma a poder considerar-se uma denominação.

---

<sup>20</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 241-242.

<sup>21</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Os Sumários de Crónicas Portuguesas...*, pp. 79-92.

<sup>22</sup> Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, M-FA-80, *Tratado Geral de Nobreza*, ff. 115r-116v.

<sup>23</sup> A lista completa de reproduções pode ser consultada em FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da — *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, p. 194.

<sup>24</sup> A lista das transcrições pode ser consultada em CEPEDA, Isabel Vilares — *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa...*, pp. 71.

<sup>25</sup> ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, ff. 2r-6r.

O título *Crónica Breve do Arquivo Nacional* foi pela primeira vez utilizado por Alexandre Herculano, na sua edição de 1856. Herculano optou por uma denominação focada na dimensão do texto e na localização do testemunho, inserindo, assim, a CBAN num núcleo de crónicas breves, todas elas nomeadas através do mesmo sistema. Ainda que na introdução à sua transcrição refira que se trata de uma «breve chronica ou memoria»<sup>26</sup> e a refira como «memoria» ainda na mesma frase, não foi essa a palavra escolhida por para denominar o texto.

Em 1932, José Joaquim Nunes optou pela designação *História sumária dos primeiros seis reis*. Apesar de esta denominação não ter conhecido continuação, merece ainda alguma atenção. A divergência acima mencionada, entre o título do capítulo e o do índice (seis/sete reis), representa uma hesitação compreensível quanto ao conteúdo do texto: «seis reis» pode ser considerado um título incompleto, pois exclui o capítulo acerca do conde Henrique, enquanto «sete reis», apesar de mais adequado quanto ao número de capítulos, implica que o seu governo constituiu um reinado. No prólogo da CBAN, a distinção entre o conde Henrique e os reinados que se lhe seguiram ocorre de forma subtil ou até ambígua, podendo considerar-se que tanto é incluído nos reis como, ao ser referido com o título de conde, é retirado dessa lista: «Esta é a renenbrança dos Reis que forom destes regnos de Portugal e do Alguarve des o começo do Conde Dom Anrriqui ataa esta presente era»<sup>27</sup>. É de assinalar, no entanto, a preocupação demonstrada por José Joaquim Nunes com o conteúdo da CBAN, que é por ele considerada uma história e não uma crónica. Ao substituir o termo «breve» por «sumário», este autor parece considerar que o texto não é curto, mas resumido.

Alfredo Pimenta, por seu turno, transcreveu a CBAN com o título *Memória Anónima da Torre do Tombo*. Através desta designação, o editor não só demonstra ter em atenção a possibilidade descritiva abandonada por Herculano, como abre ainda outra, reaproveitada posteriormente por Artur de Magalhães Basto, ao definir o texto

---

<sup>26</sup> HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores...*, p. 22.

<sup>27</sup> Todas as citações da *Crónica Breve do Arquivo Nacional* utilizadas nesta dissertação são retiradas da edição que consta em Anexo.

como uma «Memória, “renembrancha”»<sup>28</sup>. A denominação adotada por Pimenta destaca o conteúdo do texto, sendo o único que incorpora a questão da sua autoria. É um título que ilustra uma das ambiguidades do texto: a preocupação em preservar a memória de figuras ilustres, enquanto o nome do seu autor se mantém desconhecido. A designação *Memória Anónima da Torre do Tombo* manteve-se em uso após a publicação da edição, tendo sido esta a denominação utilizada por Lindley Cintra na introdução à sua edição da C1344.

Já o título utilizado por Artur de Magalhães Basto em 1956, *A «rrenembrancha» dos reis da «torre do tombo real»*, não teve continuidade após a publicação do seu estudo. Esta designação favorece o conteúdo do texto, sendo a única que utiliza o *incipit* do proémio, através do qual o texto remete para si mesmo.

Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, editor da terceira transcrição, não renomeou o texto, recuperando antes a primeira designação, escolhida em 1856 por Herculano. Os estudos seguintes utilizaram maioritariamente este título, com exceção da publicação de 2012, acima referida, de Filipe Alves Moreira<sup>29</sup>. Neste caso, o autor optou por designar a CBAN através do *incipit*, considerando que este tinha a função de título.

Ao longo desta dissertação, bem como na edição no Anexo, será dada continuidade à designação *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Foi tida em consideração a possibilidade de optar por um novo título ou de utilizar um dos propostos por outros autores, que melhor descreviam o texto, tanto no seu conteúdo como na sua estrutura. A opção pela manutenção de *Crónica Breve do Arquivo Nacional* deve-se não a considerar que esse título seja o mais adequado, mas por ser o mais difundido, procurando, desta forma, evitar a dispersão que por vezes ocorre da identificação dos textos medievais e que dificultam o seu acesso e estudo.

## **Considerações finais**

---

<sup>28</sup> PIMENTA, Alfredo (ed.) — *Fontes Medievais da História de Portugal...*, p. 48.

<sup>29</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Os Sumários de Crónicas Portugueses...*, p. 85.

Após a apresentação do estado da arte e editorial da CBAN, é possível observar que esta foi considerada um texto menor da historiografia portuguesa, tendo sido estudada principalmente pela sua relação com obras não só mais extensas, como também mais valorizadas. Os autores mencionados, em particular Luís Filipe Lindley Cintra e Filipe Alves Moreira, avançaram, ainda assim, com várias premissas muito relevantes para o entendimento da CBAN. As suas considerações são analisadas em maior detalhe no capítulo 4.

Por outro lado, apesar da escassez de estudos e da limitada relevância que lhe foi atribuída, a CBAN foi alvo de diversas edições. A maioria destas edições, no entanto, teve como base a primeira, de Alexandre Herculano, adotando uma perspetiva corretiva desse trabalho.

A CBAN conheceu quatro designações distintas, cada uma centrada em especificidades do seu conteúdo, local de arquivo ou extensão. Ainda que os autores que a estudaram ou editaram não tenham sido consistentes quanto à designação adotada, nesta dissertação optou-se pela manutenção do título CBAN, escolhido por Alexandre Herculano em 1856, não só por ser o mais antigo, mas também por ser o mais estável. Assim, o critério que motivou esta opção não foi a adequação da designação, mas a conservação daquela que se considerou mais identificável.

## 2. Estudo codicológico

O testemunho mais antigo da CBAN encontra-se registado nos fólhos 6v-7v do Livro 4 de Inquirições de Afonso III. Por norma, os estudos que abordam a CBAN não se têm dedicado à contextualização da obra no códice em que se encontra. No entanto, algumas observações foram sendo adicionadas, acerca das quais é revelante ponderar. Alexandre Herculano, na introdução à sua edição afirma que:

O IV. Livro das Inquirições de Affonso III., guardado no Archivo da Torre do Tombo, ou foi compilado dos rolos parciaes em que esses inqueritos eram sucessivamente lançados, ou foi transcripto do registo primitivo que não chegou até nós. O que é certo é que o codice em que se contêm aquella parte das inquirições geraes pertence evidentemente ao século XIV., e talvez aos fins delle<sup>30</sup>.

Por sua vez, Alfredo Pimenta, na introdução à sua transcrição, aponta que «é evidente que aí foi escrita posteriormente à confecção do códice, pois não há no índice que precede o conteúdo, qualquer alusão a ela»<sup>31</sup>. Por sua vez, Artur de Magalhães Basto, ao estudar a cópia que se encontra no Ms. 86 de Santa Cruz de Coimbra, comenta que esta inclui uma descrição do códice a partir do qual foi feita, que ele transcreve:

«O q. se segue he tirado de hũ livro da Torre do Tombo Real q. se intitula T<sup>o</sup> de Colleitas dos Mouros, e doutros memoriais. He de taboa de Couro baio ferrado e m.<sup>to</sup> uelho». À margem tem a seguinte nota, coeva da cópia: – «Este livro foi feito ã tempo del Rej D. João Primeiro. Sendo feita a matéria de q. se trata ã tempo del Rej D. A.<sup>o</sup> Conde de Bolonha»<sup>32</sup>.

Como mencionado no capítulo 1.1, Artur de Magalhães Basto, partindo destas notas, sugere que, apesar de o texto da CBAN que se encontra no L4AIII ser igual à cópia do Ms. 86, talvez ambos fossem copiados de um testemunho anterior, que se

---

<sup>30</sup> HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores...*, p.22.

<sup>31</sup> PIMENTA, Alfredo (ed.) — *Fontes Medievais da História de Portugal...*, p. 48.

<sup>32</sup> BASTO, Artur de Magalhães — A «Rrenemrança» dos Reis..., p. 349. Aspas e itálico no artigo citado.



encontraria num códice dedicado às colheitas dos mouros<sup>33</sup>. Filipe Alves Moreira discordou da credibilidade desta teoria, alegando que

(...) a contemporaneidade existente entre o códice da Torre do Tombo e a data do texto (1429), bem como a circunstância de nele se acharem documentos da época de D. Afonso III, tal como sucedia com o original da cópia de D. José de Bretiandos, inclina antes a pensar que o ms. de Santa Cruz decorre do de Lisboa. Seria, aliás, muito estranho que em tempos de D. João I se fizessem duas cópias do mesmo texto, e que ambas (é este o motivo maior de estranhamento) fossem transcritas em documentos da Torre do Tombo cujos originais remontavam à época do Bolonhês<sup>34</sup>.

Já Maria Filomena Lopes de Barros, considerando que a CBAN estava datada de 1429 e tinha como propósito introduzir a documentação que se lhe seguia, datou a cópia dos documentos como sendo desse mesmo ano, apesar de considerar que os originais seriam anteriores a essa data<sup>35</sup>.

A presente dissertação inicia, assim, o estudo da CBAN contextualizando-a no códice no qual se encontra registada. Neste capítulo será analisado o L4AIII na sua totalidade, dando particular atenção aos outros textos que se encontram compilados e à sua relação com os restantes vinte e três Livros de Inquirições. Os ff. 6v-7v serão analisados em maior detalhe, sendo comparados com a totalidade do manuscrito, realçando os detalhes que podem contribuir para um melhor entendimento da CBAN.

## **2.1. O Livro 4 de Inquirições de Afonso III**

O L4AIII constitui um caso particular entre os vinte e quatro Livros de Inquirições que se encontram arquivados no ANTT. Raramente mencionado nos estudos dedicados a estes livros, este volume distingue-se por um motivo evidente: entre as matérias copiadas, apenas alguns fólios contêm matéria das Inquirições Gerais.

O códice é composto por 69 fólios e encontra-se em bom estado de conservação, ainda que com algumas marcas de manuseamento, como vincos (ff. 2-7) e marcas de

---

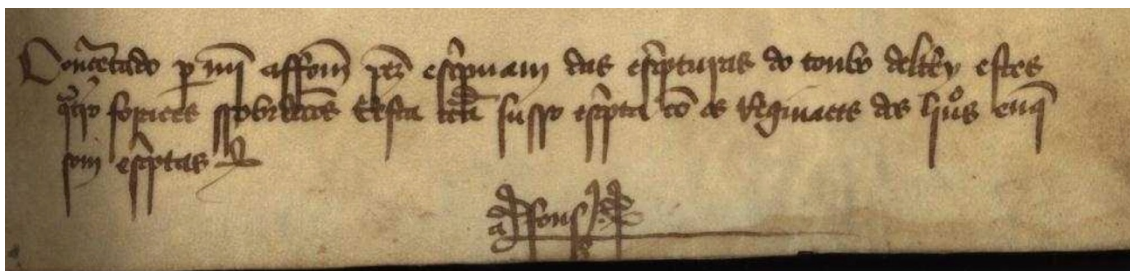
<sup>33</sup> BASTO, Artur de Magalhães – A «Rrenembrancha» dos Reis..., pp. 351-352.

<sup>34</sup> MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 239-240.

<sup>35</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, pp. 65-66.

degradação, em particular nas margens (ff. 1 e 2). Os textos compilados são os seguintes: índice (f. 2r-6r); *Crónica Breve do Arquivo Nacional* (ff. 6v-7v); cópia de forais atribuídos por diferentes reis às comunidades muçulmanas portuguesas<sup>36</sup> verificada por Afonso Peres, guarda das escrituras da Torre do Tombo pelo menos desde 1428<sup>37</sup> (ff. 8r-10r); documento relativo aos direitos das comunidades muçulmanas<sup>38</sup>, compilado e assinado por Yūsuf ibn Ibrahīm ibn Yūsuf al-Lahmī (Jufez), que em 1402 era notário da comuna muçulmana de Lisboa havia 14 anos<sup>39</sup> (ff. 10v-14r); documento acerca das heranças das comunidades muçulmanas (ff. 14v-15v)<sup>40</sup>; cartas relativas às colheitas de ordens militares e mosteiros, seguida da listagem das mesmas (ff. 15v-38r); inquirições da 1ª alçada de Afonso III, contendo apenas a introdução dos artigos relativos a coutos e mosteiros, seguido da lista das colheitas anuais (ff. 40r-69v)<sup>41</sup>.

**Figura 1 - Assinatura de Afonso Peres**



Fonte: ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, f. 10r.

---

<sup>36</sup> Sobre estes textos, ver BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, p. 63; BARROS, Maria Filomena Lopes de — *Identificação de um país...*, pp. 126-131.

<sup>37</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *O Desembargo Régio...*, vol. I, pp. 21.

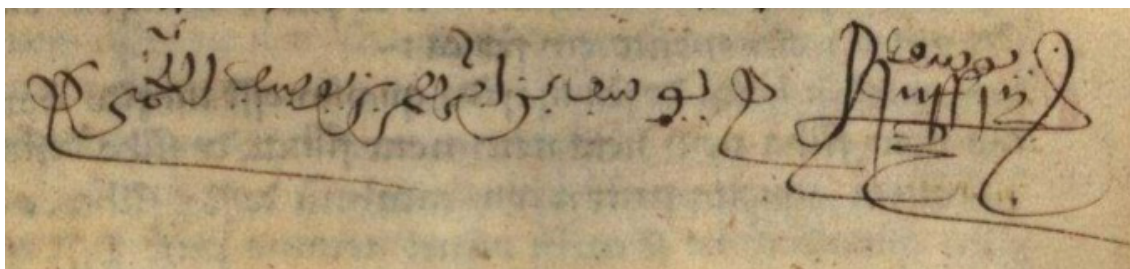
<sup>38</sup> Transcrito em HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines...*, pp. 98-100. Sobre este documento, ver BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, p. 64-69; BARROS, Maria Filomena Lopes de — *The Muslim Minority in the Portuguese Kingdom...*, pp. 24-25.

<sup>39</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, p. 65, nota 14; p. 179., quadro 4.

<sup>40</sup> Sobre este documento, ver BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, pp. 64-65; BARROS, Maria Filomena Lopes de — *The Muslim Minority in the Portuguese Kingdom...*, pp. 25-26.

<sup>41</sup> Sobre estes textos, ver RIBEIRO, João Pedro — *Memórias para a História das Inquirições...*, p. 43.

Figura 2 - Assinatura de Yūsuf ibn Ibrahīm ibn Yūsuf al-Lahmī (Jufez)



Fonte: ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, f. 14r.

Os fólhos estão numerados a vermelho no canto superior direito recto de cada fólho em números romanos. Os fólhos de guarda não estão numerados. A mão que inscreveu a numeração parece ser a mesma que escreveu o índice (ff. 2-6r). A numeração omite o f. 39, o que parece ser um erro do copista, uma vez que, ao não interromper a “Regra de Gregory”, o fólho não parece estar em falta. A dobragem dos bifólhos seguiu esta regra com exceção dos ff. 49v (lado carne) e 50r (lado pelo). A presença de reclamo entre estes fólhos parece indicar que não houve perda, mas que ocorreu um erro na montagem dos cadernos, na sua preparação ou dobragem.

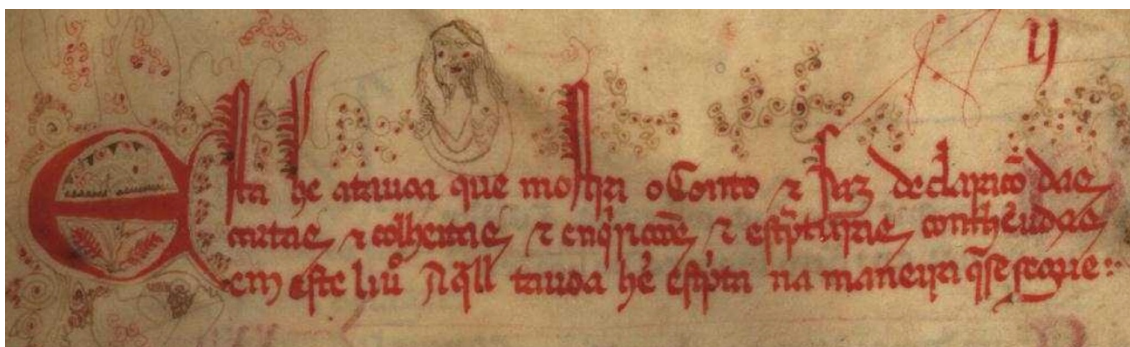
O texto está organizado em coluna única, regrada, cujas linhas vão do início ao final dos fólhos. Os títulos foram escritos a vermelho, ainda que não se encontrem em todos os fólhos. O número de linhas diverge ligeiramente ao longo do códice, estando a maioria dos fólhos regrados com 33 e 34 linhas. O regramento é feito a tinta, ainda visível em fólhos do lado carne, mas de difícil observação do lado pelo dos fólhos. O espaço entre duas linhas regradas é de aproximadamente 6,5mm. A escrita ocorre sobre a linha e a primeira não é utilizada. O picotamento pode ter sido perdido ao serem aparados os fólhos, uma vez que não é visível e o regramento atravessa o fólho de uma extremidade a outra. O tipo de letra utilizado é gótica *littera textualis formata*<sup>42</sup>, de fácil legibilidade. É possível identificar a escrita de, pelo menos, duas mãos distintas ao longo do

---

<sup>42</sup> Quanto a esta questão foram consultados os seguintes trabalhos: TORRENS, María Jesús — La paleografía como instrumento de datación..., pp. 345-380; DEROLEZ, Albert — *The Palaeography of Gothic Manuscript Books*, pp. 20-113; ÁLVAREZ MÁRQUEZ, María del Carmen — *Manuscritos de Copistas Hispanos...*, pp. 51-106.

manuscrito: a primeira copia do f. 2 ao 38; a segunda copia do f. 40 até à linha 11 do f. 51; a primeira mão acrescentou alguns comentários nos ff. 40v, 41v, retomando a escrita na linha 13 do f. 51v e continuando até ao final, no f. 69. Como ornamentação principal, o códice contém iniciais filigranadas preenchidas a vermelho. Estas iniciais apresentam consideráveis diferenças na sua execução, coincidentes com as mudanças de mão na escrita do códice. Como ornamentação secundária, o códice contém caldeirões de cor vermelha. No título do índice (f. 2r) encontra-se o desenho de uma figura humana, cujo traço está entrelaçado com a filigrana que decora o título.

**Figura 3 - Título do índice, decorado com uma figura humana**



Fonte: ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, f. 2r.

A encadernação consiste em pastas de cartão com cobertura de tecido de cor castanha. Esta encadernação é, provavelmente, posterior ao terramoto de 1755, altura em que os Livros de Inquirições foram encadernados com um material mais leve<sup>43</sup>. Contém cinco brochos em cada plano (um ao centro e um em cada canto) e duas etiquetas de papel no plano anterior (um no centro superior, com a inscrição «D. Afonso III – Inquirições – Livro 4º» e outro no canto inferior esquerdo com a inscrição «Inq. Gerais 7»).

---

<sup>43</sup> Sobre as novas encadernações, ver AZEVEDO, Pedro A. d'; BAIÃO, António — *O Archivo da Torre do Tombo...*, p. 36. Sobre a queda da torre, os danos causados e a sua reorganização, que motivaram as novas encadernações, ver RAU, Virgínia — *A Torre do Tombo em 1631*, pp. 5-6; RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos...*, pp.115-116; RIBEIRO, Fernanda — *Como seria a estrutura primitiva...*, pp. 1401-1402.

O códice contém duas folhas de guarda não numeradas. No lado recto da primeira pode ler-se uma inscrição que identifica o arquivo do códice, «Armário 4.º da nova caza da coroa», consistente com a sua antiga cota: Armário 4.º da nova Casa da Coroa, n.º ordem 67. O f. 1r contém diversas inscrições. No topo, contém uma inscrição sem data ou assinatura que diz: «as Inquirições deste Livro se tirarão em tempo delRey D. Affonso 3º Conde de Bolonha». No centro, encontra-se um registo de 1632, assinado pelo escrivão Jorge da Cunha<sup>44</sup>, que insere o códice no Armário 9 e o denomina como «Terceiro Liuro de Inquirições sobre colheitas, e igrejas, e outras cousas», tendo a palavra terceiro sido riscada e acrescentado por cima o numeral «4º». Jorge da Cunha acrescenta ainda que encontrou o códice no lixo<sup>45</sup>: «Este livro achei nas casas debaixo de baixo do lixo que pus aqui eu Jorge da Cunha escrivão deste Archivo Real da torre do tombo a 12 de Janrº de 632». Ao fundo do fólio foi ainda acrescentada uma inscrição de 1716<sup>46</sup> de que indica que, faltando um quarto volume às inquirições de Afonso III e havendo dois com o número três, este códice foi numerado como quarto: «Não achei 4.º Livro de Inquiriçoens deste Rey, e porque achei dois de numeros treceyros ficou este em lugar de 4.º». Anteriormente, pela altura do primeiro inventário conhecido da Torre do Tombo, elaborado pelo escrivão Tomé Lopes em 1532, o L4AIII ainda não fazia parte do fundo das Inquirições, sendo descrito como «Outro livro de marca pequena, que falla das colheytas e imquiriçoees, etc., que começa no foro dos Mouros de Lixboa, cuberto de couro vermelho, com bulhoões; e tem de folhas, setemta»<sup>47</sup>.

A única data que auxilia na datação do códice é a da CBAN, 1429. Apesar de esta data poder não abarcar a totalidade da redação do manuscrito, leva a com que não seja

---

<sup>44</sup> RIBEIRO, Fernanda — O Acesso à Informação nos Arquivos..., pp. 111-113, 123-125.

<sup>45</sup> ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, f. 1r. Jorge da Cunha redigiu também um relatório acerca do estado da Torre do Tombo em 1631, no qual descreve a falta de limpeza e a acumulação de detritos que levaram à descoberta de diversos livros e documentos debaixo do lixo, cf. RAU, Virgínia — *A Torre do Tombo em 1631*, pp. 23-30.

<sup>46</sup> Esta inscrição encontra-se assinada com uma rubrica que não permitiu identificar o seu autor. Atentando à data, talvez se trate de João Couceiro Abreu e Castro, guarda-mor da Torre do Tombo em 1716, ou de Alexandre Manuel da Silva, escrivão na mesma data, responsáveis pelo arquivo na época em que se realizaram índices das Inquirições, cf. RIBEIRO, Fernanda — O Acesso à Informação nos Arquivos..., pp. 135-136.

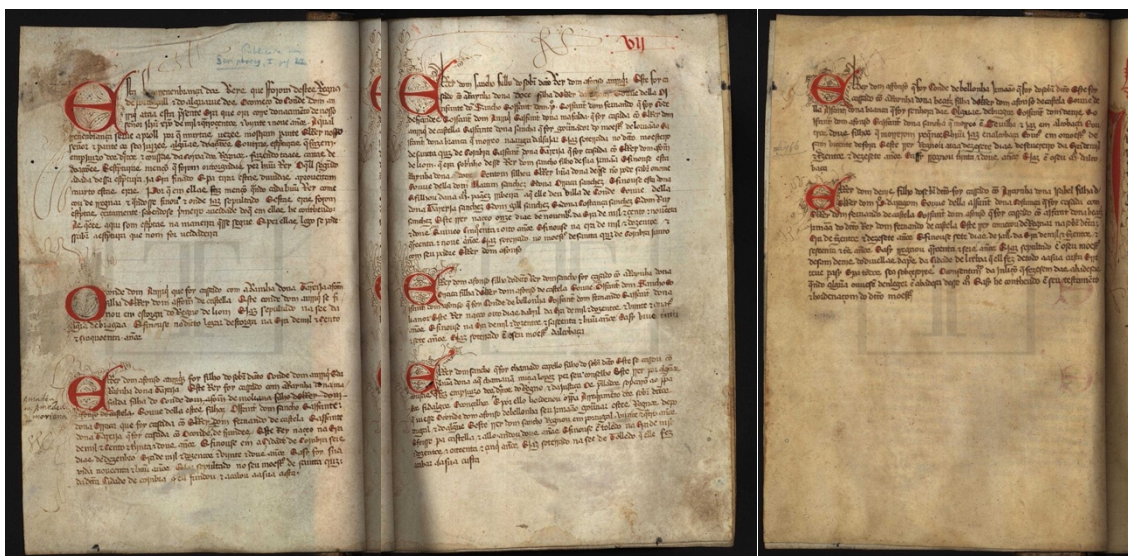
<sup>47</sup> PESSANHA, José — Uma reabilitação histórica..., pp. 295.



possível que este seja do final do século XIV, como pensava Herculano<sup>48</sup>. Mais provável é que o códice tenha sido produzido já no século XV, durante o reinado de João I, como é mencionado nas notas do Ms. 86<sup>49</sup>. Esta distinção é significativa quando se compara este códice com os restantes Livros de Inquirições, produzidos maioritariamente durante o reinado de Dinis (sendo o mais antigo o Livro 5 de Inquirições de Dinis<sup>50</sup>), apesar que alguns serem já do tempo de Afonso IV (para além dos dois livros que compilam as inquirições deste rei, também o Livro 6 de Afonso III<sup>51</sup> remonta a essa época). Ainda assim, o L4AIII não foi o único redigido no século XV, uma vez que o Livro 1 de Inquirições de Dinis é do final desse século ou do início do seguinte<sup>52</sup>. No entanto, o conteúdo desse livro coincide com a matéria do Livro 4 de Inquirições de Dinis, no qual foram compiladas as primeiras honras e devoções do rei. Por esse motivo, tanto a nível de execução como de conteúdo, o L4AIII parece representar um caso singular no contexto dos vinte e quatro Livros de Inquirições arquivados no ANTT.

## 2.2. Os fólhos 6v-7v

Figuras 4, 5 e 6 – Fólhos 6v-7v do Livro 4 de Inquirições de Afonso III (CBAN)



<sup>48</sup> HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores...*, p. 22.  
<sup>49</sup> BPMP, Ms. 86, p. 389.  
<sup>50</sup> GOMES, Saul António — *Inquirições, Confirmações e Registos...*, pp. 153-154.  
<sup>51</sup> RIBEIRO, João Pedro — *Memórias para a História das Inquirições...*, pp. 55-56.  
<sup>52</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de — *Introdução*, pp. XIII-XV.

Fonte: ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, ff. 6v, 7r e 7v.

Como foi indicado acima, o número de linhas do manuscrito alterna entre 33 e 34. Os ff. 6v-7v, porém, contêm um número de linhas divergente: o f. 6v tem 37 linhas, com 29 linhas escritas; o f. 7r tem 31 linhas escritas com 4 em branco para separação dos blocos textuais; o f. 7v. tem 18 linhas escritas, ocupando aproximadamente metade do fólio e deixando a parte inferior em branco. O número de linhas de separação entre os blocos de texto é também irregular: no f. 6v são deixadas entre 4 e 3 linhas em branco entre os textos; no f. 7r esse número é reduzido para duas linhas; no f. 7v. para apenas uma. Esta divergência pode ter como explicação uma tentativa por parte do copista de não separar entre fólios o texto dedicado a cada rei. Devido a este esforço, as margens inferiores nestes fólios são mais pequenas do que no restante manuscrito. A falta de espaço não justifica a opção de escrever na margem inferior, pois, como já mencionado, metade do f. 7v não está escrita. Por outro lado, este espaço vazio pode também significar que o texto não se encontra completo ou não foi copiado na totalidade.

A CBAN, tal como todos os primeiros fólios do manuscrito, é decorada com iniciais filigranadas de cor vermelha de diferentes tamanhos, ocupando entre quatro a duas linhas. No entanto, há uma clara distinção entre a segurança e capacidade no desenho da filigrana. Enquanto nos ff. 8r-38r o traço é fluído e elegante, nos ff. 2r-7v (ou seja, tanto no índice como na CBAN) as linhas são irregulares. Por isso, estas iniciais podem ter sido desenhadas posteriormente à escrita do códice, numa tentativa de imitar o mesmo estilo de decoração, sem o mesmo sucesso.

**Figuras 7 e 8 – Iniciais filigranadas no f. 6v (CBAN) e no f. 10v**



Fonte: ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, ff. 6v e 10v.

Para além disso, e como foi já proposto por Alfredo Pimenta<sup>53</sup>, a CBAN não foi incluída no índice, o que possivelmente se deve à sua cópia ter sido acrescentada posteriormente à redação do códice. A mão que escreveu os ff. 2r-7v parece ser a mesma (como se verifica pelas características particulares do desenho das letras “J” e “H”), o que pode confirmar esta possibilidade. Também a cor da tinta utilizada é mais clara do que a dos fólhos posteriores. Já a documentação que se lhe segue, com um maior cuidado na decoração, ainda que talvez redigida pela mesma mão (mas com outra tinta), estaria já copiada nos cadernos que viriam a compor o manuscrito.

#### **Figuras 9, 10 e 11 – Exemplos da escrita das letras “J” e “h” no índice e na CBAN**



Fonte: ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, ff. 4v e 6v.

Contudo, não foi possível verificar se os ff. 1-7 constituem um caderno acrescentado aos restantes, porque a encadernação impede uma abertura segura do códice e a posição da tranchefila oculta parte das margens de dorso, não permitindo a sua observação ou a composição dos cadernos.

### **Considerações finais**

Como foi afirmado anteriormente, o Livro 4 de Inquirições de Afonso III ocupa uma posição ímpar entre os Livros de Inquirições, uma vez que não só foi produzido durante um reinado posterior à maioria desse fundo, como também parece ter um objetivo distinto dos restantes. Os textos copiados que são anteriores ao reinado de João I parecem ser relevantes para a documentação que se lhes segue e cujo propósito diz respeito às reformas administrativas desse rei<sup>54</sup>. Desta forma, não há razão para crer

---

<sup>53</sup> PIMENTA, Alfredo (ed.) — *Fontes Medievais da História de Portugal...*, p. 48.

<sup>54</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de — *The Muslim Minority in the Portuguese Kingdom...*, p. 24.



que o livro tenha sido produzido enquanto Livro de Inquirições, o que as divergentes cotas e inscrições no f. 1r podem corroborar.

A assinatura de Afonso Peres nos primeiros fólhos do manuscrito leva a crer que este possa ter sido iniciado pouco antes da escrita da CBAN, em 1429. A perda de qualidade que se observa na decoração das iniciais filigranadas, bem como as semelhanças na mão que copiou tanto o índice como a CBAN, indicam que esta última tenha sido incluída num manuscrito que já se encontrava completo e com um índice preparado. Como tal, o texto da CBAN foi o último a ser acrescentado ao L4AIII. A sua cópia parece surgir de um aproveitamento do fólio e meio entre o índice e o fólio 8, no qual tinha início o conteúdo previamente copiado.

No entanto, não há motivo para crer que a CBAN tenha existido num manuscrito anterior, como acreditou Artur de Magalhães Basto com base na descrição incluída no Ms. 86. A encadernação que José de Cristo descreveu não é consistente com a que hoje se encontra no L4AIII porque este autor consultou o códice entre 1623 e 1632<sup>55</sup> e a encadernação atual é, como já mencionado, posterior a 1755. Por outro lado, o conteúdo do Ms. 86 é consistente com o do L4AIII, uma vez que este contém, de facto, documentação relativa a colheitas e à comunidade islâmica.

Apesar de a CBAN ter sido o último texto compilado no L4AIII, o manuscrito foi produzido na sua totalidade durante o reinado de João I. Uma vez que foi iniciado na Torre do Tombo, como se entende pela assinatura de Afonso Peres, não há motivo para pensar que a CBAN tenha sido redigida noutro contexto que não este. Para além disso, tendo em conta que o códice compila textos relacionados com questões legais e documentais, a inclusão de um texto que, segundo o prómio, tinha como função datar os reinados passados, pode não ter sido arbitrária<sup>56</sup>. No entanto, e apesar de o L4AIII ter sido o códice a partir do qual foi copiado o testemunho do Ms. 86, não é possível afirmar,

---

<sup>55</sup> BASTO, Artur de Magalhães – A «Rrenembrancha» dos Reis..., p. 348.

<sup>56</sup> Sendo relevante que o conteúdo termine no reinado de Dinis, abarcando, assim, a totalidade dos reis aos quais diz respeito a documentação compilada, podendo, por isso, ter sido adicionada como introdução a essa documentação, como afirmado em BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, p. 65.

através da análise codicológica, que o texto de 1429 seja o original, mantendo-se a dúvida quanto ao motivo pelo qual o f. 7v ter ficado com múltiplas linhas por escrever. Apesar disso, sendo a sua produção coeva da documentação compilada no códice, a sua cópia terá ocorrido pouco depois da redação.

### 3. A tradição discursiva da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*

A pragmática histórica insere-se numa área de investigação entre a linguística histórica e a pragmática linguística<sup>57</sup>. A pragmática pode abarcar desde a análise do discurso à teoria do ato discursivo, enquanto a pragmática histórica compara a realização de unidades linguísticas em diferentes estados de desenvolvimento de uma língua<sup>58</sup>. Já a linguística histórica pode ultrapassar o abismo entre a filologia, a ciência que estuda o texto, e a linguística, a ciência das línguas<sup>59</sup>, uma vez que é necessário o estudo da linguagem, inclusivamente o conhecimento detalhado das mudanças linguísticas, para o entendimento de um texto<sup>60</sup>.

Já as tradições discursivas podem englobar todas as formas concretas de tradição, como a saudação, o soneto, o artigo académico, ou até as tradições de grupos particulares e pode incluir diferentes formas, tipos e géneros textuais<sup>61</sup>. Estas têm um determinado eixo temporal e são tradições culturais cuja historicidade advém do carácter único dos textos<sup>62</sup>. No caso do texto medieval, que era escrito para atualizar uma tradição justificada pela autoridade do passado<sup>63</sup>, o entendimento da tradição discursiva na qual um texto se insere ganha particular importância e pode revelar-se crucial para o seu entendimento.

Neste capítulo será analisado o molde histórico-normativo de escrita em que se insere a CBAN. O molde seria respeitado na produção do texto e estaria socialmente estabelecido<sup>64</sup>. Para tal, será feita uma análise sincrónica dos atos discursivos utilizados na CBAN e na *Primeira Crónica Portuguesa*, bem como da sua aplicação na composição de cada capítulo. Será também realizada uma análise diacrónica do léxico utilizado em

---

<sup>57</sup> BARROS, Clara — Pragmática histórica..., p.131.

<sup>58</sup> JACOBS, Andreas; JUCKER, Andreas H. — The historical perspective in pragmatics, pp. 3-4.

<sup>59</sup> JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes — Introducción: Lengua, texto y cambio lingüístico..., p. VII.

<sup>60</sup> WENZEL, Siegfried — Reflections on (New) Philology, p. 12.

<sup>61</sup> KABATEK, Johannes — Tradição discursiva e género, p. 582.

<sup>62</sup> KABATEK, Johannes — ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales?..., p. 99.

<sup>63</sup> BERGNER, Heinz — The pragmatics of medieval texts, p. 172.

<sup>64</sup> JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes — Introducción: Lengua, texto y cambio lingüístico..., p. VIII.

ambas os textos, centrado em particular na evolução semântica no campo lexical da morte.

### 3.1. O modelo da *Primeira Crónica Portuguesa*

Não existindo um testemunho intacto da versão original da PCP, optou-se neste capítulo pelo estudo do seu testemunho mais antigo, de finais do século XV, ainda que tendo em consideração que este se encontra modificado por sucessivas cópias e acréscimos<sup>65</sup>: a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*<sup>66</sup>. A possibilidade de que a *IVª CB* fosse testemunho de uma crónica portuguesa entretanto perdida foi postulada por Diego Catalán<sup>67</sup>, mas foi graças ao estudo, reconstituição e edição de Filipe Alves Moreira<sup>68</sup>, partindo dos testemunhos da *IVª CB*, do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e da *Crónica de Veinte Reyes*<sup>69</sup>, que foi possível conhecer o texto e o contexto de escrita da PCP.

A maior diferença entre a PCP e a CBAN consiste no extenso capítulo dedicado a Afonso Henriques, uma narrativa que combina diversos episódios da vida deste rei, presente na primeira, mas não na última. Já os capítulos seguintes da PCP, relativos aos reis portugueses de Sancho I a Dinis<sup>70</sup>, apresentam uma estrutura divergente, com um formato factual e sem segmentos desenvolvidos. Serão estes os capítulos em estudo, excluindo do *corpus* em análise o capítulo inicial da PCP, devido às suas características individuais, incompatíveis com o modelo em análise.

---

<sup>65</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 79-80.

<sup>66</sup> MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa (ed.) — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 139-150.

<sup>67</sup> CATÁLAN MENENDÉZ-PIDAL, Diego — *De Alfonso X al Conde de Barcelos...*, pp. 214-288.

<sup>68</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*.

<sup>69</sup> Utilizo a mesma designação pela qual o autor optou no seu estudo, apesar de atualmente a *Crónica de Veinte Reyes* ser reconhecida como parte da versão crítica da *Estória de Espanha*. MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, p. 21, nota 21.

<sup>70</sup> Apesar de o texto original da PCP abarcar apenas os reis portugueses até Sancho II, uma vez que a versão em análise é o testemunho da *IVª CB*, serão adicionados ao *corpus* os capítulos que se encontram nessa versão, relativos a Afonso III e Dinis.

**Tabela 1 – Corpus de capítulos da Primeira Crónica Portuguesa e da Crónica Breve do Arquivo Nacional**

Capítulo	A = PCP	B = CBAN
0 = conde Henrique	∅	+
1 = Afonso Henriques	X	+
2 = Sancho I	+	+
3 = Afonso II	+	+
4 = Sancho II	+	+
5 = Afonso III	+	+
6 = Dinis	+	+

Legenda: + presente; ∅ ausente; X com formato distinto.

Nesta tabela, a PCP é designada como A e a CBAN corresponde a B. Cada um dos capítulos é identificado pelo número correspondente ao reinado que descreve, ou seja: 0 = conde Henrique; 1 = Afonso Henriques; 2 = Sancho I; 3 = Afonso II; 4 = Sancho II; 5 = Afonso III; 6 = Dinis.

De seguida, é possível comparar os atos discursivos presentes em cada um dos capítulos do *corpus* em estudo, estado assinaladas as aberturas de cada um:

**Tabela 2 – Atos discursivos da Primeira Crónica Portuguesa e da Crónica Breve do Arquivo Nacional**

Ato discursivo	Aberturas na PCP	Aberturas na CBAN	
D1	Morto [x] Morto el-rei Despois de el-rei	O conde El rei	
D1x	E poborou e foi E começou E havia		
D2	E foi casado e casou E este rei [x] foi casado Morreu a rainha Morreu esta dona	que foi cassado este rei foi cassado este foi casado este se cassou E finou se	
D3	e houve dela e houve filhos	E ouve dela	
D4	E este rei [x] reinou e reinou	D4	D4a
		Este rei regnou Este rei começou de regnar	Este rei nação
D5	e morreu	E finou-se	

	Este rei [x] morreu	este [x] se finou
D6	e soterraram-no e jaz soterrado	E jaz sepultado E jaz soterrado E jaz
Dx	e os bispos	Este rei E reteve

Legenda: [x] = nome do rei

Esta comparação permite observar a simetria nos atos discursivos de ambos os textos. O ato discursivo D1x, que ocorre apenas na PCP e que consiste numa breve avaliação do reinado do rei ao qual o capítulo é dedicado, é o único que ocorre exclusivamente em um dos textos, não tendo sido incluído na CBAN. D1x é irregular quanto às aberturas e, como tal, não apresenta o mesmo formato estável em que o molde desta tradição discursiva consiste. Por este motivo, D1x não apresenta a consistência necessária para ser identificado como ato discursivo autónomo, sendo antes uma continuação de D1.

O ato discursivo D1 difere quanto às aberturas. Esta diferença pode indicar que, apesar de ambos os textos terem atos discursivos semelhantes, a continuidade entre capítulos foi realizada de formas distintas. Ou seja, a CBAN apresenta aberturas independentes em D1, focando-se na figura ao qual o capítulo é dedicado, mas na PCP as aberturas de D1 fazem ligação ao capítulo prévio, dando-lhe continuidade ao mencionar primeiro o rei anterior para posteriormente (e recorrendo a D1x) dar destaque ao rei abordado no capítulo. A mesma divergência ocorre também em D2, mas, nesse caso, as aberturas discrepantes ocorrem apenas num caso em particular, pelo que serão analisadas abaixo, quando for observada a macroestrutura dos textos.

Por sua vez, na CBAN ocorre uma particularidade quanto ao ato discursivo D4, que apresenta variação e pode ocorrer de duas formas: ou contém a informação relativa a quantos anos o rei reinou (D4) ou indica a data em que o rei nasceu (D4a). D4 e D4a nunca ocorrem em simultâneo no mesmo capítulo (D4 ocorre em 4B, 5B e 6B, enquanto D4a ocorre em 1B, 2B e 3B). Logo, dois atos discursivos coexistem num mesmo segmento textual, tendo-se optado na escrita de cada capítulo por um deles, mas nunca pelos dois.

Já o ato discursivo extraordinário, denominado como Dx, representa informação exclusiva ao texto de determinado rei, sem correspondente nos outros e que, por isso, se afasta do molde textual. Este ato discursivo contém aberturas distintas e a posição em que se insere é variável. Contudo, como consiste em segmentos que contêm informações próprias, foi considerado um ato discursivo independente, ainda que extraordinário ao formato do molde textual que os textos em análise seguem.

Os atos discursivos têm como elemento de ligação o polissíndeto, ou seja, a repetição sistemática da conjunção coordenada «e». Já o pronome demonstrativo «este» é utilizado para iniciar uma nova sequência dentro do texto. Também aqui se observa a simetria entre os textos, uma vez que em ambas ocorrem duas sequências: uma iniciada em D2, que descreve a vida e descendência do rei, e uma segunda iniciada em D4, que abarca as datas mais relevantes do seu reinado e as informações acerca da sua morte. Esta divisão ocorre com alguma regularidade, ainda que se observem algumas exceções, em particular na PCP. Estes atos discursivos repetem-se em todos os capítulos, ainda que apresentem uma distribuição distinta em cada um deles, como demonstra a tabela seguinte.

**Tabela 3 – Macroestrutura da *Primeira Crónica Portuguesa* e da *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Texto	Capítulo	D1	D1x	D2	D3	D4	D4a	D5	D6	Dx	Particularidades
PCP	2A	+	+	+++	+++	+	X	+	+	∅	D2 e D3 triplicados
	3A	+	+	+	+	>	X	+	+	∅	D4 deslocado para após D1
	4A	+	+	+	∅	+	X	∅	+	+	Dx ocupa o espaço de D3
	5A	+	+	+	+	+	X	∅	+	∅	
	6A	+	+	+	+	+	X	+	∅	∅	
CBAN	0B	+	∅	+	∅	∅	∅	++	+	∅	D5 repetido após D6
	1B	+	∅	+++	+++	X	+	+	+	∅	D2 e D3 triplicados
	2B	+	∅	+	+	X	+	+	+	∅	
	3B	+	∅	+	+	X	+	+	+	∅	
	4B	+	∅	+	∅	+	X	+	+	+	Dx ocupa o espaço de D3
	5B	+	∅	+	+	+	X	∅	+	∅	
	6B	+	∅	+	+	+	X	+	+	+	Dx ocorre após D6

Legenda: + presente; ∅ ausente; > presente, mas deslocado; X substituído por ato análogo.

O ato discursivo Dx ocorre três vezes nos dois textos: em 4A, 4B e 6B. As ocorrências em 4A e 4B são semelhantes, uma vez que, neste caso, o ato discursivo

extraordinário narra o episódio da deposição de Sancho II, que ocupa, nos dois textos, o espaço vazio de D3, suprimido por este rei não ter deixado descendência. Porém, em 4B, e ao contrário de 4A, não é suprimido o ato discursivo D5, que contém a informação quanto ao local de sepultura deste rei. A CBAN inclui ainda uma última ocorrência de Dx, em 6B. Neste caso, o ato discursivo extraordinário consiste em informação adicional acerca do mosteiro de São Dinis de Odivelas, onde o rei foi sepultado. Como tal, ocorre após D6, ato discursivo que não ocorre em 6A, tendo sido suprimido.

Tanto em 2A como em 2B os atos discursivos D2 e D3 ocorrem em triplicado. Em ambos os textos, a repetição deve-se à inclusão de três casamentos com descendência do rei Sancho I. Enquanto D3 ocorre de forma regular em todas as repetições, tanto na CBAN como na PCP, D2 não apresenta a mesma regularidade. Em 2A cada uma das ocorrências de D2 tem uma abertura diferente: a primeira é regular, mas a segunda e a terceira fazem ligação com o casamento anterior, recorrendo a aberturas semelhantes às de D1. Isto justifica a variação observada na tabela 2, em que o ato discursivo D2 podia abrir tanto com «Morreu a rainha» (utilizado exclusivamente na segunda ocorrência de D2 em 2A) como com «Morreu esta dona» (utilizado exclusivamente na terceira ocorrência de D2 em 2A). Já em 2B, ambas as repetições de D2 são feitas através da abertura «E finou se».

Na PCP é distinta a deslocação de D4 que ocorre em 3A. Este ato discursivo é inserido entre D1 e D1x, estando ausente da sua posição habitual no molde. A sequência singular deste capítulo é então a seguinte: D1 > D4 > D1x > D3 > D5 > D6. Já a CBAN, apresenta características únicas na construção do capítulo 0B. Esta particularidade pode ter sido causada por o capítulo ser dedicado ao conde Henrique, acerca do qual parece não ter sido encontrada muita informação. Assim, não ocorrem em 0B os atos discursivos D3 e D4. Talvez para compensar a supressão de dois atos discursivos, é repetido D5, a primeira vez em seguida a D2 e a segunda após D6. 0B apresenta então a seguinte sequência: D1 > D2 > D5 > D6 > D5. Para além disso, ocorrem neste capítulo aberturas específicas que não são repetidas no restante texto: D1 abre com «O conde», enquanto todos os subsequentes capítulos abrem com «El rei»; em D2 inicia-se uma sequência através do pronome relativo «que», ao invés do demonstrativo «este»; D5



abre com «este conde Dom Anriqui se finou», o que pode ser explicado pela repetição do ato discursivo, pois a segunda ocorrência abre com a forma regular «e finou-se». Tanto na PCP como na CBAN ocorre a supressão de D5 nos capítulos dedicados a Afonso III: 5A e 5B.

As aberturas dos atos discursivos da CBAN são relativamente regulares, sendo de notar algumas distinções em D2. Para além das variações já mencionadas de 0B, no qual se recorreu ao pronome relativo «que», e das repetições em 2B, no qual foi utilizado o polissíndeto, há dois outros capítulos em que D2 não é iniciado pelo pronome «este»: tanto em 3B como em 6B a ligação entre D1 e D2 é feita sem pronome, ocorrendo diretamente através da forma verbal «foi casado».

Apesar de a CBAN apresentar variação quanto ao ato discursivo D4, tanto D4 como D4a introduzem um novo segmento textual, uma vez que ambos são iniciados pelo pronome demonstrativo «este». No entanto, em duas ocorrências de D4 (4B e 5B) ocorre tanto a ligação pelo polissíndeto como pelo pronome demonstrativo, o que não acontece em nenhuma ocorrência de D4a.

Por sua vez, na PCP ocorrem algumas irregularidades nas ligações. O pronome demonstrativo «este», que na CBAN assinalava o início de sequências em D2 e D4, não cumpre a mesma função neste texto. Como tal, D2 não é regular na abertura de um novo segmento, uma vez que a ligação é feita através do polissíndeto, com exceção para o capítulo 5A, o único que é iniciado pelo pronome «este». Já D4 é iniciado em 2A, 5A e 6A pelo pronome demonstrativo, ao passo que 3A e 4A a ligação é feita recorrendo ao polissíndeto. Em 3A o pronome ocorre em D5, provavelmente devido à deslocação já mencionada de D4 para uma posição singular, entre D1 e D1x. Assim, neste capítulo, a nova sequência é iniciada após D3, tal como nos restantes capítulos, apesar de a deslocação da informação de D4 mover também o pronome e, com ele, o início de uma nova sequência para D5. Por sua vez, no capítulo 4A o pronome não é utilizado, encontrando-se todos os atos discursivos ligados pelo polissíndeto.

### **3.2. Evolução semântica do campo lexical da morte**

A análise da variação diacrónica e da evolução do uso da língua no *corpus* em estudo é complexa devido à transmissão textual da PCP, uma vez que o texto original é do século XIII, mas o testemunho da IVª CB foi produzido já no século XV<sup>71</sup>. Ainda assim, a observação do léxico utilizado nos dois textos permite encontrar marcas de evolução semântica, em particular nos verbos do campo lexical da morte, como demonstra a tabela seguinte:

**Tabela 4 – Número de ocorrências de verbos do campo semântico da morte na *Primeira Crónica Portuguesa* e da *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Verbos	PCP	CBAN
Morrer	11	3
Finar	0	9
Soterrar	7	3
Sepultar	0	3

Os únicos verbos que sofrem alterações entre a redação da PCP e da CBAN são os do campo lexical da morte, não ocorrendo mais nenhuma divergência a esse nível entre os textos. O verbo «morrer», utilizado 11 vezes na PCP, é utilizado apenas 3 na CBAN, sendo substituído por «finar», com 9 ocorrências. O verbo «morrer» esteve sempre em utilização desde a passagem do latim para o português, podendo ter sido grafado também como «morer» ou «morrere»<sup>72</sup>. Já «finar» encontra-se pela primeira vez nas *Cantigas de Santa Maria*, no século XIII<sup>73</sup>, sendo utilizado como uma forma semiculta do verbo «falecer»<sup>74</sup>.

Quanto ao verbo «soterrar», a sua utilização é dominante na PCP, com 7 ocorrências. No entanto, este verbo surge apenas 3 vezes na CBAN, tantas como «sepultar», que tem a sua primeira utilização registada num documento de 1326<sup>75</sup>. Já

---

<sup>71</sup> MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa — IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra..., pp. 15-17.

<sup>72</sup> MACHADO, José Pedro — *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 4, p. 168.

<sup>73</sup> MACHADO, José Pedro — *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 3, p. 53.

<sup>74</sup> COROMINAS, Joan — *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, p. 900.

<sup>75</sup> MACHADO, José Pedro — *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 5, p. 182.

«soterrar» encontra-se pela primeira vez num texto de Afonso X do século XIII<sup>76</sup>, sendo o verbo mais antigo entre os dois.

Os segmentos textuais em que a CBAN utiliza os verbos «morrer» e «soterrar» são os que partilham maiores semelhanças com a PCP, ou seja, aqueles para os quais havia um molde formal que podia ser reproduzido não só a nível estrutural, mas também lexical. Esta aproximação é particularmente notável na utilização do verbo «soterrar». A sua utilização na PCP verifica-se em todas as ocorrências do ato discursivo D6, nos capítulos 2A, 3A e 4A. Já na CBAN encontra-se este verbo apenas em metade das ocorrências de D6, nos capítulos correspondentes aos da PCP: 2B, 3B e 4B. Nas restantes ocorrências de D6 na CBAN, nos capítulos 0B, 1B e 6B<sup>77</sup>, é utilizado o verbo «sepultar». 0B e 1B, relativos ao conde Henrique e a Afonso Henriques, não têm correspondência na PCP, uma vez que as suas vidas são descritas num capítulo que não foi redigido mediante o molde utilizado nos capítulos finais. Já em 6B, capítulo dedicado a Dinis, o ato discursivo D6 foi suprimido. Dado que, na redação da CBAN de 0B, 1B e 6B se optou pelo verbo «sepultar», de utilização mais recente, mas nos capítulos 2B, 3B e 4B se conservou o verbo «soterrar», tal como utilizado na PCP, infere-se que a utilização proporcional dos dois verbos de deve a cópia no caso do mais antigo e a inovação no caso do mais recente.

### **Considerações finais**

A PCP foi utilizada como molde de escrita da CBAN. Os textos partilham um modelo de tradição discursiva, contendo atos discursivos análogos, ainda que organizados e introduzidos de forma distinta em cada um. O modelo seria considerado como estabelecido e validado enquanto autoridade devido à sua antiguidade.

A PCP segue o molde apenas nos capítulos finais e não no longo e destacado capítulo inicial, no qual é narrada a estória de Afonso Henriques. A utilização do modelo apenas na parte final pode indicar que a sua origem não foi a PCP, mas antes que nesse

---

<sup>76</sup> MACHADO, José Pedro — *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. 5, pp. 229-230.

<sup>77</sup> É necessário ainda mencionar a excecionalidade dos capítulos 5B, uma vez que é o único no qual é utilizado apenas o verbo «jaz», não ocorrendo nem a conjugação de «sepultado» ou de «soterrado».

texto se reproduziu o molde de um mais antigo, ainda não identificado<sup>78</sup>. Na PCP o modelo apresenta ainda algumas irregularidades e variações, que na CBAN não ocorrem. Neste texto o modelo foi seguido com maior cuidado, levando a um quase aperfeiçoamento do padrão de organização dos atos discursivos, uma vez que a sua distribuição pelos capítulos ocorre de forma ordenada, regular e sistemática.

O modelo de tradição discursiva tem uma forma informativa, que não desenvolve narrativamente os episódios mencionados, na qual a vida dos reis é apresentada em duas sequências: a primeira, na qual é descrita a sua ascendência, casamento e descendência; e a segunda, em que são sintetizados os dados acerca do reinado e da morte do rei. Estes atos discursivos são ligados pelo polissíndeto, a repetição da conjunção coordenada «e», com sequências introduzidas pelo pronome demonstrativo «este». Ao elencar informações, quer passadas, quer presentes, esta tradição implica um uso maioritário do pretérito perfeito do indicativo, acompanhado pontualmente pelo presente do indicativo, enquanto a utilização do pretérito imperfeito do indicativo é quase nula.

A análise da evolução semântica dos verbos utilizados nestes dois textos demonstrou que ocorre mudança ao nível do campo lexical da morte. É possível que, à época da escrita da CBAN, em 1429, os verbos mais recentes, «finar» e «sepultar», fossem considerados mais formais no tratamento dos temas da morte, levando ao detrimento de verbos mais antigos, possivelmente tidos como demasiado comuns, como «morrer» ou «soterrar».

---

<sup>78</sup> Não foram estudados neste capítulo textos mais antigos com as quais a PCP se possa relacionar a nível estrutural, o que levaria a um desvio no tema da dissertação. No entanto, é possível que esta tradição discursiva tenha origem no *Liber Regum*, com o qual a PCP possui relações textuais já identificadas em MIRANDA, José Carlos Ribeiro — Na Génese da *Primeira Crónica Portuguesa*; MIRANDA, José Carlos Ribeiro — Do *Liber regum* em Portugal antes de 1340; BAUTISTA, Francisco — Original, Versiones e Influencia del *Liber Regum*...

#### 4. As fontes conhecidas da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*

Como tem vindo a ser afirmado, o texto da CBAN resume os reinados dos governantes do território português desde o conde Henrique até Dinis através de uma estrutura resumida às seguintes informações: com quem casou; os filhos que teve; quando nasceu ou começou a reinar; quando morreu; onde se encontra o seu túmulo.

Para o capítulo do conde Henrique, o autor não terá conseguido compilar a mesma quantidade de informações que possuía acerca dos seus descendentes e, por esse motivo, o seu texto é o mais curto. Acerca dele é dito que casou com Teresa, mas não são mencionados os filhos que tiveram em conjunto. Não conhecendo a data de nascimento do Conde ou de quanto tempo governou, é por duas vezes repetida a da sua morte: 1150<sup>79</sup>, em Astorga. É ainda acrescentado que o seu túmulo se encontra na Sé de Braga. A opção de iniciar o texto com o conde Henrique e de excluir Teresa dos governantes de Portugal é compatível com as fontes utilizadas, como será proposto adiante neste capítulo.

O capítulo dedicado a Afonso Henriques é o primeiro em que todos os elementos informativos são inseridos. A CBAN relata que casou com Mafalda, filha de Afonso de Moliã, que seria filho do rei Afonso de Castela. Juntos, terão tido três filhos: Sancho, Urraca e Teresa. Quanto às datas, é referido que nasceu a 1132 e que morreu a 6 de dezembro de 1222 em Coimbra, tendo vivido 91 anos e sido sepultado em Santa Cruz de Coimbra.

O mais longo capítulo é o que relata a vida de Sancho I, uma vez, como já mencionado, inclui três casamentos e a descendência de cada um deles: o primeiro com a rainha Dulce, filha do rei de Aragão; com uma Dona anónima<sup>80</sup> após a morte da rainha; e, finalmente, com Maria Pais Ribeira, sendo mencionado que lhe deu Vila do Conde. Os filhos com a rainha Dulce teriam sido Sancho, Pedro, Fernando, Henrique, Mafalda,

---

<sup>79</sup> Por uma questão de coerência com os dois sistemas de datação utilizados na CBAN, as datas serão citadas como se encontram no texto, ou seja, com exceção do ano de 1429, mencionado no proémio como ano de redação, todas as datas relativas aos governantes de Portugal serão reproduzidas na Era hispânica.

<sup>80</sup> Provavelmente Maria Aires de Fornelos: BRANCO, Maria João Violante — *D. Sancho I*, pp. 209-210.

Sancha, Branca e Teresa. Posteriormente, com a Dona de nome desconhecido teve Martim Sanches e Urraca Sanches. Por último, com Maria Pais Ribeira teve Teresa Sanches, Gil Sanches, Constança Sanches e Rui Sanches. Quanto às datas, são mencionadas a de nascimento, 11 de novembro de 1192, tendo vivido até aos 58 anos, e a de morte, 1249, tendo sido também sepultado em Santa Cruz de Coimbra.

Já o texto acerca de Afonso II é curto, mencionando o seu casamento com uma filha de Afonso de Castela, Urraca, com quem teve Sancho, Afonso, Fernando e Leonor. Este rei teria nascido a 8 de abril de 1224, tendo morrido aos 37 anos, no ano de 1261 e sido sepultado no mosteiro de Alcobaça.

De Sancho II é relatado que casou com Mécia Lopez por vontade própria e que reinou 24 anos, após os quais foi para Castela, onde viveu mais dois. A única data incluída é a da sua morte, 1285. É ainda registado que faleceu em Toledo, tendo sido sepultado na catedral desta cidade. O capítulo conclui com a enigmática menção de que foi Sancho II quem financiou o final da construção da catedral. A narrativa da sua deposição é incluída de forma resumida, sendo apenas registado que, devido à sua atuação como rei ter prejudicado a justiça do reino, foi suplicado ao Papa que o substituísse pelo irmão, o conde de Bolonha.

Também o texto acerca de Afonso III é curto, sendo declarado que casou com Beatriz, filha de Afonso de Castela. Quanto aos filhos, são referidos Branca, Dinis, Afonso, Sancha e dois que morreram na infância e foram sepultados em Alcobaça e São Vicente de Fora. Por fim, é assinalado que reinou até 17 de Fevereiro de 1317, tendo reinado 32 anos e sido sepultado em Alcobaça.

O último reinado abarcado na CBAN é o de Dinis. Sobre ele é afirmado que casou com Isabel, filha de Pedro de Aragão, com quem teve Constança, casada com Fernando de Castela, e Afonso, casado com Beatriz. É referido que iniciou o seu reinado em 1317 e que morreu a 7 de janeiro de 1363, tendo reinado 46 anos. Este capítulo conclui a CBAN, acrescentando uma informação que se distingue do restante conteúdo: de que Dinis deixou registado no seu testamento e na ordenação do mosteiro de Odivelas que caberia a si e aos seus descendentes a aprovação da eleição da abadessa desse mosteiro.

Neste capítulo serão elencadas as fontes utilizadas na CBAN, não só analisando novamente as já conhecidas, mas também propondo novas relações textuais, ainda não exploradas. A CBAN será confrontada com cada uma das suas fontes, procurando-se, desta forma, estabelecer a sua relação e contextualização com a historiografia medieval anterior a 1429. Alguns casos, em que as relações intertextuais adquirem maior complexidade, serão analisados separadamente.

#### **4.1. A *Crónica de Portugal de 1419***

Encontrada por Artur de Magalhães Basto e Carlos da Silva Tarouca em manuscritos tardios distintos<sup>81</sup>, a *Crónica de Portugal de 1419* narra um período cronológico aproximado do da CBAN, descrevendo os feitos dos reis portugueses até ao reinado de Afonso IV. Contudo, a escrita dos dois textos é consideravelmente diferente, uma vez que a C1419 descreve narrativamente e de forma extensa diversos episódios e acontecimentos, enquanto a CBAN se limita a listar de forma abreviada as informações acima descritas. A atribuição da autoria da C1419 a Fernão Lopes, sugerida por Magalhães Basto<sup>82</sup> e Cintra<sup>83</sup>, mas acerca da qual o editor da obra, Adelino de Almeida Calado, colocou dúvidas<sup>84</sup>, foi extensivamente estudada por Filipe Alves Moreira, tendo este autor concluído que, apesar de alguns elementos poderem indicar o contrário, é provável a autoria de Fernão Lopes<sup>85</sup>.

Ao aceitar tanto a autoria de Fernão Lopes, que coloca a escrita da C1419 nas mãos do guarda das escrituras da Torre do Tombo, como a data de escrita da CBAN no ano de 1429, a proximidade entre ambas é evidente: são escritas num mesmo contexto, com dez anos de separação. Embora escritas em estilos totalmente distintos, esta proximidade faz com que seja provável que a C1419 tenha sido a principal fonte utilizada

---

<sup>81</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. VII-XIX; MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 7-27.

<sup>82</sup> BASTO, Artur de Magalhães — *Uma obra de Fernão Lopes...*, pp. 355-356.

<sup>83</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley — *Introdução*, p. CDX; CINTRA, Luís Filipe Lindley — *Recensão Crítica de A Tese de Damião de Góis...*, pp. 559-561.

<sup>84</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. XL-XLII.

<sup>85</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 239-244.

na escrita da CBAN. Esta afirmação, feita por Lindley Cintra<sup>86</sup> e apoiada por Fernando Venâncio<sup>87</sup>, foi aprofundada por Filipe Alves Moreira<sup>88</sup>, que comparou os dois textos extensivamente.

De acordo com este último, o segmento textual da CBAN dedicado a Afonso Henriques teria sido escrito tendo como fonte a C1419, com duas exceções<sup>89</sup>: a filiação da rainha Mafalda, que será analisada posteriormente, e data de morte de Afonso Henriques, ocorrida em 1222 na última e em 1223 na primeira. Este erro foi atribuído por Filipe Alves Moreira a um possível descuido do copista. Esta explicação parece ainda a mais provável, dado que, observando a data de nascimento de Afonso Henriques registada na CBAN (1132), bem como a da sua morte (6 de dezembro de 1222), seria mais provável que este rei tivesse vivido 90 e não 91 anos, como o mesmo texto indica.

Contudo, há ainda dois outros detalhes em que os dois textos divergem. Em primeiro lugar, há uma diferença no nome do território no qual reinou Fernando, marido de Urraca, filha de Afonso Henriques: Castela na CBAN e Leão na C1419. Talvez seja possível atribuir também este erro a uma confusão por parte do copista. Poderia ser sugerido que a substituição de Leão por Castela foi intencional, motivada porventura por o autor considerar que a menção ao reino de Leão não seria significativa no contexto político do século XV. Todavia, esse reino é mencionado duas vezes na CBAN: quanto ao local na morte do conde Henrique e quanto ao casamento de Teresa, filha de Sancho I, com Afonso IX. Mais ainda, ao ser utilizada a C1419 como fonte, seria impossível que o autor não identificasse Fernando II como rei de Leão, uma vez que este é central no episódio da queda de Afonso Henriques em Badajoz<sup>90</sup>.

A segunda diferença entre os dois textos pode ser mais relevante: a omissão de uma filha de Afonso Henriques de nome Mafalda. Na CBAN esta não é mencionada,

---

<sup>86</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – Introdução, p. CCCLIII.

<sup>87</sup> FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da — Crónica Breve do Arquivo Nacional, p. 193.

<sup>88</sup> MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 28-65.

<sup>89</sup> MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 241.

<sup>90</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 60-64.



sendo apenas referidos os filhos Sancho, Urraca e Teresa, mas na C1419 é inclusivamente referido o seu casamento:

(...) este rey dom Afonso ouve tres filhas: O filho ouve nome dom Sancho e este erdou o reyno de Portugal depois da morte de seu padre. (...) E a primeira filha ouve nome dona Mafalda, que foy casada com ho conde dom Reymondo, filho do conde dom Reymondo de Barçelona. E a outra ouve nome dona Oraca, que foy casada com el-rey dom Fernando de Liam, e a terceyra filha ouve nome dona Tareja, que foy casada com dom Filipe, conde de Frandes<sup>91</sup>.

Esta não é a única passagem da C1419 em que Mafalda é incluída entre a descendência de Afonso Henriques. Das três filhas deste rei, é Mafalda que recebe um maior destaque, uma vez que o seu casamento é um dos episódios aos quais é dedicado o capítulo 32, intitulado «Dos lugares que el-rey dom Afonso tomou depois e como cerquou Beja e a tomou, e dos filhos que ouve, e como casou sua filha Mafalda»<sup>92</sup>. Neste capítulo a preparação do casamento de Mafalda é descrito em detalhe, desde a chegada do pai de Raimundo e como foi recebido, às festas em que se decidiu o casamento, até à bênção do Arcebispo de Braga. Uma vez que a CBAN não inclui Mafalda na descendência de Afonso Henriques, conclui-se que é possível que a C1419 não tenha sido a fonte utilizada na redação desse segmento.

Quanto a Afonso II, Filipe Alves Moreira considera que todas as informações são compatíveis com as da C1419, apesar de haver uma divergência quanto às datas<sup>93</sup>. Mais uma vez, é acrescentado um ano à data de nascimento (1224 na CBAN e 1223 na C1419), tendo Filipe Alves Moreira afirmado que também esta diferença pode ter ocorrido devido a um erro de cópia<sup>94</sup>. O erro que ocorre quanto ao dia de nascimento de Afonso II pode corroborar essa possibilidade, pois indica um mau entendimento das datas da C1419 por parte do seu autor da CBAN. Neste texto, é afirmado que Afonso II nasceu a

---

<sup>91</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 55-56. Foram abreviadas informações sobre a juventude e reinado de Sancho I, que não eram relevantes para a passagem textual em análise.

<sup>92</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 55-57.

<sup>93</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 242.

<sup>94</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 242.

8 de abril, enquanto na C1419 este rei «nação dia de Sam Jorge, oyto 20 dias por andar d'abril»<sup>95</sup>. Ou seja, o rei teria nascido no dia 23 de abril, mas o autor da CBAN parece ter feito confusão entre uma expressão que indicaria oito dias para o final do mês de abril e o dia 8 de abril. Quanto à data de morte de Afonso II, ocorreu um erro evidente na cópia da C1419, que coloca a morte deste rei em 1206<sup>96</sup>, antes ainda da morte de Sancho I. Esse erro pode advir do processo de cópia, não sendo possível conhecer-se a data que constaria no original da C1419, que poderia ser compatível com a da CBAN.

Também as datas referentes a Sancho II são semelhantes na C1419 e na CBAN. O ano da sua morte é 1285, sendo acrescentado em ambas que esteve exilado em Toledo por dois anos. O número de anos que durou o seu reinado é o mesmo, especificando a CBAN que durou «regnou em Portugal viinte e quatro anos. E foisse pera Castela e alo andou dous anos», o que é consistente com a C1419, onde é explicada a contabilidade destes anos em maior pormenor:

E, posto que em alguns livros seja conteudo que ele reynou xxiiii<sup>o</sup>, e em outros xxbi, e todo he verdade, mas huns lhe contarom os anos de seu reinado os que vivera em Portugal, que foram xxiiii<sup>o</sup> e mais não, e outros lhe derom dous que andara em Castela e asy disseram que reynara xxbi anos<sup>97</sup>.

Também quanto a Afonso III, as informações contidas na CBAN são coincidentes com a C1419<sup>98</sup>, salvo algumas exceções. As semelhanças consistem: na menção dos mesmos filhos, Branca, Dinis, Afonso e Sancha, ainda que a ordem pela qual são enumerados não seja correspondente em ambos os textos; na duração do seu reinado, 32 anos; na omissão do reino de Leão no título de Afonso X, pai da rainha Beatriz, que na CBAN é referido como «el rei Dom Afonso de Castela» e na C1419 como «el-rey de Castela»<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 84.

<sup>96</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 119.

<sup>97</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 141.

<sup>98</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 242-243.

<sup>99</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 142.

No que toca a Dinis, é difícil encontrar correspondências textuais entre a CBAN a C1419, uma vez que se perderam os capítulos da última em que era narrado o seu reinado. Ainda assim, é possível que a informação acerca da sua descendência advenha dessa obra<sup>100</sup>, dado que a relação familiar entre Beatriz e Fernando IV de Castela, sublinhada na CBAN, «E ouve dela a ifante Dona Costança, que foi casada com el rei Dom Fernando de Castela, e o ifante Dom Afonso que foi cassado com a ifant Dona Beatriz, irmãa do dicto rei Dom Fernando de Castela», é descrita em detalhe no capítulo 100 da C1419, com o título «Como el-rey dom Fernando casou com dona Costança, e da menajem que hos seus fizeram a el-rey dom Denis e como el-rei deu casa ao iffante dom Afonso, seu filho»<sup>101</sup>. Contudo, sem ser conhecido o texto da C1419 relativo ao seu reinado, não é possível afirmar se haveria outras correspondências.

#### **4.2. A Primeira Crónica Portuguesa**

Como foi já referido no capítulo anterior, a *Primeira Crónica Portuguesa*, escrita provavelmente antes de 1270<sup>102</sup>, tem na *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* o seu testemunho mais completo, ainda que já modificado por sucessivas cópias e acréscimos<sup>103</sup>. A ideia de que a *IVª CB* fosse testemunho de uma crónica portuguesa entretanto perdida tinha já sido postulada por Diego Catalán<sup>104</sup>, mas, como foi também mencionado, só através do estudo, reconstituição e edição de Filipe Alves Moreira<sup>105</sup>, partindo dos testemunhos da *IVª CB*, do *Livro de Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e da *Crónica de Veinte Reyes*, foi possível conhecer o texto e o contexto de escrita da PCP.

A utilização desta obra como fonte na escrita da CBAN foi proposta por Lindely Cintra<sup>106</sup>, que encontrou no erro acerca da filiação da rainha Mafalda, casada com

---

<sup>100</sup> MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 243.

<sup>101</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 175-177.

<sup>102</sup> BAUTISTA, Francisco — *Original, Versiones e Influencia del Liber Regum...*

<sup>103</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 79-80; MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 15-17.

<sup>104</sup> CATÁLAN MENENDÉZ-PIDAL, Diego — *De Alfonso X al Conde de Barcelos...*, pp. 214-288.

<sup>105</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 105-140.

<sup>106</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – *Introdução*, p. CCCLIII, nota 100.

Afonso Henriques, evidência de que este texto teria conhecido uma versão mais perfeita da IVª CB. Este erro, que atribui a paternidade de Mafalda ao «conde Dom Afonso de Moliana, filho d'el rei Dom Afonso de Castela», é uma das particularidades mais estudadas acerca da CBAN. Também Filipe Alves Moreira analisou esse erro<sup>107</sup>, tendo, posteriormente, estudado em maior detalhe a relação da CBAN não só com a C1419, mas também com a PCP<sup>108</sup>. Uma vez que a lição Moliana é uma das particularidades mais emblemáticas, bem como complexas, da CBAN, ser-lhe-á dedicado o subcapítulo seguinte ao presente.

Como foi referido anteriormente, há uma diferença significativa entre a CBAN e a C1419 quando à descendência de Afonso Henriques: a omissão na CBAN da filha Mafalda, que, de acordo com a C1419, foi casada com Raimundo de Barcelona. Esta omissão pode encontrar uma justificação se se admitir que a fonte utilizada quanto à descendência de Afonso Henriques foi a PCP, na qual esse segmento tem a seguinte forma: «ouve filho el rei dom Sancho, e a rainha dona Orraqua que foy cassada com el rei Fernando de Leam, e a rainha dona Tareija que foi cassada com o conde de Frandes»<sup>109</sup>. Por sua vez, a informação da CBAN relativa aos filhos do rei consiste em: «o infante Dom Sancho e a infante Dona Orraca que foi casada com el rei Dom Fernando de Castela, e a infante Dona Tareija, que foi casada com o conde de Frandes». Em ambos os textos, não só é omitida a filha chamada Mafalda, como a sequência é a mesma, sendo reportados os mesmos casamentos das filhas Urraca e teresa<sup>110</sup>. Logo, parece mais provável na redação da descendência de Afonso Henriques na CBAN tenha sido utilizada a PCP como fonte.

Também a informação relativa à descendência de Sancho I foi retirada da PCP<sup>111</sup>. Este segmento parece comprovar a premissa de Lindley Cintra, segundo o qual a CBAN teria conhecido uma versão mais perfeita da PCP do que a que se encontra no

---

<sup>107</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 149-151.

<sup>108</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 239-244.

<sup>109</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 135.

<sup>110</sup> A única exceção sendo a identificação do marido de Urraca como Fernando de Castela na CBAN.

<sup>111</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 241-242.

testemunho da IVª CB<sup>112</sup>, pois na CBAN é feita menção a uma filha de nome Mafalda, omitida por erro de cópia do testemunho da IVª CB, mas que estaria incluída na versão original da PCP<sup>113</sup>. O nome de Afonso II, designado neste capítulo da CBAN como Sancho, pode ocorrer por erro na cópia<sup>114</sup>, o que pode também ser justificado pela utilização do capítulo correspondente da PCP como fonte, pois é aí denominado como Afonso Sanches.

Outra pequena diferença que se verifica neste capítulo é a posição da filha Sancha: na PCP é afirmado que tinha entrado mosteiro do Lorvão<sup>115</sup>, enquanto na C1419 era descrita como monja do mesmo<sup>116</sup>, mas na CBAN a sua posição é já de governadora do mosteiro. Uma vez que o erro quanto a esta informação se prende com a identificação do mosteiro, pois Sancha foi fundadora do mosteiro de Celas e não do Lorvão<sup>117</sup>, não parece provável que a diferença no texto da CBAN se deva à consulta de outra fonte, mas sim a uma tentativa de engrandecimento do seu estatuto por parte do autor do texto, dado que a associa ao mesmo mosteiro citado pelas duas fontes e que seria o seu local de sepultura.

Na sua edição da PCP, Filipe Alves Moreira considerou que as informações detalhadas quanto aos locais de repouso de algumas figuras consistiriam num acréscimo posterior ao texto original desta crónica<sup>118</sup>. Esta observação levou-o a excluir da sua reconstituição<sup>119</sup> o nome de Constança, filha de Sancho I com Maria Pais Ribeira. Todavia, esta filha foi incluída na CBAN. Por conseguinte, talvez seja possível propor que a versão da PCP que o autor da CBAN conheceu conteria já alguns acréscimos que se encontram no testemunho da IVª CB, como a alusão a Constança Sanches<sup>120</sup>.

---

<sup>112</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – Introdução, p. CCCLIII, nota 100.

<sup>113</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 154; MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa (ed.) — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 147.

<sup>114</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 242, nota 802.

<sup>115</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 137.

<sup>116</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 85.

<sup>117</sup> MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa — *Um mosteiro cisterciense feminino...*, pp. 21-29.

<sup>118</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 87-88.

<sup>119</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 155.

<sup>120</sup> MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa (ed.) — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 148.

Também no capítulo dedicado a Afonso II é possível encontrar semelhanças entre a PCP e a CBAN. Se, como vimos acima, na C1419 ocorre um erro quanto ao ano da sua morte, na PCP o ano mencionado é o correspondente que se encontra na CBAN: 1261. No entanto, e como foi já afirmado, não é possível confirmar que o erro da C1419 estivesse no original ou na versão mais próxima do original que o autor da CBAN conheceu.

O segmento relativo à descendência de Afonso II é semelhante na PCP e a CBAN, não só quanto ao número de filhos que o rei teve, mas também na sequência pela qual são elencados: na PCP são «o ifante dom Sancho e o ifante dom Afonso e o ifante dom Fernando de Seipa e a ifante dona Lionor, que foi cassada com o filho do rey das Martas»<sup>121</sup>; enquanto na CBAN são «o ifante Dom Sancho e o ifante Dom Afonso que foi conde de Belonha e o ifante Dom Fernando e a ifante Dona Lianor». Apenas o casamento de Leonor foi excluído. Ainda assim, esta semelhança não prova que a PCP foi utilizada como fonte da CBAN na redação deste segmento, pois apresenta a mesma afinidade com a C1419:

«o iffante dom Sancho, que depois foy rei de Portugal, e o iffante dom Afonso, que foy conde de Bolonha, e o iffante dom Ffernando de Serpa, que casou em Castela com Sancha Fernandez, filha de dom Ffernando, e ouve dela hũa filha que ouve nome dona Lianor, que depois foy casada com el-rey de Daçya e moreo sem ffilhos. E ouve mais a inffante dona Lyanor, que casou com ho filho del-rey das Marchas, o qual erdou ho reyno depois da morte de seu padre»<sup>122</sup>.

O que as correspondências entre os três textos prova, todavia, é que não se pode afirmar que a fonte foi exclusivamente a PCP ou a C1419. Dado que os três textos são compatíveis quanto à descendência de Afonso II rei, não é, por isso, possível excluir nenhum enquanto possível fonte na redação deste segmento na CBAN.

Apesar de o texto da PCP terminar originalmente com Sancho II<sup>123</sup>, é necessário questionar se o testemunho que o autor da CBAN conheceu poderia conter uma matéria

---

<sup>121</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 139.

<sup>122</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 104-105.

<sup>123</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, p. 82.

mais extensa. Como foi já proposto, a versão da PCP utilizada como fonte da CBAN seria não só mais perfeita, mas conteria já alguns acréscimos, como a inclusão de Constança, filha de Sancho I. Poderia inclusivamente conter capítulos dedicados a Afonso III e a Dinis<sup>124</sup>, em versões equivalentes ou aproximadas às do testemunho da IVª CB. Ainda assim, a única correspondência identificável entre esses capítulos na IVª CB e na CBAN é a data de morte de Dinis, 7 de janeiro de 1363.

#### 4.2.1. A lição Moliana

A opção de analisar a lição Moliana separadamente advém não só de esta ser uma das particularidades mais curiosas da CBAN, mas também por ser a mais comentada em estudos prévios. A lição Moliana consiste num erro quanto à identidade do pai da rainha Mafalda, casada com Afonso Henriques, sendo registado que era filha do «conde Dom Afonso de Moliana, filho d'el rei Dom Afonso de Castela». Assim, a lição Moliana é, neste texto, apresentada em conjunto com a informação de que o avô de Mafalda era o rei de Castela.

De acordo com Lindley Cintra, a lição advirá de uma transmissão textual com origem no Toledano, que descrevia Mafalda como filha do conde de Mauriense<sup>125</sup>. Esta lição teria passado para Maurien na *Primeira Crónica Geral* e Moriana na *Crónica de Veinte Reyes*<sup>126</sup>. Uma vez que Cintra considerava ainda que a IVª CB era uma tradução desta última, um erro de cópia teria transformado o Moriana no Moliana que se lê na CBAN. Tendo em conta que, no testemunho da IVª CB, surge já a forma Molina, o mesmo autor considerou que, na redação da CBAN, teria sido utilizada como fonte uma versão mais perfeita dessa crónica, que atualmente podemos designar como um testemunho da PCP anterior ao da IVª CB.

Já Diego Catálan<sup>127</sup>, atentando à conjugação da lição com a justificação para o casamento e baseando-se na forma como essa surge no testemunho manuscrito de

---

<sup>124</sup> MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa (ed.) — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 150.

<sup>125</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley — *Introdução*, pp. CCCLXXVII- CCCLXXIX.

<sup>126</sup> Opto, mais uma vez, por utilizar a mesma designação que o autor em questão, ver nota 69.

<sup>127</sup> CATÁLAN MENENDÉZ-PIDAL, Diego — *De Alfonso X al Conde de Barcelos...*, pp. 249-250.

António Brandão do *Chronicon Lusitanum*<sup>128</sup>, considerou que a origem do erro seria portuguesa. Nesse texto, é explicado que Afonso Henriques casou com a filha do conde de Moriana porque um casamento com uma mulher de linhagem régia ou imperial seria incestuoso. Segundo Catálan, a mesma justificação é apresentada tanto na IVª CB como na *Crónica de Once Reyes*<sup>129</sup>, mas não no Toledano.

Filipe Alves Moreira estudou também este erro, tendo optado pela lição Moriana na sua edição da PCP<sup>130</sup>, dado que uma das obras utilizadas como fonte da reconstituição do texto, a *Crónica de Veinte Reyes*, contém ainda esta lição. Também na opinião deste autor, a lição Moliana como surge na CBAN resulta do recurso a uma versão mais antiga da PCP, na qual se leria ainda Moriana<sup>131</sup>.

A transmissão da lição pode ter contribuído para a futura confusão na filiação de Mafalda que ocorre no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, no qual esta rainha é inserida na linhagem dos Lara, enquanto filha de Manrique de Lara, conde de Molina<sup>132</sup>. No entanto, a alteração pode ter ocorrido propositadamente, tendo o conde de Barcelos aproveitado o poder da linhagem dos Lara para aí inserir os reis de Portugal<sup>133</sup>. A mudança na sua filiação leva a que, na C1419, Mafalda seja apresentada como «filha do conde dom Amrique de Lara»<sup>134</sup>, sem ser acrescentada a informação de que este seria o conde de Molina e sendo justificado o casamento com a proximidade familiar de Afonso Henriques às linhagens régias de Espanha e por os Lara serem uma família de grande poder.

Apesar de, tanto a PCP<sup>135</sup> como o CL<sup>136</sup> incluírem a justificação do casamento de Afonso Henriques com Mafalda e a CBAN não a adicionar, a sua relação com estes textos

---

<sup>128</sup> Sobre este texto e as suas diferentes designações (entre elas *Chronica Gothorum* e *Annales Portucalenses Veteres*), ver BAUTISTA, Francisco — Breve Historiografía, pp. 177-181; MIRANDA, José Carlos Ribeiro — Sobre a Cultura Escrita no Portugal Medieval..., p. 19, nota 26.

<sup>129</sup> Ver notas 69 e 126.

<sup>130</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 149-151.

<sup>131</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 241.

<sup>132</sup> MATTOSO, José (ed.) — *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, pp. 123.

<sup>133</sup> DIAS, Isabel de Barros — *Linhagens imaginadas...*, pp. 194-205.

<sup>134</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 34.

<sup>135</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 135.

<sup>136</sup> BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, p. 274.



é inegável. Porém, o seu autor parece não ter tido acesso ao primeiro nome do pai da rainha, pois nomeia-o como Afonso e não Amadeu, como se encontra no CL. Assim, seria possível concluir que o autor da CBAN conheceu a PCP, mas não o CL. Todavia, é igualmente possível que este tenha copiado mal o primeiro nome do pai de Mafalda, tendo feito confusão com Afonso de Molina, mencionado no capítulo relativo a Sancho I da PCP<sup>137</sup>.

Convém, ainda assim, considerar uma terceira opção: que o autor da CBAN não quis reproduzir o nome do pai da rainha Mafalda tal como o encontrou no CL. Apesar de, na redação da CBAN, terem possivelmente sido favorecidas as fontes mais antigas, consideradas mais verosímeis e, como tal, mais adequadas ao objetivo afirmado no proémio, é evidente uma semelhante preocupação com a informação tida como verídica à época da redação da CBAN, como se verifica pela frequência com que se recorreu à C1419. Esta possibilidade pode justificar a inclusão da informação de que Afonso de Moliana era filho do rei Afonso de Castela, uma vez que não é sequer possível identificar quem seria o Afonso de Castela a que a CBAN se refere. Mais ainda, Mafalda é a única rainha para a qual é incluída não só a identidade do pai, mas também a do avô, o que não ocorre na filiação de nenhuma outra.

Assim, a lição Moliana como se encontra na CBAN advém da PCP (e talvez também do CL), tendo sido utilizada como fonte uma versão em que a lição teria já transitado da forma original Moriana para Moliana. Para além disso, foi omitida a justificação para o casamento, sendo antes conjugada na CBAN com uma informação aproximada à que era mais plausível no século XV, ou seja, que Afonso Henriques casou com uma mulher de linhagem castelhana. O autor da CBAN parece ter uma tendência para melhorar a imagem daqueles que descreve. Sendo assim, ao eliminar a justificação do casamento de Afonso Henriques, talvez lhe tenha parecido inadequado que Mafalda

---

<sup>137</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 138. Afonso de Molina é mencionado na PCP enquanto filho do rei Fernando de Leão e da rainha Berengária de Castela, informação que é correta, mas não é reproduzida na CBAN.

fosse a única rainha, com exceção de Mécia Lopez de Haro<sup>138</sup>, a não advir de uma linhagem régia.

Convém ainda acrescentar outra particularidade da lição Moliana na CBAN: as notas e correções de que foi alvo não só no manuscrito do L4AIII, mas também no testemunho do Ms. 86. No L4AIII toda a notícia do casamento de Afonso Henriques foi riscada, tendo sido acrescentada na margem, por mão posterior, a correção da sua paternidade: «Amadeu ou Amedeu de Moriena»<sup>139</sup>. Também o testemunho do Ms. 86 inclui, à margem da notícia do casamento, uma anotação que informa: «Deste livro tomarão os escritores o erro»<sup>140</sup>. Este comentário não está correto, pois, como vimos acima, a CBAN representa uma continuidade do erro e não a sua origem.

### **4.3. Outras fontes da *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Se, até aqui, a CBAN foi contrastada com duas fontes já identificadas, inicia-se agora a análise da sua relação com fontes ainda não estudadas sistematicamente. Refiro-me à *Crónica de Espanha de 1344*, aos anais portugueses e a fontes documentais, nomeadamente os testamentos de Dinis. A relação com a primeira foi já apontada por Filipe Alves Moreira, que encontrou na C1344 a possível fonte para informações relativas aos filhos de Afonso III, em particular a menção a Branca ter sido monja nas Olgas de Burgos e a dois filhos que morreram ainda pequenos<sup>141</sup>. Quanto aos anais, a possibilidade de terem sido utilizados para corrigir ou informar quanto às datas foi levantada por Lindley Cintra<sup>142</sup>. Por outro lado, os testamentos de Dinis e a documentação fundacional do mosteiro de Odivelas, as únicas fontes mencionadas diretamente na CBAN, nunca foram analisadas.

---

<sup>138</sup> Caso que não foi ignorado na redação da CBAN, tendo sido justificado o casamento, afirmando-se que Sancho II casou com ela «per seu conselho».

<sup>139</sup> ANTT, Livro 4 de Inquirições de Afonso III, f. 6v. Pode ser visualizada uma transcrição em que se procurou representar o texto rasurado e o acrescentado em: FONTÃO, Diana (ed.) — *Crónica Breve do Arquivo Nacional...*, disponível em: <https://corpora.uah.es/egpa/index.php?action=CBAN>

<sup>140</sup> BPMP, Ms. 86, p. 389.

<sup>141</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 242-243.

<sup>142</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley — *Introdução*, p. CCCLIII.

De seguida serão elencadas as informações da CBAN cuja fonte não foi possível identificar. No capítulo de Afonso Henriques, o marido da filha Urraca é designado como Fernando, rei de Castela. Este erro não tem origem nem na PCP nem na C1419, uma vez que em ambas Fernando recebe destaque individual no episódio de Badajoz<sup>143</sup>. Por esse motivo, é mais provável que o autor da CBAN tenha cometido um erro ao copiar o reino e não que tenha utilizado outra fonte.

No capítulo de Sancho I há também duas informações para as quais não foi possível encontrar fonte, uma delas já assinalada: a informação de que a filha Sancha foi governadora do Lorzão e não de Celas. Também neste caso não parece que o autor tenha utilizado outra fonte, pois, como mencionado, a única alteração em relação à PCP e à C1419 é o cargo que a filha teve, o que, tal como na questão na filiação da rainha Mafalda, pode dever-se apenas a uma tentativa de aumentar ao prestígio da figura citada. A outra informação para a qual não foi possível especificar uma fonte consiste na nomeação de Maria Pais Ribeira, designada apenas como Ribeirinha na PCP<sup>144</sup>, associada à informação de que Sancho I lhe teria dado Vila do Conde. Filipe Alves Moreira argumenta que a menção à doação poderia resultar da consulta de documentação<sup>145</sup>. Caso o autor da CBAN consultasse a documentação referente a Sancho I<sup>146</sup>, encontraria, no seu testamento, referência tanto a Maria Pais Ribeira como à doação que o rei lhe fez de Vila do Conde. O que contradiz esta possibilidade é a não nomeação de Maria Aires de Fornelos e das doações que Sancho I lhe fez, igualmente incluídas no testamento, sendo antes designada na CBAN como «ũa dona, de que se nom pode saber o nome». Poderia, porém, ter consultado o registo da doação de Vila do Conde a Maria Pais Ribeira<sup>147</sup>, no qual é incluído o seu nome e o dos seus filhos. A probabilidade de que o autor da CBAN tivesse acesso a documentação e que a tenha

---

<sup>143</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 60-62; MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 135-136.

<sup>144</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 138

<sup>145</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, p. 242.

<sup>146</sup> AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues (ed.) — *Documentação de Sacho I...*, pp. 297-301.

<sup>147</sup> AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues (ed.) — *Documentação de Sacho I...*, pp. 258-259.

consultado na redação da CBAN não pode ser ignorada, uma vez que, como foi já proposto, terá sido redigida no contexto do arquivo da Torre do Tombo.

A descrição da deposição de Sancho II é demasiado abreviada na CBAN para que seja possível indicar a utilização de uma fonte em particular, sendo mais provável que se trate de um resumo feito com base no texto da PCP ou da C1419. Na CBAN, a deposição é resumida à seguinte frase:

Este rei, por algũas cousas *que* fez em perjuizo dos *dereitos* do regno e da justiça, os prelados *sopricarom* ao papa, e os fidalgos e conçelhos, e por elo ordenou o papa, a requirimento dos *sobredictos*, *que* viesse o conde Dom Afonso de Belonha, seu irmãoo, governar estes regnos de Portugal e do Algarve.

Já na PCP, o episódio apresenta uma narrativa mais completa<sup>148</sup>, que contém semelhanças ao nível da construção e do léxico, sem que seja coincidente o suficiente para ser possível afirmar que foi esta a versão resumida na CBAN. Uma vez que, na C1419<sup>149</sup>, este episódio ocupa diversos capítulos, sendo narrado em detalhe, mais complexa ainda é a sua comparação com a breve frase que na CBAN é dedicada ao tema.

Também a indicação de que este rei casou com Mécia Lopes de Haro «per seu conselho» pode ser considerada um resumo do maior detalhe que se encontra na PCP, segundo a qual casou porque «saio de mandado da rainha dona Biringeira sua tia»<sup>150</sup>. No entanto, é igualmente impossível afirmar que a fonte tenha sido esta crónica, porque também na C1419 o casamento é apresentado com uma justificação que pode ser

---

<sup>148</sup> «E os bispos e arcebispos e os abbades bentos e os principes e todollos outros prellados da Santa Egreja ouuerom conselho e acordarrom-sse de enviar dizer esto ao Papa. E foi alla o bispo de Coinbra, dom Tiburcio, e o arcebispo de Bragaa. E diserom-no ao Papa, que nom aviam justiça nem huña e que a nom fazia este rey dom Sancho. E disse ho Appostolico: «Qual rey quiserdes filhar, tall filhade, que seja naturall do regno e que saiba fazer justiça». E elles diserom: «Padre Santo, pidimos-te o Conde de Bolhonha, seu irmãoo». E o Papa outorgou-lho. E veo o conde e tolheo o reyno a seu irmãoo. E quantas boas vilas hi avia todallas tomou, que nom ficou senom Coinbra. E esta nom ficou senom por que nom veo hi ho conde ca se ell hi veera asi a filhara bem como as outras. E des alli emviou Rey dom Sancho pollo ifante dom Afomso filho d’el rey dom Fernando de Castela e de Leam. E el foi com ell com mvym gram cavallaria e levou-ho consigo pera Castela», MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 139-140.

<sup>149</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 119-133.

<sup>150</sup> MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*, p. 139.

considerada de conteúdo semelhante, ainda que narrada maior detalhe<sup>151</sup>. Tendo em conta que, nem na PCP nem na C1419 é utilizada a palavra conselho, é impossível afirmar que a CBAN resume uma fonte em particular.

Quanto à informação de que Sancho II foi sepultado na Sé de Toledo, é-lhe acrescentado um peculiar elemento: «*que ele fez acabar aa sua custa*». Os anos em que Sancho II viveu em Toledo não se encontram documentados de forma a ser possível saber-se como seria a sua vida após a deposição<sup>152</sup>. Sabe-se que a catedral ainda não estava concluída quando se instalou na cidade, especificamente no palácio episcopal, local onde foi redigido o seu último testamento, no qual parece não ter feito legado à cidade ou à Sé, indicando inclusivamente que queria ser sepultado em Alcobaça<sup>153</sup>. Assim, a inclusão de que a Sé de Toledo foi acabada graças a ele pode ser, como ocorre pontualmente, outra tentativa de melhorar a imagem da figura descrita, engrandecendo a sua posição<sup>154</sup>.

#### **4.3.1. A *Crónica de Espanha de 1344***

As semelhanças entre a CBAN e a C1344 concentram-se nas informações relativas aos filhos de Afonso III. Em primeiro lugar, é indicado na CBAN que a filha Branca «foi senhora das Olgas de Burgos», informação paralela à da C1344<sup>155</sup>, na qual é afirmado que «jouve nas Olgas de Burgos»<sup>156</sup>. Esta informação diverge da apresentada

---

<sup>151</sup> «sayo-se do mandado da raynha Berengena, sua tya, e casou-se com dona Meçia Lopez, filha de dom Lopo de Biscaya, a qual cousa os povos ouverom por estranha por ser ligua de tam baixo lugar segundo o que pertemçia a seu estado, mormente ser seu divido aquem do quarto grao e não aver por elo despemção e por esta fase grande mingua de sua onrra, e não a quis ele porem partir de sy e tomar outra molher qual à sua omrra convinha, mas vyverom asy anhos, não avemdo porem dela ffilhos», CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 119.

<sup>152</sup> FERNANDES, Hermenegildo — *Sancho II*, pp. 15-22.

<sup>153</sup> FERNANDES, Hermenegildo — *Sancho II*, pp. 15-22; VARANDAS, José — «Bonus rex» ou «rex inutilis»..., pp. 409-411.

<sup>154</sup> Sendo possível que a confusão se deva ao envolvimento de Sancho II na construção da Igreja de Santiago del Arrabal.

<sup>155</sup> A mesma informação surge também no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*: «ifante dona Branca, que morreo nas Olgas de Burgos, onde foi sempre senhora, e i jaz, ca nunca quis seer casada», MATTOSO, José (ed.) — *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, p. 129. No entanto, esta obra não incluiu a menção aos filhos de Afonso III que morreram em crianças, pelo que se optou por analisar apenas, de entre as obras da autoria de Pedro de Barcelos, a C1344.

<sup>156</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) — *Crónica Geral de Espanha de 1344*, p. 242.

na C1419, segundo a qual Branca foi senhora do mosteiro do Lorvão<sup>157</sup> e da PCP, na qual esta filha nem sequer é incluída<sup>158</sup>. Para além de Branca, a CBAN inclui ainda a menção a «outros dous filhos *que morrerom pequenos e ùu jaz en Alcobaça e outro em o moesteiro de Sam Viçente de Fora*». Nem a PCP nem a C1419 citam estes filhos. Já na C1344 é relatado que teve «*outros que morrerom pequenos*»<sup>159</sup>, sem incluir que seriam dois, nem onde estão sepultados.

A incompletude da informação como surge na C1344 levou a que Filipe Alves Moreira tenha considerado que a hipótese de que o autor da CBAN tenha conhecido a C1344 não era inteiramente convincente<sup>160</sup>. Atentando a essa incompletude, é necessário mencionar a filha Sancha que, de acordo com a CBAN, morreu em Sevilha e está sepultada em Alcobaça. Esta filha é incluída nos mesmos termos na C1419 e na PCP<sup>161</sup>, mas é ignorada pela C1344, o que implica que a apresentação dos filhos de Afonso III nos dois textos não é totalmente compatível.

Assim, é impossível garantir que a C1344 foi utilizada como fonte da CBAN. Por um lado, é possível que tenha sido utilizado como fonte um texto não identificado que compilaria a informação relativa à descendência de Afonso III de forma correspondente à da CBAN. Contudo, é também plausível que, na redação do segmento, tenha sido utilizada como fonte a C1419 ou uma versão da PCP que abrangesse já este reinado, acrescentado ou corrigindo detalhes recorrendo à C1344. A informação de que Branca esteve em Huelgas de Burgos provavelmente teve origem na C1344, sendo improvável que tenha sido conhecida através de documentação. Mesmo que o autor da CBAN conhecesse os Livros de Chancelaria de Afonso III, não é neles feita nenhuma menção a

---

<sup>157</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 146. De acordo com LEITE, Mariana — Uma vida em cartas... o erro de que Branca foi monja no Lorvão tem origem neste texto, tendo-se mantido na historiografia portuguesa até ser corrigido por António Brandão, que considerou Pedro de Barcelos uma fonte mais credível. Agradeço à autora a partilha deste artigo, ainda no prelo, que resolveu muitas das questões que tinha sobre Branca.

<sup>158</sup> MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa (ed.) — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, p. 150. Refiro-me aqui ao testemunho tardio da IVª CB e não ao texto original da PCP.

<sup>159</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) — *Crónica Geral de Espanha de 1344*, p. 242. Em itálico na obra citada.

<sup>160</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 242-243.

<sup>161</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 146; MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa (ed.) — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, p. 150.

Huelgas de Burgos. Na realidade, o mosteiro a que Branca é associada nessa documentação é, mais uma vez, o do Lorvão<sup>162</sup>. Ainda que a presença de Branca nas Huelgas de Burgos esteja amplamente evidenciada na documentação desse mosteiro<sup>163</sup>, a comunicação ocorria com a corte castelhana e não com a portuguesa. Desta forma, mantém-se a possibilidade que a informação relativa a Branca como surge na CBAN tenha sido recolhida da C1344, possivelmente como correção à C1419. Esta última, contudo, ter-se-á mantido como fonte quanto à inclusão e descrição de Sancha na CBAN, pois a semelhança textual é evidente<sup>164</sup>.

Contudo, é ainda questionável se a C1344 foi a fonte utilizada quanto à informação relativa aos filhos de Afonso III que morreram ainda pequenos. Em primeiro lugar, o número de crianças é limitado a dois. Esta especificidade não se encontra na C1344, na qual o número não é definido, sendo mencionado apenas que teve «outros». Ainda assim, a semelhança na redação das duas frases é evidente em ambos os textos<sup>165</sup>.

Historicamente, o número de filhos que Afonso III teve que faleceram ainda em crianças terá sido maior, possivelmente quatro<sup>166</sup>. A justificação para a inclusão de apenas dois pode, todavia, advir do conhecimento de outras fontes, como veremos de seguida na confrontação do texto da CBAN com os anais portugueses.

#### 4.3.2. Os Anais Portugueses

A possibilidade de que as datas da CBAN tivessem sido recolhidas a partir dos anais medievais portugueses foi, como anteriormente declarado, equacionada por Lindley Cintra<sup>167</sup>. Dado continuidade a essa premissa, foram consultados os anais portugueses, encontrando-se algumas correspondências entre a CBAN e dois textos: o

---

<sup>162</sup> VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (ed.) — *Chancelaria de D. Afonso III*, pp. 253-254.

<sup>163</sup> LEITE, Mariana — Uma vida em cartas... afirma que Branca é citada em 178 documentos. Cf. também REGLERO DE LA FUENTE, Carlos M. — Las “señoras” de las Huelgas de Burgos...

<sup>164</sup> «ifante Dona Sancha, que morreo em Sevilha e jaz em Alcobaça» na CBAN; «iffante dona Sancha, que morreo em Sevilha e depois a trouxeram a Alcobaça» na C1419, CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 146.

<sup>165</sup> Como já citado acima: «*outros que morrerom pequenos*» na C1344, CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) — *Crónica Geral de Espanha de 1344*, p. 242. Em itálico na obra citada.; «outros dous filhos que morrerom pequenos» na CBAN.

<sup>166</sup> VENTURA, Leontina — A Nobreza na corte de Afonso III..., pp. 74-75; pp. 540-541.

<sup>167</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley — Introdução, p. CCCLIII.

*Chronicon Lusitano* e o *Livro da Noa*. O CL, editado em 1782 por Enrique Florez com esse título<sup>168</sup>, mas mais tarde publicado por Herculano como *Chronica Gothorum*<sup>169</sup> e por Pierre David com a designação *Annales Portucalenses Veteres*<sup>170</sup> consiste numa crónica redigida em Coimbra, cujo original se perdeu e que subsiste num testemunho do século XVII, copiado por António Brandão<sup>171</sup>, com marcas dessa época<sup>172</sup>. Já o LdN consiste num testemunho dos *Annales Conimbrigenses II*, tendo sido redigido no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra recorrendo a textos históricos anteriores<sup>173</sup>. Em ambos são compiladas as datas consideradas historicamente relevantes ao momento da sua redação, incluindo o nascimento e morte dos reis portugueses, bem como dos seus filhos.

A data de morte de Sancho I é reportada no CL como tendo ocorrido na noite de S. Martinho da Era de 1192, razão pela qual o futuro rei foi batizado em homenagem a esse santo<sup>174</sup>. Esta é a única menção na historiografia portuguesa ao rei ter recebido o nome de Martinho e apenas posteriormente ter vindo a ser designado como Sancho<sup>175</sup>. Por esse motivo, a data de nascimento que surge na CBAN, 11 de novembro da Era de 1192, é correspondente à do CL. No entanto, nem a data de morte do conde Henrique, nem a de nascimento de Afonso Henriques encontram a mesma correspondência entre os dois textos. Quanto ao primeiro, a CBAN regista a sua morte na Era de 1150, tal como a C1419<sup>176</sup>, enquanto o CL a adia para 1152<sup>177</sup>. Já o nascimento de Afonso Henriques terá ocorrido na Era de 1151 no CL<sup>178</sup> e na de 1132 na CBAN. Estas discrepâncias, ainda que não impliquem obrigatoriamente uma não utilização do CL enquanto fonte, não deixam de expressar uma coincidência meramente parcial entre os dois textos. Ainda

---

<sup>168</sup> FLOREZ, Enrique (ed.) — *España Sagrada...*, pp. 415-432.

<sup>169</sup> HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores...*, pp. 5-17.

<sup>170</sup> DAVID, Pierre — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle...*, pp. 291-312.

<sup>171</sup> BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, pp. 271-276.

<sup>172</sup> BAUTISTA, Francisco — Breve Historiografía, pp. 176-179.

<sup>173</sup> BAUTISTA, Francisco — Breve Historiografía, pp. 175-176.

<sup>174</sup> BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, p. 274.

<sup>175</sup> BRANCO, Maria João Violante — *D. Sancho I*, pp. 35-36.

<sup>176</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 9.

<sup>177</sup> BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, p. 272.

<sup>178</sup> BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*, p. 272.



assim, o CL continua a ser a única fonte conhecida que fixa o nascimento de Sancho I na data indicada na CBAN.

Já a relação da CBAN com o LdN<sup>179</sup> é mais complexa. Neste último, a data de nascimento de Afonso II, como foi mencionado, não corresponde na totalidade com a da C1419, observando-se uma diferença de um ano. No LdN, consta o nascimento do rei no dia de São Jorge da Era de 1224<sup>180</sup>. A confusão no cálculo entre o dia em que o santo é celebrado, 23 de abril, e a data inscrita na CBAN, 8 de abril, foi já mencionada acima e deve-se a um mau entendimento da mesma passagem na C1419. Porém, nesta crónica, o ano de nascimento de Afonso II é 1223. Ou seja, é possível que o ano tenha sido corrigido para 1224 recorrendo ao LdN, sem que tenha sido corrigido o dia, pois mantinha-se a confusão do autor relativamente ao dia em que se celebra o São Jorge.

Por sua vez, o dia da morte de Afonso III foi registado no LdN como tendo ocorrido a 14 dias antes das calendas de março<sup>181</sup>. A mesma data foi inscrita no obituário do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra<sup>182</sup>. Consequentemente, ambos os registos foram realizados no mesmo contexto, sendo possível que um seja cópia do outro. Ainda que a data documentada em Santa Cruz se encontre em calendas, quando convertida, é correspondente, no calendário atual, a 16 de fevereiro. Já a CBAN indica que a morte do rei ocorreu no dia 17. Sendo possível que o copista tenha cometido um erro ao redigir a data, é igualmente plausível que se tenha verificado no cálculo das calendas: quer pela falta de familiaridade com o calendário romano, como devido às calendas de março serem calculadas com base nos dias que fevereiro, que tanto podem ser 28 como 29<sup>183</sup>.

---

<sup>179</sup> Foram consultadas três diferentes edições deste texto: HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores...*, pp. 1-5; PIMENTA, Alfredo (ed.) — *Fontes Medievais da História de Portugal...*, pp. 1-21; VALDALISO CASANOVA, Covadonga; MOREIRA, Filipe Alves; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de; FURTADO, Rodrigo Miguel Correia Furtado (ed.) — EdNoa: edição e estudo do *Livro da Noa* (disponível em: <https://corporu.uah.es/egpa/index.php?action=EdNoa>). Foi também consultado o manuscrito: Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 99, Livro da Noa. Todas as citações são feitas de acordo com o manuscrito, conjugado com a consulta da edição eletrónica.

<sup>180</sup> ANTT, Livro da Noa, f. 5v.

<sup>181</sup> ANTT, Livro da Noa, f. 14v.

<sup>182</sup> VENTURA, Leontina — *D. Afonso III*, p. 23.

<sup>183</sup> Apesar de 1429 não ter sido bissexto, 1428 (o ano anterior à data registada no L4AIII) foi, o que pode ter originado a confusão que levou a um mau cálculo e à confusão entre 16 e 17 de fevereiro. O erro no

Mais complexa é a relação entre os dois textos no que toca à descendência de Afonso III. O LdN compila as datas de nascimento de cinco dos seus filhos: Branca, Dinis, Afonso, Sancho e Vicente<sup>184</sup>. Já a CBAN alude a estes filhos:

a ifante Dona Branca *que* foi senhora das Olguas de Burgos e o ifante Dom Denis e o ifante Dom Afonso e a ifante Dona Sancha, *que* morreo em Sevilha e jaz em Alcobaça, e outros dous filhos *que* morrerrom pequenos e ùu jaz em Alcobaça e outro em o moesteiro de Sam Viçente de Fora.

Ou seja, com exceção de Vicente, os nomes e ordem pela qual são mencionados os filhos de Afonso III é compatível nos dois textos. No entanto, ao não ser incluído o nome de Vicente na CBAN, essa compatibilidade é frágil. Mais ainda, tendo em vista o local de sepultura mencionado para esses dois filhos, parece mais provável que a CBAN esteja a referir Fernando e Maria, que estão sepultados em Alcobaça e São Vicente de Fora, respetivamente<sup>185</sup>. Assim, ainda que se possa crer que Vicente foi deliberadamente suprimido da CBAN e que a inclusão dos filhos pequenos se deva à C1344, continua a não ser justificada a menção à localização do seu túmulo.

A composição do LdN, que abarca tanto os *Annales Conimbrigenses II* como parte do texto do CL<sup>186</sup> dificilmente terá servido como fonte direta na redação da CBAN. O segmento relativo a Afonso II e o dedicado a Afonso III advêm de textos diferentes, compilados no mesmo códice. Por conseguinte, embora seja viável que os textos do LdN tenham sido conhecidos pela CBAN, é mais plausível que tenha sido consultado um texto analítico com alguns dados semelhantes aos do LdN, mas que não está aí compilado. Desta forma, não é possível afirmar que este códice tenha sido uma das fontes da CBAN.

---

cálculo, contudo, pode também ter ocorrido por vários outros motivos: uma má preparação para entender um calendário organizado em calendas, um erro no cálculo da data (ocorrido sem um motivo em particular), ou até um simples engano no registo da mesma. Como foi já apontado, o autor da CBAN parecia ter uma certa tendência para cometer alguns erros no registo das datas e alguma confusão no cálculo das mesmas, como ocorreu no caso do dia de nascimento de Afonso II, em que é evidente uma má leitura da data que consta na C1419.

<sup>184</sup> ANTT, Livro da Noa, f. 12v.

<sup>185</sup> VENTURA, Leontina — A Nobreza na corte de Afonso III..., p. 540.

<sup>186</sup> BAUTISTA, Francisco — Breve Historiografía, pp. 178-179.

### 4.3.3. Os testamentos de Dinis e os documentos fundacionais do mosteiro de Odivelas

Os testamentos de Dinis e a documentação fundacional do mosteiro de Odivelas ocupam uma posição excecional entre as possíveis fontes da CBAN, uma vez que são a única citada no texto:

E jaz sepultado *em* o seu moesteiro de Sam Denis d’Odivelas dapres da çidade de Lixboa que el fez de todo aa sua custa. E reteve pera si e pera todos seus sobçesores o consentimento da inliçom que fezesem das abadesas quando algũa ouvesem d’enleger em abadesa desse moesteiro e asi he conteudo *em* seu testamento e ordenaçom do dito moesteiro.

Esta citação de documentos específicos encerra o texto da CBAN com uma nota particularmente misteriosa. Contudo, a análise dos registos não sustenta a afirmação da CBAN em relação à eleição da abadessa de Odivelas. Nenhum dos três testamentos conhecidos de Dinis (1299, 1322 e 1324), nem os documentos fundacionais do mosteiro, aludem às condições em que se realizaria a eleição ou a uma possível intervenção régia na mesma<sup>187</sup>. Ainda assim, e apesar de, na fundação do mosteiro se ter feito notar a vontade de renovar o rigor monástico, sendo reforçada a rigidez no cumprimento das regras da ordem cisterciense<sup>188</sup>, Dinis pode ter intervindo na eleição da abadessa, mesmo que não existam provas documentais dessa atuação. A influência régia em caso de conflito numa eleição não constituiria uma novidade, havendo dados que demonstram que tal ocorreu no mosteiro de Arouca na primeira metade do século XV<sup>189</sup>.

A referência à eleição da abadessa de Odivelas parece comportar uma grande importância na CBAN. Em primeiro lugar, por ter sido citada uma fonte para essa informação, preocupação que não foi demonstrada em nenhum outro segmento. Para além disso, porque foi dada uma posição de destaque à informação, pois pode ser

---

<sup>187</sup> FRESCO, João; RÊPAS, Luís Miguel; GOMES, Saul António (ed.) — *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*, pp. 115-133; 135-138; 172-176; 197-203; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de — *D. Dinis*, pp. 268-272.

<sup>188</sup> GOMES, Saul António — *D. Dinis e a fundação do Mosteiro de Odivelas*, pp. 31-36; RÊPAS, Luís Miguel — *As Abadessas e as Monjas do Mosteiro de Odivelas...*, pp. 51-54.

<sup>189</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *As Abadessas Cistercienses na Idade Média...*, pp. 83-87.

considerada a conclusão da CBAN. Por último, porque quebra o conservador molde discursivo analisado no capítulo 3 desta dissertação, sendo a única vez em que este é deliberadamente abandonado. Consequentemente, é necessário questionar qual o contexto histórico do mosteiro de Odivelas à época da redação da CBAN, em particular no que toca à eleição da abadessa.

O mosteiro de Odivelas tem vindo a ser estudado pelo historiador Luís Miguel Rêpas<sup>190</sup>, cuja dissertação de doutoramento, na qual foram elencados os documentos relativos às abadessas do mosteiro, foi indispensável para o entendimento da questão. Odivelas não terá sido, à época da sua fundação, particularmente atrativo para a nobreza, talvez por preferirem manter a ligação a mosteiros mais antigos, já consolidados, ou devido ao rigor no cumprimento das regras que se exigia<sup>191</sup>. Já a eleição da abadessa era realizada por acordo da comunidade e a eleita devia pertencer à ordem de Cister, mas não obrigatoriamente ao mosteiro, tendo sido eleitas em Odivelas monjas de outras abadias<sup>192</sup>. Contudo, no final do século XIV, uma família da nobreza destaca-se na liderança do mosteiro: os Pimentel<sup>193</sup>. Pertenciam a esta família as abadessas anteriores à data de redação da CBAN. A última foi Aldonça Pimentel, filha de João Afonso Pimentel e de Constança Rodrigues de Morais, que sucedeu à prima do seu pai, Berengária Martins, também da família Pimentel<sup>194</sup>.

Aldonça Pimentel foi abadessa de Odivelas desde 1356 até 1426, quando lhe sucedeu Guiomar Anes<sup>195</sup>. Durante esses anos, estiveram em Odivelas duas parentes suas: Catarina Martins Pimentel (documentada no período 1404-1419) e Inês Vasques Leitão (com presença documental entre 1391-1405), sua sobrinha<sup>196</sup>. A atuação desta última destaca-se na documentação, estando ao lado da sua tia quando esta recebe, em nome do mosteiro, a doação da quintã que João I retirou a Lopo Fernandes Pacheco e

---

<sup>190</sup> A quem agradeço a partilha da dissertação de doutoramento e o auxílio com algumas questões relativas às abadessas do mosteiro de Odivelas e a sua eleição.

<sup>191</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *As Abadessas e as Monjas do Mosteiro de Odivelas...*, pp. 75-76.

<sup>192</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *As Abadessas Cistercienses na Idade Média...*, pp. 66-73.

<sup>193</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *Entre o Mosteiro e a Cidade...*, pp. 234-235.

<sup>194</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *Esposas de Cristo...*, pp. 407-410.

<sup>195</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *Esposas de Cristo ...*, pp. 410.

<sup>196</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *Esposas de Cristo ...*, pp. 407-409.

ofereceu a Mestre Marinho<sup>197</sup>. Contudo, Inês Vasques Leitão desaparece da documentação em 1405, não havendo registos posteriores a essa data que esclareçam o motivo que levou ao seu desaparecimento. Não se pode inferir que as parentes de Aldonça Pimental tencionavam suceder-lhe no cargo de abadessa, apesar de a presença destacada de Inês Vasques Leitão na documentação poder sugerir esse propósito.

A escolha da sucessora recaiu sobre Guiomar Anes. A presença desta destaca-se na documentação do mosteiro de Odivelas a partir de 1404 e em 1405 a gestão do património que recebeu em herança torna-se o assunto dominante<sup>198</sup>. Poderá ter sido a relevância desse património que impulsionou a sua eleição como abadessa de Odivelas após a morte de Aldonça Pimentel? Como afirma Luís Miguel Rêpas, a sua posição no mosteiro parece ter sido proeminente, tendo, em 1425, representado o mosteiro perante o rei Duarte<sup>199</sup>.

Não há indicações na documentação de que tenha ocorrido conflito na eleição de Guiomar Anes em 1426. Apesar de a eleição significar o término da dominância da família Pimentel em Odivelas, não parece que, à data, a família tivesse ainda representação no mosteiro. No entanto, a eleição de 1426, três anos antes do registo da CBAN no L4AIII, parece sugerir que a frase relativa a Odivelas foi redigida como reação a uma alguma discordância perante a escolha de Guiomar Anes. Se assim for, terá a discordância emergido da família Pimentel, que pretendia manter a continuidade na liderança do mosteiro, como pode indicar a presença de Inês Vasques Leitão em 1405? Poderia a oposição da família à nova dinastia<sup>200</sup> ter influenciado a eleição de uma abadessa que não lhes fosse ligada e terminado, assim, o seu domínio no mosteiro? A documentação não permite encontrar respostas para estas questões. Ainda assim, nas décadas posteriormente à redação da CBAN, é notória uma maior participação dos representantes do poder governativo em Odivelas.

---

<sup>197</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *Esposas de Cristo ...*, pp. 407-408; pp. 422-423.

<sup>198</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *Esposas de Cristo ...*, pp. 422-438.

<sup>199</sup> RÊPAS, Luís Miguel — *Esposas de Cristo ...*, p. 410.

<sup>200</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e — *Os Pimentéis*, pp. 285-294.

O condestável Pedro de Coimbra teve uma relação de proximidade com o mosteiro, tendo aí fundado uma capela em memória da rainha Filipa de Lencastre, que faleceu em Odivelas em 1415<sup>201</sup>. Por sua vez, a sua filha Filipa ingressou no mosteiro em 1472<sup>202</sup>. Embora esta afinidade entre um representante governativo e o mosteiro poder ser coincidente, pode também demonstrar uma maior influência régia em Odivelas, que a CBAN parecia indicar já em 1429. Não obstante, esta intervenção ocorre posteriormente à redação, logo, não a pode ter influenciado diretamente. O que se pode deduzir da frase final da CBAN é que, caso a sua inclusão de deva à eleição de 1426, Guiomar Anes recebeu apoio do poder régio, talvez até em oposição à família Pimentel. Pois, como foi mencionado no início deste subcapítulo, a fonte utilizada na escrita não pode ter sido a indicada, uma vez que nem os testamentos de Dinis, nem os documentos fundacionais do mosteiro dão provas da atuação do rei na escolha da abadessa de Odivelas. Apesar disso, é possível que o seu envolvimento não tivesse deixado registo, podendo inclusivamente ser por essa razão que foi necessário fazer da CBAN uma prova de que os reis podiam intervir nas eleições do mosteiro.

### **Considerações finais**

A redação da *Crónica Breve do Arquivo Nacional* teve como fonte principal das informações que compila a *Crónica de Portugal de 1419* e *Primeira Crónica Portuguesa*. No entanto, a relação com a C1419, que tinha já sido estudada por Filipe Alves Moreira na sua dissertação de doutoramento, pode não ter sido a principal. Na realidade, algumas das informações que se pensava terem sido originárias desta fonte advêm da PCP, com a qual, como já afirmado no capítulo 3, a CBAN apresenta uma relação de maior proximidade, inclusivamente ao nível estrutural da sua composição.

A lição Moliana, característica que a CBAN partilha parcialmente com a PCP, permite algum entendimento de como seria o testemunho da PCP que foi utilizado na redação da CBAN. No entanto, a conjugação desta lição com a informação do casamento

---

<sup>201</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz — *D. João I*, pp. 177-179; SILVA, Manuela Santos — *A Rainha Inglesa de Portugal...*, pp. 259-264.

<sup>202</sup> BRANDÃO, Francisco (ed.) — *Conselho, e Voto da Senhora Dona Felippa*; GOMES, Saul António — *D. Dinis e a fundação do Mosteiro de Odivelas*, p. 48.

de Afonso Henriques com a neta de um rei Afonso de Castela é uma das singularidades da CBAN, que provavelmente se deve à conjugação de dois fatores: o favorecimento de fontes mais antigas, que seriam consideradas mais credíveis quanto à informação compilada, e a necessidade de moldar a notícia do casamento de Afonso Henriques, considerando-se mais apropriado ao seu estatuto que a rainha fosse descendente de um rei de Castela.

Outras possíveis fontes utilizadas pela CBAN foram a *Crónica de Espanha de 1344*, o *Chronicon Lusitano* e um texto analítico parcialmente compatível com o *Livro da Noa*. No que toca à C1344, a sua relação com a CBAN é complexa. Ainda que alguns elementos inseridos na última tenham como possível fonte a primeira, os paralelismos são limitados e algo desequilibrados, pois a CBAN contém informação adicional que não se encontra na C1344, nem noutra fonte conhecida. Por esse motivo, não é possível afirmar com certeza que a C1344 tenha sido utilizada como fonte de escrita da CBAN.

Já a relação entre a CBAN e os anais medievais portugueses, possibilidade sugerida há várias décadas por Lindley Cintra, revela-se relativamente mais credível. Algumas datas encontram correspondência em dois textos analíticos portugueses, o CL e o LdN. Porém, é improvável que estes tenham sido conhecidos nos testemunhos que atualmente existem, sendo mais plausível que tenha sido utilizada outra versão ou, no caso do manuscrito do LdN, um texto que não se encontra aí compilado, mas que incluiria algumas entradas análogas.

Por fim, a única fonte mencionada na CBAN, o testamento de Dinis e a ordenação do mosteiro de Odivelas, citados quanto à informação de que o rei podia intervir na eleição da abadessa, não pode ter sido utilizada, uma vez que nenhum dos documentos regista esse privilégio. Ainda assim, não há também registos do contrário, sendo possível que essa influência tivesse lugar sem ter sido documentada. Consequentemente, talvez a frase final que conclui o texto da CBAN se deva a uma tentativa de encerrar alguma questão levantada devido à eleição da abadessa que se realizou em 1426. Essa eleição, na qual foi escolhida Guimar Anes e que terminou com o domínio da família Pimentel no mosteiro, poderia ser ainda relevante em 1429, sendo, por isso, passado a escrito um privilégio não documentado, mas de conhecimento comum.

Algumas das informações contidas na CBAN mantêm-se ainda sem fonte conhecida. No entanto, é impossível averiguar afirmativamente todas essas informações por dois motivos: a possível ocorrência de erros no registro de algumas datas; e a inclinação que o autor do texto parece demonstrar para melhorar a imagem de algumas das personagens mencionadas, aumentando ao seu estatuto, cargo ocupado, ou até a sua influência, o que pode ter levado à inclusão de algumas informações de origem duvidosa ou inexistente.



## 5. A redação da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*

Tendo analisado as possíveis fontes utilizadas na redação da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, é agora necessário atentar ao contexto em que a mesma ocorreu. Essa questão divide-se em três partes: a datação; a autoria; a tipologia literária.

Como verificado já por Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, a datação da CBAN levanta alguns problemas<sup>203</sup>. Este autor comentou o registo de datas de acordo com a Era hispânica ao longo do texto, não crendo, ainda assim, que a data da redação seja outra que não a enunciada: 1429. Na primeira parte deste capítulo serão levantadas algumas questões relativas à datação da CBAN, não só devido à conjugação de dois distintos sistemas de datação, mas também tendo em conta o conteúdo do seu texto.

Quanto à autoria do texto, sendo impossível identificar o autor anónimo da sua redação, é, ainda assim, possível localizar onde esta ocorreu, bem como determinar quem seriam os atores envolvidos nesse contexto. Os dados analisados advêm em particular da exposição elaborada no capítulo 2, dedicado ao estudo codicológico do manuscrito do Livro 4 de Inquirições de Afonso III, no qual a CBAN se encontra registada.

Por sua vez, retomando o tema já iniciado no capítulo 1, no qual foi abordada a designação da CBAN, a última parte deste capítulo consiste num debate da sua tipologia textual. Assim, serão tidas em consideração as características literárias e historiográficas da CBAN, confrontando-as com definições recorrentemente apresentadas das tipologias textuais medievais. Serão também retomadas algumas das conclusões dos capítulos 3 e 4, procurando, dessa forma, posicionar a CBAN no contexto da historiografia medieval portuguesa.

### 5.1. A datação da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*

Uma das particularidades mais enigmáticas da CBAN é a sua datação. No parágrafo que lhe serve de prólogo pode ler-se que foi escrita na «presente Era que ora corre do nascimento de nosso senhor Jhesu Cristo de mil e quatrocentos e vinte e nove

---

<sup>203</sup> FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da — *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, pp. 191-192.

anos». Esta frase, apesar da utilização da palavra «Era», indica que foi escrita mediante o novo sistema de datação, que entrara em vigor pouco antes, no ano de 1422<sup>204</sup>. Examinando apenas o parágrafo introdutório, não parece haver motivos para duvidar que a CBAN foi datada mediante este novo sistema e, como tal, foi redigida em 1429.

No entanto, todas as datas inseridas nos capítulos seguintes, referentes aos governantes de Portugal, encontram-se ainda de acordo com o sistema de datação anterior, da Era hispânica. A possibilidade de a data registada no proémio ser também compatível com a utilização da Era hispânica é improvável, uma vez que a expressão «nascimento de nosso senhor Jhesu Cristo» indica claramente qual o sistema em uso. Já as datas que se seguem no texto são referidas no proémio como «estas Eras», expressão utilizada sempre que são inseridas ao longo dos capítulos, e que pode remeter para a utilização da datação de acordo com a Era hispânica. Contudo, é necessário ter em conta não só que «estas Eras» pode ser uma denominação através da qual o proémio abarca a totalidade do texto e não apenas as datas, mas também, e como foi já referido, que o ano de 1429 é igualmente chamado de «Era», apesar de ser acrescentado que é a do nascimento de Jesus Cristo.

A suposição de que as datas incluídas na CBAN tenham sido convertidas para o novo sistema não é razoável, pois estão registadas de acordo com o formato em que se encontravam escritas nas fontes anteriores à mudança na datação de 1422. O motivo pelo qual não foram convertidas para o novo sistema de datação pode ser justificado através de uma frase que se encontra também no prómio, de acordo com o qual:

«muitas vezes mostram perante el rei nosso senhor e perante os seus juizes algũas doações e outras escripturas que fazem em perjuizo dos dereitos e coussas da coroa dos regnos, fazendo taaes cartas de doações e escripturas mençom que foram outorgadas per ùu rei o qual segundo a dada dessa escriptura ja era finado».

Ou seja, a necessidade de conjugar diferentes sistemas de datação num mesmo texto pode ser consequente do objetivo impulsionador da redação: as datas

---

<sup>204</sup> DIAS, José João — Portugal e a vulgarização da datação..., pp. 11-14.

apresentadas na documentação só seriam válidas se fossem consistentes com as compiladas no texto. Assim, a conversão das datas a incluir na CBAN não seria um exercício prático, uma vez que obrigaria a conversões constantes sempre que o texto fosse utilizado para o fim que fundamenta a sua redação.

Por outro lado, é necessário questionar se a data de redação da CBAN foi originalmente o ano de 1429. Na origem dessa questão está a cronologia abarcada pelo texto, que termina no reinado de Dinis, enquanto o proémio afirma que se alongaria até «esta presente era que ora corre do nascimento de nosso senhor Jhesu Cristo de mil e quatroçentos e viinte e nove anos». Uma vez que, como foi observado no capítulo 2, quase metade do fólio 7v não se encontra escrito, é necessário questionar se haveria uma versão da CBAN que concluiria no reinado de João I, tendo a cópia do testemunho no L4AIII sido interrompida em Dinis.

A análise do último capítulo da CBAN sugere que esta possa ter sido redigida de forma a encerrar no reinado de Dinis. Em primeiro lugar, no segmento dedicado à descendência do rei, é incluído o casamento de Afonso IV com Beatriz de Castela. A menção é excecional na estrutura do texto, uma vez que nunca é referido o casamento dos filhos dos reis anteriores, sendo apenas incluído o de filhas. Mais ainda, seria incoerente com a estrutura do texto, que não favorece a repetição<sup>205</sup>, aludir a um casamento que seria assinalado novamente no início do capítulo seguinte.

Também a menção à eleição da abadessa do mosteiro de Odivelas, por implicar um desvio na estrutura dos capítulos, parece propiciar uma finalização do texto da CBAN. Esta informação representa numa segunda característica de excecionalidade no capítulo relativo a Dinis, pois indica um certo nível de oficialização, sendo a única para a qual é citada uma fonte, apesar de essa fonte ser incompatível com o texto.

---

<sup>205</sup> As únicas informações repetidas na CBAN são; o local de morte do conde Henrique, o que ocorre provavelmente devido à escassa informação disponível acerca do conde; e a data de morte de Afonso III, repetida como data em que Dinis começou a reinar, atuando como informação relativa a reinados distintos e não como repetição.

Se o texto da CBAN foi redigido para terminar com Dinis, levanta-se então uma nova questão: terá sido escrita durante o reinado de Afonso IV? As características linguísticas, textuais e históricas identificadas no texto levam a discordar desta possibilidade. Em primeiro lugar, a evolução semântica analisada no capítulo 3 demonstra que na CBAN são utilizados verbos, como «sepultar», cuja utilização não tem registos anteriores ao século XIV. Todavia, uma vez que o verbo era ainda recente, talvez não seja provável que a sua utilização fosse nesse século sistemática, como ocorre nos capítulos para os quais a CBAN não tem um modelo na PCP. Logo, a redação da CBAN provavelmente terá ocorrido numa data posterior ao século XIV, quando o verbo não só seria de utilização comum, mas também seria já considerado mais formal do que «soterrar».

Para além disso, a utilização da C1419 como fonte da CBAN é inegável, como foi já examinado no capítulo 4. Igualmente, a conciliação da lição Moliána com a informação de que o pai da rainha Mafalda era filho do rei de Castela sugere que redação da CBAN tenha ocorrido no século XV. Embora o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* seja a primeira obra em que é conferida uma ascendência ibérica à rainha Mafalda, a especificidade quanto à identidade do seu avô, assim como com falta de plausibilidade dessa identidade, parece indicar que a redação da CBAN ocorreu numa época em que a origem castelhana da rainha estaria já impreterivelmente integrada na sua imagem. Portanto, é improvável que a redação da CBAN tenha ocorrido na mesma época em que o *Livro de Linhagens* foi compilado.

Tendo em conta não só que é improvável que a CBAN tenha sido mal datada, pois a utilização da expressão «nascimento de nosso senhor Jhesu Cristo» só faria sentido após a transição para esse sistema de datação, mas também que provavelmente o seu texto se encontra completo, dado que o capítulo relativo a Dinis parece indicar que não haveria uma continuidade, e ainda que aparenta características linguísticas e de conteúdo que indicam que faça mais sentido ter sido escrita no início do século XV, é possível concluir que a data de redação da CBAN deve ser próxima de 1429. Adicionalmente, a ocorrência de uma eleição no mosteiro Odivelas em 1426 é uma circunstância que pode ter influenciado o segmento final da CBAN, limitando ainda mais

a cronologia em que a CBAN terá sido redigida. Consequentemente, o período de 1426-1429 é o mais aproximado para a redação do texto, sendo que o testemunho no L4AIII foi copiado em 1429 e que a redação possivelmente ocorreu no mesmo ano ou pouco antes.

## **5.2. O contexto de redação da *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Tendo comentado acima a data em que a CBAN foi redigida, é agora necessário observar o contexto que a redação ocorreu. Como foi já mencionado no capítulo 2, a CBAN foi adicionada ao L4AIII quando este já se encontrava completo. Foi também já afirmado que é da mesma mão que escreveu o índice, que inclui todos os textos que se encontram no códice, com exceção da CBAN. Por esse motivo, e tendo em vista que é improvável que a redação da CBAN tenha ocorrido numa época muito anterior à mencionado no proémio, é possível que a sua autoria esteja relacionada com a do manuscrito ou, pelo menos, que tenha sido produzida no mesmo contexto.

A hipótese de que a CBAN tenha uma autoria burocrática foi anteriormente proposta por Filipe Alves Moreira, que a considerou um instrumento de chancelaria, redigida por um burocrata da corte régia preocupado com a apresentação de documentos forjados<sup>206</sup>. A afirmação não é imprecisa, uma vez que o códice do L4AIII se encontra assinado por um escrivão da Torre do Tombo. Como tal, parece mais provável que tenha sido redigida nesse local e não na corte régia, ainda que à época, não houvesse uma notória separação entre as duas.

A composição de funcionários da Torre do Tombo em 1429 era ainda reduzida, tendo um funcionário permanente, o guarda-mor, que seria acompanhado por um escrivão<sup>207</sup>. É possível identificar os ocupantes dos dois cargos à época da escrita da CBAN: Fernão Lopes atuava como guarda-mor, com Afonso Peres como seu escrivão. É este último quem verifica a cópia dos primeiros textos compilados no L4AIII, como se pode ver na figura 1, incluída no capítulo 2. A informação disponível acerca de Afonso

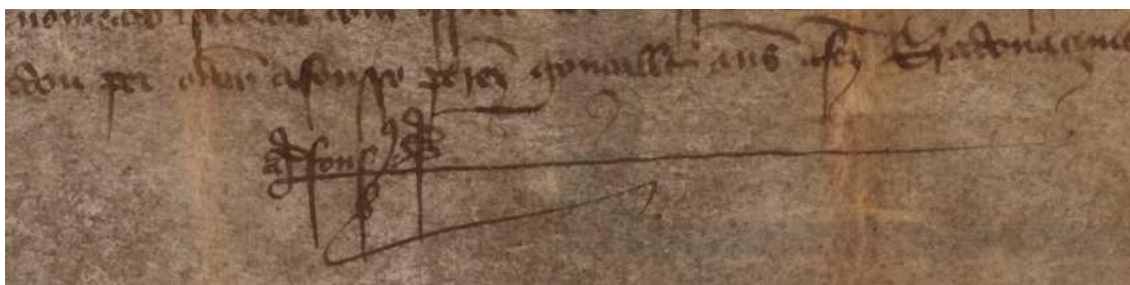
---

<sup>206</sup> MOREIRA, Filipe Alves – *A Crónica de Portugal de 1419...*, pp. 240-241.

<sup>207</sup> RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos...*, pp. 103-107.

Peres é reduzida. Armando Luís de Carvalho Homem identificou-o como guarda das escrituras em 1428<sup>208</sup>, cargo ocupado por Fernão Lopes entre 1421-1424<sup>209</sup>. É, aliás, a mando de Fernão Lopes que Afonso Peres certifica o documento datado de 1428, uma cópia do foral da vila de Mirandela<sup>210</sup>, que permite confirmar o cargo que ocupava nesse ano. A comparação da assinatura na figura 1 e do fragmento na figura 12 permite asseverar que se trata da mesma pessoa.

**Figura 12 - Assinatura de Afonso Peres (1428)**



Fonte: ANTT, Gaveta 15, maço. 9, n.º 25.

Afonso Peres é também mencionado por Pedro d’Azevedo e António Baião como escrivão da Torre do Tombo em 1435<sup>211</sup>. Ainda que estes autores não citem o documento que sustenta essa afirmação, tendo-se antes baseado numa obra de João Pedro Ribeiro publicada anteriormente, é possível encontrar o nome de Afonso Peres num documento emitido na Torre do Tombo no ano mencionado: uma certidão pedida pelo Alcaide do Porto relativa ao Castelo da Feira<sup>212</sup>. Este documento, datado de 6 de outubro de 1435, não contém a assinatura de Afonso Peres, estando assinado por Fernão Lopes, ordenante a sua cópia.

As hipóteses quanto à autoria da CBAN são limitadas, sem que permitam, apesar disso, uma resposta definitiva. Não é credível que se possa atribuir a sua autoria a Fernão Lopes, um autor cuja célebre obra foi já vastamente estudada, e cujas

---

<sup>208</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *O Desembargo Régio...*, vol. I, pp. 21; vol. II, pp. 183.

<sup>209</sup> HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *O Desembargo Régio...*, vol. I, pp. 66; vol. II, pp. 183.

<sup>210</sup> ANTT, Gaveta 15, maço 9, n.º 25.

<sup>211</sup> AZEVEDO, Pedro A. d’; BAIÃO, António — *O Arquivo da Torre do Tombo...*, p. 214.

<sup>212</sup> ANTT, Gaveta 8, maço 3, n.º 8.

características em nada são partilhadas pela tipologia textual da CBAN. Por esse motivo, talvez seja mais seguro aventar que o autor fosse o seu escrivão, Afonso Peres.

O envolvimento deste na produção do L4AIII encontra-se comprovado, sendo possível que tenha sido responsável por um maior envolvimento na produção do códice, para além da autorização e verificação dos primeiros textos aí copiados. O seu perfil como escrivão, familiarizado e eficiente na escrita e cópia de documentação, é também compatível com a redação de um texto que se baseia fortemente num molde estrutural estabelecido e validado. Essa ocupação poderia justificar o pouco interesse que o autor da CBAN teria numa escrita autónoma, sustentando antes uma prática de escrita normativa, mais adequada à redação documental, que é possível reconhecer no texto. Contudo, não há nenhuma prova ou indicação de que a autoria seja sua. Ainda que, para além do guarda-mor, talvez, à época da redação, Afonso Peres fosse o único funcionário da Torre do Tombo, nada garante que seja ele o anónimo autor da CBAN.

### **5.3. A tipologia textual da *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Quanto à tipologia textual da CBAN, é necessário considerar, em primeiro lugar, em que consiste a designação crónica breve. A utilização deste termo surgiu com a publicação do primeiro volume dos *Portugalia Monumenta Historica* por Alexandre Herculano em 1856. Para além da CBAN, quatro textos foram publicados sob a denominação conjunta de crónica breve, à qual foi associada a denominação do local em que se encontrava arquivado o seu testemunho. Estes quatro textos constituem as chamadas crónicas breves de Santa Cruz de Coimbra<sup>213</sup>. Em consequência desta denominação comum, talvez a primeira questão a levantar acerca da tipologia textual da CBAN é: a designação crónica breve consiste num tipo de texto?

Para responder a esta questão é necessário observar a estrutura e organização de cada uma das crónicas breves. A *1ª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* destaca-

---

<sup>213</sup> HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores...*, pp. 23-32. Publicadas também em: CRUZ, António (ed.) — *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas...*, pp. 90-101 (primeira e segunda crónicas breves, com as designações *Anais Quatrocentistas* e *Arenga*, respetivamente) e 130-147 (terceira e quarta crónicas breves); FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.) — *Crónicas Breves e Memórias Avulsas...*, pp. 45-74 (edição paleográfica) e pp. 91-119 (edição crítica).

se entre as restantes pelo formato analítico utilizado na sua redação<sup>214</sup>. Este formato levou a que fosse editada por António Cruz não com a designação crónica breve, mas como *Anais Quatrocentistas*<sup>215</sup>. Este título define melhor o texto de acordo com a sua tipologia, que se enquadra na definição de anais que será analisada em maior detalhe neste capítulo.

O mesmo autor designou a *IIª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* como *Arenga*<sup>216</sup>, denominação que advém da epígrafe: «Esta é arenga que fezêrom em Lixbô, quando fezêrom as festas aa emperatriz filha d’el-rei Dom Eduarte»<sup>217</sup>. Este texto, cuja tipologia não é tão facilmente discernível como o primeiro, foi redigido em 1451 e consiste numa listagem dos feitos dos dois primeiros reis de Portugal, Afonso Henriques e Sancho<sup>218</sup>. Ainda que partilhe algumas semelhanças com a CBAN, uma vez que contém as mesmas categorias informativas quanto a casamento, descendência e local de sepultura, o objetivo deste texto consiste em enaltecer os feitos dos primeiros reis e não em sumariar os dados cronológicos das suas vidas. Por esse motivo, a segunda crónica é mais descritiva e menos sumária, partilhando poucas das características particulares da CBAN.

Por sua vez, a *IIIª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* consiste numa cópia dos primeiros capítulos relativos a Afonso Henriques na C1344<sup>219</sup>. Por esse motivo, a tipologia da terceira crónica deve ser observada de acordo com a totalidade do texto no qual se insere, que, pela sua extensão, dificilmente partilharia as características da CBAN, enquadrando-se antes na definição de crónica que será debatida mais adiante.

Já a *IVª CB* representa uma situação distinta das anteriores. Este texto, como já mencionado, foi identificado por Filipe Alves Moreira como o testemunho mais

---

<sup>214</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – Introdução, p. CCCLXXIII.

<sup>215</sup> CRUZ, António (ed.) — *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas...*, pp. 90-99.

<sup>216</sup> CRUZ, António (ed.) — *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas...*, pp. 99-101.

<sup>217</sup> FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.) — *Crónicas Breves e Memórias Avulsas...*, p. 96. Apesar de terem sido consultadas todas as edições referidas nas notas imediatamente anteriores, optou-se por citar a edição crítica de Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca.

<sup>218</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – Introdução, pp. CCCLIII-CCCLV.

<sup>219</sup> CINTRA, Luís Filipe Lindley – Introdução, pp. CCCLV-CCCLVI.



completo da PCP<sup>220</sup>. Por sua vez, no capítulo 3 desta dissertação foi também proposto que na redação da CBAN tinha sido utilizada a PCP como molde de escrita. Assim sendo, é necessário formular uma nova questão: tem a CBAN mesma tipologia textual que a PCP?

É importante salientar que o molde da PCP que foi utilizado na CBAN refere-se apenas aos seus capítulos finais (como se pode ver na tabela 1) que, na extensão da PCP, representam uma pequena parcela da totalidade do texto. É relevante que o molde dos seus restantes capítulos tenha sido cumprido e aperfeiçoado na composição da CBAN, demonstrando uma relação de manutenção e adaptação a um texto da primeira historiografia portuguesa. No entanto, é igualmente significativo que tenha sido ignorada a estrutura do primeiro capítulo, dedicado à estória de Afonso Henriques. No que toca à tipologia textual, este capítulo não teve expressão na redação da CBAN para além da sua utilização como fonte de informação. Ou seja, houve uma preocupação em aproximar a estrutura da CBAN dos capítulos finais sintéticos, mas houve, da mesma forma, uma intenção de afastar este texto de qualquer reprodução do capítulo que continha um mais abrangente conteúdo narrativo.

Poderiam ser comparadas as diferenças narrativas ao nível das aberturas dos capítulos que partilham o molde de escrita na CBAN e na PCP, tal como foi já comentado no capítulo 3. Contudo, essas diferenças não só não implicam em si mesmas uma quebra do molde (uma vez que o ato discursivo se mantém funcional, com ou sem alteração na abertura), como também não apresentam uma separação tão expressiva entre os dois textos como a longa narrativa dedicada a Afonso Henriques. Esta narrativa representa um dos traços mais distintos da PCP, não tendo sido feita, na redação da CBAN, qualquer tentativa de a reproduzir ou incorporar. Pelo contrário, foram criados, neste texto, novos capítulos tanto para Afonso Henriques como para o seu pai, de acordo com o molde estrutural utilizado nos restantes. Por esse motivo, não é possível que a CBAN partilhe da mesma tipologia textual que a PCP.

---

<sup>220</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, pp. 79-80; MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra...*, pp. 15-17.

Porém, tal não implica que o molde estrutural de tradição discursiva da composição da CBAN não seja a PCP. Antes representa uma opção clara durante o ato de redação da CBAN entre o que consistia em discurso informativo e, como tal, útil para o objetivo da composição, e o que consistia em discurso narrativo, que não foi considerado apropriado à sua tipologia textual. Desta forma, continua a ser válido afirmar que o modelo utilizado na composição foi a PCP, com exceção do primeiro capítulo. A tipologia textual é diferente porque a CBAN tem características e objetivos de redação distintos, apesar de ter utilizado na sua construção discursiva o molde dos capítulos finais da PCP, possivelmente por serem considerados sumários, informativos e provenientes de uma tradição consolidada e legitimativa.

Assim, é também possível afirmar que a CBAN não partilha da tipologia textual de nenhuma das quatro crónicas breves de Santa Cruz de Coimbra, nem que estas consistem no mesmo tipo de texto. Consequentemente, a tipologia textual de crónica breve não existe ou, pelo menos, nenhum dos textos assim denominados constitui um mesmo tipo de texto, partilhando apenas a particularidade de não serem textos historiográficos longos. A expressão crónica breve foi, desta forma, uma designação comum dada por Herculano a textos que editou e que considerou curtos, juntando a essa descrição, distinguido cada um deles através da identificação do local em que se encontravam arquivados.

Tendo em conta que crónica breve não define uma tipologia textual e que a CBAN não tem a mesma tipologia que a PCP, é necessário regressar à questão original deste capítulo: qual é a tipologia textual da CBAN?

Para debater esta questão serão analisadas definições de diversas tipologias textuais nas quais a CBAN talvez se possa inserir, avaliando se é correto aplicar alguma delas ao seu texto. Em primeiro lugar, e partindo das observações anteriores relativamente à PCP, convém questionar: é a CBAN uma crónica? Hayden White define crónica como um texto com uma narrativa histórica, um tema central e um início temporal, com consciência do que narra e no qual é possível detetar o desejo de

constituir uma autoridade<sup>221</sup>. Esta definição enquadra-se facilmente numa possível definição da PCP, em particular quanto à narrativa da estória de Afonso Henriques. É também possível encontrar algumas destas características na CBAN, particularmente a asserção de autoridade com base no estabelecimento de uma determinada representação de veracidade histórica.

No entanto, a CBAN não o faz através da construção de uma narrativa, mas antes pela inclusão de um proémio em que essa autoridade é abertamente declarada, quando é mencionado que «estas Eras foram escriptas çertamente sabendo se primeiro a verdade do *que* em elas é conteudo». É com a inserção da palavra «verdade» que a CBAN afirma a sua autoridade, não através de uma argumentação feita através da narrativa histórica. A CBAN contém também uma cronologia, que é definida pelas vidas dos reis, mas é possível argumentar que tal não constitui um início temporal, devido a não se propor a narrar nenhum episódio circunscrito cronologicamente, sendo antes elencadas datas tidas como relevantes para o tratamento de documentação. Ainda que a CBAN tenha também consciência das informações que compila e da sua relevância, não se pode, mais uma vez, dizer que essa compilação constitua uma narração. Nem é possível afirmar que tenha um tema central, podendo debater-se que o tema da CBAN é o seu objetivo era detetar falsificações documentais e não criar uma narrativa. Ou seja, mais do que um tema, a CBAN tem uma funcionalidade. Ao faltarem diversos elementos frequentemente utilizados para caracterizar crónica, não é possível considerar que a CBAN seja uma.

Examinando a frase acima citada do proémio da CBAN, é possível observar que o termo utilizado para mencionar o texto é «Eras». Como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, Luís Krus considerou que a tipologia analística era mais adequada enquanto definição do texto da CBAN do que a cronística<sup>222</sup>. Não estando este autor errado quanto à segunda afirmação, convém analisar o termo anais antes de confirmar a primeira. Ponderando acerca da definição medieval desta tipologia, Isidoro

---

<sup>221</sup> WHITE, Hayden — The value of narrative..., pp. 19-22.

<sup>222</sup> KRUS, Luís — *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, pp. 175.

de Sevilha propôs nas suas *Etimologías* que «Annales sunt res singulorum annorum. Quaequae enim digna memoriae domi militiaeque, mari ac terrae per annos incommentariis acta sunt, ab anniversariis gestis annales nominaverunt»<sup>223</sup>, ou seja, os anais são textos nos quais eram registados os acontecimentos anuais. A definição de Hayden White não difere muito desta, afirmado esta autor que anais não têm narrativa, consistindo numa lista de eventos ordenados em sequência cronológica, que não conclui e que não apresenta preocupação com autoridade, bastando registar os eventos conforme ocorrem<sup>224</sup>.

Sendo ou não ajustado afirmar que os anais não contêm narrativa, ou que não revelam uma preocupação com a autoridade, ambas as definições concordam no ponto mais importante: os anais são um elenco de acontecimentos anuais. Ainda que a CBAN se apresente em mais do que um momento do seu prómio através da palavra «Eras», termo que remete para a tipologia analística, não pode ser definida enquanto anais. O texto da CBAN não apresenta uma listagem de acontecimentos anuais relativos aos reis portugueses, mas antes pequenas biografias das suas vidas, organizados não por ano, mas por capítulo, cada um correspondendo a um distinto reinado. José Mattoso ponderou já se era ajustado considerar a CBAN um texto analístico<sup>225</sup>, concluindo que se enquadrava melhor na categoria da cronística. Ainda que, como já anteriormente referido, não seja adequado considerar a CBAN uma crónica, é necessário concordar que não constitui também um texto analístico.

Também Filipe Alves Moreira propôs uma definição da tipologia textual da CBAN, considerando que consistia num sumário de crónicas<sup>226</sup>. Jean-Pierre Jardin, que tem desenvolvido diversos estudos em torno dos sumários de crónicas, elucida que a utilização da palavra sumário para descrever os textos que se enquadram nessa tipologia

---

<sup>223</sup> RETA, José Oroz; MARCOS CASQUERO, Manuel A. (ed.), ISIDORO DE SEVILLA — *Etimologías*, pp. 348-351.

<sup>224</sup> WHITE, Hayden — *The value of narrative...*, pp. 9-12; 22.

<sup>225</sup> MATTOSO, José — *Anais*, p. 51.

<sup>226</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Os Sumários de Crónicas Portugueses...*, pp. 80-87.

textual não é coeva<sup>227</sup>, sendo, ainda assim, utilizadas expressões que indicavam a natureza resumida do texto<sup>228</sup>. No caso da CBAN, não há no seu prómio nenhum comentário quanto à brevidade, advindo o termo breve, como anteriormente proposto, da designação utilizada por Alexandre Herculano.

De acordo com Filipe Alves Moreira, no caso dos sumários de crónicas portuguesas, são poucos os exemplos de textos que incluem prólogos. Listando os seus conteúdos, o autor identifica os seguintes objetivos de redação: glorificar a monarquia e determinados eventos históricos; registar as fontes utilizadas; colmatar lacunas históricas; ou rever a ideologia da historiografia portuguesa<sup>229</sup>. Estes objetivos são compatíveis com os enumerados por Jean-Pierre Jardin quanto ao modo como eram compilados os sumários de crónicas castelhanas do século XV: reproduzir, reunir, construir, combinar e analisar<sup>230</sup>. No caso da CBAN, contudo, não se tenciona reproduzir, nem reunir, pois na redação da CBAN foi feita uma seleção compatível com os seus próprios objetivos, sem haver preocupação com a reprodução de uma fonte em particular, nem o intuito de as simplificar. Por outro lado, são cumpridos os restantes critérios, uma vez que é feita uma construção ou combinação através de uma estrutura essencial em que um capítulo corresponde a um reinado, sendo também feita uma revisão, selecionando nas fontes utilizadas as informações que o autor considerou mais verídicas.

No caso dos prólogos de sumários castelhanos, estes tinham uma função retórica, destacando a memória humana da linhagem e justificando a pertença dos reis a uma determinada genealogia<sup>231</sup>. O prómio da CBAN, por sua vez, tem uma função prática, voltada para a recordação associada a uma funcionalidade imediata, posta em prática na validação de documentação. Jean-Pierre Jardin identifica ainda duas formas

---

<sup>227</sup> JARDIN, Jean-Pierre — El modelo alfonsí... (Foi consultada a versão em linha deste artigo, disponível em <https://books.openedition.org/cvz/2183#ftn6>, que não se encontra paginada.)

<sup>228</sup> MOREIRA, Filipe Alves — Os Sumários de Crónicas Portuguesas..., pp. 84-85.

<sup>229</sup> MOREIRA, Filipe Alves — Os Sumários de Crónicas Portuguesas..., pp. 86-91.

<sup>230</sup> JARDIN, Jean-Pierre — El modelo alfonsí... Características recuperadas pelo autor, partindo das utilizadas por Georges Martin para descrever o processo de compilação do *scriptorium* de Afonso X, cf. MARTIN, Georges — Compilation (Cinq procédures fondamentales).

<sup>231</sup> JARDIN, Jean-Pierre — Sommes et chroniques castillanes...

de redação de um sumário: suprimir detalhes, conservando a totalidade da informação; ou selecionar informações essenciais, suprimindo os restantes<sup>232</sup>. A CBAN não realiza na totalidade nenhuma destas duas formas de redação. Pode ser afirmado que suprime toda a forma de detalhe, mas também que não mantém a totalidade da informação de nenhuma fonte em particular. Por outro lado, ainda que suprima informações, selecionando as consideradas essenciais, esta seleção ocorre não mediante o que seria essencial no conteúdo da fonte a ser sumariada, mas mediante o propósito da redação do texto, ditados pela sua própria estrutura e objetivos.

Mais recentemente, os sumários de crónicas foram definidos por Blanca Garrido Martín como textos nos quais várias fontes eram reduzidas a uma só, não se trando, por isso, de refundições, mas antes de obras concebidas com o intuito de serem originais<sup>233</sup>. Ainda que a CBAN não tenha sido concebida com esse intuito, a sua redação resulta da combinação de diversas fontes. Por conseguinte, talvez não seja incorreto dizer que a CBAN partilha de algumas das características de sumário, em particular devido à sua estrutura<sup>234</sup>. Porém, não foi redigida com a intenção de ser um sumário de crónicas. As características em que coincide com os sumários podem ser consideradas uma consequência da estrutura pela qual se optou na construção dos seus capítulos. No entanto, as características em que se afasta da tipologia textual dos sumários são as que definem e identificam o texto da CBAN, bem como o objetivo da sua redação. Por esse motivo, a CBAN não pode ser considerada um sumário.

Uma vez que o objetivo descrito no proémio se prende com as datas dos reinados portugueses, mas cada capítulo tem início com o casamento e descendência de cada rei e consistindo, no seu conjunto, num elenco de reinados, é também necessário ponderar se a CBAN pode ser considerada uma genealogia. De acordo com Gabrielle M. Spiegel, as genealogias eram expressões de memória social, que marcavam a consciência de

---

<sup>232</sup> JARDIN, Jean-Pierre — El modelo alfonsí...

<sup>233</sup> GARRIDO MARTÍN, Blanca — *La Atalaya de las Corónicas...*, pp.155-156.

<sup>234</sup> Uma vez que, como já mencionado na nota 78, é possível que esta estrutura tenha origem no *Liber Regum*, característica comum nos sumários de crónicas castelhanos de século XIV, como afirmado em JARDIN, Jean-Pierre — *Sommes et chroniques castillanes...*

linhagem e eram escritas para a exaltar e legitimar, com uma estrutura formal de série de biografias ligadas pelo princípio de sucessão hereditária<sup>235</sup>.

Tal como se verificava com as tipologias anteriormente analisadas, a CBAN partilha de algumas das características desta definição. Uma vez que o *incipit* abre com a palavra «membrança», não se pode excluir que também a CBAN ambicione expressar a memória social dos reis de Portugal. É possível encontrar no texto uma consciência de linhagem. Contudo, não é possível afirmar que tenha sido redigido para a exaltar ou legitimar. De acordo com o próêmio, a CBAN foi redigida para afirmar a autoridade dos reis, compreendendo e delimitando os seus reinados. No entanto, a legitimidade dos mesmos nunca é questionada<sup>236</sup>, sendo antes reforçada a autoridade que tiveram em vida e servindo o texto para detetar aqueles que a pretenderiam forjar. Por fim, ainda que cada capítulo possa ser considerado uma biografia e que estejam todos ligados pela sucessão hereditária<sup>237</sup>, a redação destes capítulos não encontra semelhanças com as genealogias portuguesas, os Livros de Linhagens. Estes livros, que diferem ao nível dos objetivos e matérias<sup>238</sup>, apresentam semelhanças que se fazem notar na organização interna, ao hierarquizar indivíduos dentro de uma linhagem e hierarquizar as próprias linhagens na disposição das matérias. A CBAN não é redigida desta forma, uma vez que não hierarquiza nem indivíduos dentro de uma linhagem e inclui apenas a régia. Assim, não é possível considerar a CBAN uma genealogia.

Por fim, é necessário regressar ao *incipit* da CBAN. O próêmio abre com as seguintes palavras: «Esta é a rememrança dos reis que forom destes regnos de Portugal e do Alguarve». O termo rememrança é repetido imediatamente de seguida, quando

---

<sup>235</sup> SPIEGEL, Gabrielle M. — Genealogy: form and function..., pp. 47-50.

<sup>236</sup> Sendo, ainda assim, tomadas opções quanto à origem dessa legitimidade. Refiro-me ao facto de a lista de governantes ser iniciada a com o conde Henrique, o que pode ser justificado através da necessidade de datar a sua documentação. Esta explicação, porém, não explica a ausência das datas relativas ao governo de Teresa, que foi excluída de uma continuidade governativa da qual fez parte.

<sup>237</sup> Sendo inclusivamente necessário explicar a deposição de Sancho II, justificando-se, assim, a transição entre irmãos e a subida ao poder de um antes da morte do outro.

<sup>238</sup> Sobre estes a relação entre estes livros, ver MATTOSO, José — A transmissão textual..., pp.268-280; MOREIRA, Filipe Alves; FERREIRA, João Paulo Martins — Introdução, pp. XLVII-LVII. Sobre a estratégia de redação do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, o exemplo paradigmático de um Livro de Linhagens português, ver FERREIRA, Maria do Rosário — *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*.

se inicia a justificação da sua redação: «A qual renenbrança serve (...)». Ainda que este termo não seja considerado numa tipologia textual, é a palavra através da qual o texto é identificado em si mesmo. Ou seja, é possível que o discurso da própria CBAN, nomeadamente no seu proémio, determine a noção da tipologia textual em que se insere.

Segundo Mary Carruthers, na cultura medieval a memória era considerada uma faculdade que transformava o conhecimento em experiência útil<sup>239</sup>. Analisando Isidoro de Sevilha, a mesma autora propõe que: «Writing is a servant to memory, a book its extension, and, like the memory itself, written letters call up the words of those that are no longer present»<sup>240</sup>. Por esse motivo, o livro era considerado um suporte da memória, enquanto o ato de recordar trazia ao presente o que pertencia ao passado<sup>241</sup>. Para memorizar eram criados sistemas mentais de recordação, em que a informação não era reproduzida, mas personalizada por partes, de forma a poder ser acedida e recriada<sup>242</sup>.

Estas noções de como se concebia a memória na cultura medieval permitem talvez definir a CBAN enquanto uma recordação. O proémio alega a necessidade de recorrer ao passado para avaliar o presente. A escrita, nesse contexto, serve a autoridade através da combinação de informações que, independentemente da asserção de verdade, eram, à época da escrita, consideradas verosímeis ou, pelo menos, adequadas ao conceito de veracidade que o autor tentou promulgar enquanto memória. Esta construção, em que informações de diferentes fontes são combinadas, é consistente com a criação de um sistema de recordação mediante a conceção medieval. O autor agiu perante a sua seleção, compilando-a da forma que considerou mais oportuna perante o seu objetivo e utilidade, passando-a a escrito. Consequentemente, ainda que memória não seja uma tipologia textual, talvez não seja incorreto considerar a CBAN um texto mais precisamente definido pelo termo com que o seu próprio *incipit* a designa: uma rememoração.

---

<sup>239</sup> CARRUTHERS, Mary — *The Book of Memory...*, pp. 1-11.

<sup>240</sup> CARRUTHERS, Mary — *The Book of Memory...*, pp. 139-143.

<sup>241</sup> CARRUTHERS, Mary — *The Book of Memory...*, pp. 237-240.

<sup>242</sup> CARRUTHERS, Mary — *The Book of Memory...*, pp. 77-78.



Assim, talvez a designação mais apropriada para a CBAN, de todas as que conheceu ao longo das suas edições, seja a que lhe foi atribuída por Alfredo Pimenta: *Memória Anónima da Torre do Tombo*<sup>243</sup>.

### **Considerações finais**

Em conclusão, a CBAN foi provavelmente redigida em 1429, sendo improvável que tenha sido composta antes. O favorecimento de verbos que se tornaram de utilização comum no século XV pode auxiliar na confirmação desta datação. A utilização de dois sistemas de calendário não sustenta que a CBAN tenha sido redigida na Era hispânica, sendo mais provável que esse sistema tenha sido empregue por motivos de ordem prática, relacionados com o objetivo funcional do texto. Este não se encontra incompleto, parecendo, em particular pela inclusão do casamento de Afonso IV, ter sido redigido para terminar em Dinis. Por estes motivos, o testemunho mais antigo conhecido da CBAN, nos fólhos 6v-7v do L4AIII, ainda que possa não ser o original, será coevo da redação do texto.

Quanto ao contexto da sua redação, foi analisado o funcionamento da Torre do Tombo em 1429, local no qual foi produzido o L4AIII. Ainda que, à época, o único funcionário compatível com o perfil do burocrata anónimo autor da CBAN seja o escrivão Afonso Peres, não há elementos suficientes que confirmem a autoria, sendo impossível atribuir-lha.

Por último, quanto à tipologia textual da CBAN, foi argumentado que não se insere nas tipologias crónicas, anais, sumários ou genealogias. A CBAN pode ser entendida como memória, tendo sido concebida, preparada, organizada e redigida como uma lembrança, termo inscrito no seu *incipit*. Por esse motivo, a melhor designação para o texto é o atribuído por Alfredo Pimenta, *Memória Anónima da Torre do Tombo*.

---

<sup>243</sup> PIMENTA, Alfredo (ed.) — *Fontes Medievais da História de Portugal...*, pp. 48-54.

## 6. A receção da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*

O capítulo final aborda a receção da CBAN nos três testemunhos conhecidos da era moderna: a cópia de António Brandão do século XVII, no manuscrito 121 do fundo de Alcobaça da Biblioteca Nacional<sup>244</sup>; a cópia de José de Cristo da primeira metade do mesmo século, no manuscrito 86 do fundo de Santa Cruz de Coimbra da Biblioteca Municipal do Porto<sup>245</sup>; e a versão refundida do *Tratado Geral da Nobreza* do final do século XVI<sup>246</sup>. Será feita a colação dos três testemunhos em duas fases distintas: primeiro será analisada a colação das duas cópias, à qual se seguirá a observação da refundição.

Dois dos três testemunhos foram já por diversas vezes comentados em capítulos anteriores, nomeadamente devido aos estudos em que estas versões foram comparadas com o testemunho medieval de 1429. A versão do TGN foi incluída, juntamente com a CBAN, por Filipe Alves Moreira nos sumários de crónicas portuguesas<sup>247</sup>, enquanto a versão de José de Cristo do Ms. 86 foi estudada por Artur de Magalhães Basto<sup>248</sup>. Algumas das conclusões deste autor foram já debatidas no capítulo 2, mas serão aqui recuperadas. Já o trabalho de Filipe Alves Moreira, que foi abordado no capítulo anterior, será debatido em maior detalhe de seguida.

Através da colação dos três testemunhos modernos, este capítulo tem como objetivo identificar a relação de cada um com o medieval, do L4AIII, procurando estabelecer-se se este pode ser considerado o original. Como tal, no final do capítulo, será proposto um *stemma* da transmissão textual da CBAN.

### 6.1. As cópias de António Brandão e de José de Cristo

O testemunho de ALC. 121, identificado como *Miscelânea Histórica* e parte do fundo de Alcobaça, é datado do século XVII e atribuído a António Brandão, tendo

---

<sup>244</sup> BNP, ALC. 121, ff. 91-94.

<sup>245</sup> BPMP, Ms. 86, pp. 389-392.

<sup>246</sup> BPMP, *Tratado Geral da Nobreza*, ff. 115r-116v.

<sup>247</sup> MOREIRA, Filipe Alves — *Os Sumários de Crónicas Portuguesas...*, pp. 79-92.

<sup>248</sup> BASTO, Artur de Magalhães — *A «Rrenembrancha» dos Reis...*, pp. 353-357.

intervindo diversas mãos no processo de cópia<sup>249</sup>. Já o testemunho do Ms. 86, denominado atualmente como *Miscelânea referida ao mosteiro de Santa Cruz*, datado também do século 17, é atribuído a José de Cristo, sendo identificado como da sua mão<sup>250</sup>. De seguida, na tabela 5 é possível observar a colação do testemunho medieval no L4AIII com as cópias de ALC. 121 e do Ms. 86.

**Tabela 5 – Colação das cópias de António Brandão e de José de Cristo<sup>251</sup>**

L4AIII	ALC. 121	Ms. 86
<p>Esta he a rrenenbrança dos Reys que fforom destes Regnos de portugall e do algarue des o começo do Conde Dom anrriqui ataa esta presente Era que ora corre do nacimiento de nosso senhor Jhu Xpo de mjl e quatroçentos e vijnte e noue años A qual rrenenbrança serue aprot por que muytas uezes mostram perante ElRey nosso senhor e perante os seus juzzes algũas doaçoões e outras escripturas que fazem emperjuizo dos dereitos e coussas da coroa dos Regnos fazendo taaes cartas de doaçoões e escripturas mençom que forom outorgadas per hũu Rey o quall segundo a dada dessa</p>	<p>Esta he a Renembrança dos Reys que forom destes Regnos de Portugal e do Algarue des o começo do Conde dom Anrique ataa esta presente era que hora corre do nascimento de nosso senhor Jhs Xpo de mil e quatrocentos e e vinte noue annos A qual renembrança serue aprot porque muitas uezes mostram perante ElRey nosso snhor e perante os seus juizes algũas doaçoões e outras escripturas que fazem em prejuizo dos directos e cousas da coroa dos Regnos fazendo taaes cartas de doaçoões e escripturas mencom que forom outorgadas por hum Rey o qual segundo a dada dessa</p>	<p><b>Não tem mais memorias dos reiz seguintes este livro e diz no principio</b></p> <p>Esto he a rrenenbranca dos reiz que foram destes reinos de Portugal e do Algarue des o comeco do Conde D. Henrique ata esta presente era que ora corre do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e uinte e noue annos</p>

<sup>249</sup> LISBOA. Biblioteca Nacional — *Inventário dos Códices*, pp. 98-103; AMOS, Thomas L. — *The Fundo Alcobaça...*, pp. 161.

<sup>250</sup> PORTO, Biblioteca Pública Municipal — *Catalogo da Bibliotheca...*, pp. 59-60.

<sup>251</sup> Todas as transcrições que se encontram nas tabelas deste capítulo foram feitas a partir de digitalizações ou fotografias dos testemunhos originais. Não foi tida em conta a pontuação, nem as iniciais, tendo-se optado por manter apenas as que facilitam a leitura. As palavras foram separadas e as abreviaturas desdobradas. Por uma questão de coerência, é também utilizada a transcrição inicialmente feita do texto do testemunho do L4AIII e não a edição em Anexo. A edição digital com representação paleográfica de todos estes testemunhos encontra-se em linha, FONTÃO, Diana (ed.) — *Crónica Breve do Arquivo Nacional...*, disponível em: <https://corpora.uah.es/egpa/index.php?action=CBAN>.

<p>escriptura ja era finado e pera tirar estas duuidas aproueitam muyto estas eras por que em ellas faz mençom quando cada hũu Rey começou de rregnar e quando sse finou e onde jaz sepultado e estas eras forom escriptas çertamente sabendose primeiro a uerdade do que em ellas he contheudo As quaees aqui som escriptas na maneira que sse segue e per ellas logo se pode ssaber a escriptura que nom for uerdadeira</p>	<p>escriptura ja era finado e para tirar estas duuidas aproueitão muito estas eras porque em ellas faz mencom quando cada hum Rey comecou de Regnar e quando se finou e onde jaz sepultado e estas eras forom escriptas certamente sabendosse primeiro a uerdade do que em ellas he contheudo as quaaes aqui som escriptas na maneira que se segue e por ellas logo se pode saber a escriptura que nom for uerdadeira</p>	
<p>O conde dom Anrriqui <b>que</b> foy cassado com a Rainha dona Tareija afomso filha delRey dom affomso de castella Este conde dom anrriqui se finou em estorga do Regno de liom E Jaz sepultado na see <b>da igreja</b> de bragaa E finousse no dicto logar destorga na Era de mjl e çento e çinquenta años</p>	<p>O Conde D. Anrrique <b>que</b> foi casado com a Rajnha Dona Tareja Afomso filha delRej dom Affomso de castella este Conde D. Anrrique se finou em estorga do Reino de Liom e jaaz sepultado na see <b>da igreja</b> de Bragaa e finouse no dicto lugar de estorga na era de mil e cento e sincoenta annos</p>	<p>O Conde D. Anrriqui foi casado com a rainha D. Tareija affonso filha delRei Dom Afonso de Castela este Conde Dom Anrriqui se finou em estorga do Reino de Liom e jaz sepultado na Se de Braga e finouse no dito lugar destorga na era de mil cento e cincoenta anos</p>
<p>Elrey dom afonso anrriquiz foy filho do sobre dicto Conde dom anrriqui e da Raynha dona Tareija Este Rey foy cassado com a Raynha dona mafalda filha do Conde dom afomso de <b>moliana</b> filho delRey dom afonso de castela E ouue della estes filhos o jfante dom sancho e a jfante dona Orraca que foy casada com elRey dom fernando de castela e a jfante dona Tareija que foy casada com o conde de frandes Este Rey naçeo na era de mjl e cento e trijnta e dous años E finouse em a çidade de Cojnbra seis dias de dezembro era de mjl e dozentos e vijnte e dous años <b>E asy foy sua vida</b></p>	<p>ElRey Dom Afonso Anrriquuz foi filho do sobre dicto Conde D. Anrrique e da Rajnha dona Tareja Este Rey foi cazado com a Rajnha D. Mafalda filha do Conde D. Afonso de <b>moliana</b> filho do Rej D. Afonso de castella e ouue della estes filhos o Infante D. Sancho e a Infante dona Orraca que foi casada com ElRej dom fernando de castella e a Infante Dona Tareja que foi casada com o Conde de frandes Este Rej nasceo na era de mil e cento e trinta e dous annos e finouse em a cidade de Coimbra seis dias de dezembro era de mil e dozentos e vinte e dous annos</p>	<p>ElRei D. Afonso Henriques foi filho do sobredito conde D. Anrrique e da Rainha D. Tareija este Rei foi casado com a Rainha Dona Mafalda filha do Conde D. Afonso de <b>Molina</b> filho delRei D. Afonso de Castella e ouue della estes filhos o Infante D. Sancho e a infante D. Urraca que foi casada com ElRei D. fernando de Castella e a infante D. Tareija que foi casada com o Conde <b>joane?</b> de frades este Rei naceo na era de mil cento e trinta e dous annos e finousse em a cidade de Coimbra seis dias de Dezembro era de mil duzentos e uinte e dous anos <b>e assi foi sua uida</b></p>

<p><b>noueenta e hũu años</b> E jaz sepultado no seu moesteiro de sancta cruz da dicta çidade de cojnbra que ell fundou e acabou aa sua custa</p>	<p>e jaaz sepultado no seu moesteiro de sancta Cruz da dicta cidade de Coimbra que elle fundou e acabou a sua custa</p>	<p><b>noventa e hum annos</b> e jaz sepultado no seu mosteiro de santa + da dita cidade de Coimbra que el fundou e acabou a sua custa</p>
<p>ElRey dom Sancho filho do sobre dictto Rey dom afonso anrriquiz Este foy casado com a Raynha dona doce filha delRey daragom E ouue della o jnfante dom Sancho e o jfant dom Pedro e o jfante dom fernando que foy Conde de frandes e o jfante dom Anrriqui e a jfante dona mafalda que foy casada com elRey dom anrriqui de castella e a jfante dona sancha que foy gouernador do moesteiro de loruãao e a jfante dona branca que morreo na auga dalfajar e jaz soterrada no dicto moesteiro de sancta cruz de Cojnbra e a jfante dona Tareija que foy casada com elRey dom afonso de liom que era sobrinho desse Rey dom sancho filho de sua jrmãa E finouse esta Raynha dona doce e entom filhou elRey hũa dona de que se nom pode saber o nome E ouue della dom Martim sanchez e dona Orraca sanchez E finouse esta dona e filhou <b>dana</b> Maria pãez rribeira a que elle deu villa de Conde E ouue della dona Tareija sanchez e dom gill sanchez e dona Costança sanchez e dom Ruy sanchez Este rrey nação onze dias de nouenbro da Era de mjl e çento e noueenta e <b>dous</b> anos E uiueo çinquenta e oito años E finouse na era de mjl e dozentos e quarenta</p>	<p>ElRey D. Sancho filho do sobredito Rey dom Afonso anrriquiz este foi casado com a Rajnha dona doce filha do Rey daragom e ouue della o inffante D. sancho e o Inffante D. Pedro e o Infante Dom fernando que foi conde de frandes e o Infante dom anrrique e a Infante Dona Mafalda que foi casada com ElRey dom Anrrique de castella e a infante dona Sancha que foi gouernador do moesteiro de lorvão e a infante Dona Branca que morreo na auga dalfaiar e jaaz soterrada no dicto moesteiro de sancta cruz de Coimbra e a Infante dona Tareja que foi casada com elRey D. Afonso de Liom que era sobrinho desse Rey D. Sancho filho de sua irmãa e finouesse esta Rajnha dona doce e entou filhou ElRej hũa dona de que se nom pode saber o nome e ouue della dom Martim Sanchez e dona Orraca Sanchez e finouesse esta dona e filhou <b>dona</b> Maria pãez Ribeira a que elle deu Villa di Conde E ouue della D. Tareja sanchez e dom Gil Sanchez e dona Costanca sanchez e dom Ruj Sanchez Este Rej nasceo onze dias de novembro da era de mil e cento e nouenta e <b>nove</b> annos e viueo sincoenta e oito annos e finouesse na era de mil e duzentos e corenta</p>	<p>ElRej D. Sancho filho do sobredito Rej Dom Afonso Anrriquis este foi casado com a Rainha Dona Doce filha delRei de Aragom e ouuee della o infante D. Sancho e o jnfante D. Pedro e o infante D. fernando que foi conde de frandes e o jnfane D. Anrrique e a Infante D. Mafalda que foi casada com elRei D. Anrique de Castella e a jnfante D. Sancha que foi gouernador do mosteiro de Loruão e a infante D. Branca que morreo na agoa delfajar e jaz soterrado no dito mosteiro de santa Cruz de Coimbra e a jnfante D. Tareija que foi casada com elRej D. Afonso de Leom que era sobrinho desse Rei D. Sancho filho de sua irmã e finouse esta Rainha D. Doce e entom filhou elrej hũa dona de que se não pode saber o nome e ouue della Dom Martim Sanches e D. Urracha Sanches e finouse esta Dona e filhou <b>Dona</b> Maria Pães ribeira a quem elle deu Villa de Conde e ouue della D. Tareija Sanches e D. Gil Sanches e D. Constanca Sanches e D. Rui Sanches este Rei naceo onze dias de Novembro da era de mil cento e nouenta e <b>dous</b> annos e uiveo Cincoenta e oito annos e finouesse na era de mil e duzentos e quarenta</p>

<p>e noue años E jaz soterrado no moesteiro de sancta cruz de Cojnbra junto com seu padre elRey dom afonso</p>	<p>e nove annos e jaaz soterrado no moesteiro de santa Cruz de coimbra junto com seu padre ElRej dom Afonso</p>	<p>e nove annos e jaz soterrado no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra iunto com seu padre elrej D. Afonso</p>
<p>ElRey dom afonso filho do dicto Rey dom sancho foy casado com a Raynha dona Orraca filha delRey dom afonso de castela E ouue dela o jfante dom Sancho e o jfante dom afonso que foy Conde de bellonha e o jfante dom fernando e a jfante dona lianor Este Rey nação oito dias dabrill da Era de mjl e dozentos e vijnte e quatro años <b>finouse</b> na Era de mjl e dozentos e saseenta e hũu años E asy viue trinta e sete años E jaz soterrado em o seu moesteiro dalcobaça</p>	<p>ElRey D. Afonso filho do dicto Rey D. Sancho foi casado com a Rajnha dona Orraca filha del Rej D. Afonso de castella e ouue della o Infante e Dom Sancho e o Inffante D. Afonso que foi conde de Bolonha e o Infante dom fernando e a Infante D. Lianor Este Rej nação oito dias dabrill da era de mil e dozentos e uinte quatro annos e <b>finouse</b> na era de mil e dozentos e sasenta e hum annos e assj uiueo trinta e sete annos e jaaz soterrado em o seu moesteiro dalcobaça</p>	<p>Elrei D. Afonso filho do dito Rei D. Sancho foi cazado com a Rainha Dona Urraca filha delRei D. Afonso de Castella e ouue della o infante D. Sancho e o ifante D. Afonso que foi Conde de Bolonha e o infante D. fernando e a infante Dona Leanor Este Rei naceo oito dias de Abril da era de mil duzentos e uinte e quatro annos e <b>nifouse</b> na era de mil duzentos e sasenta e hum annos e assi uiveo trinta e sete annos e jaz soterrado em o seu mosteiro de Alcobaça</p>
<p>ElRey dom sancho que foy chamado capello filho do sobre dicto Este se cassou com hũa dona a que chamauam miçia lopez per seu conselho Este rrey por algũas cousas que fez em perjuizo dos dereitos do Regno e da justiça os prellados sopricarom ao papa e os fidalgos e conçelhos e por ello hordenou o papa a rrequirimento dos sobre dictos que uiesse o conde dom afonso de bellonha seu jrmaão gouernar estes Regnos de portugal e do algarue E este rrey dom sancho Regnou em portugal vijnte e quatro años E foisse pera castella e allo andou dous años E finouse em toledo na Era de mjl e dozentos e oiteenta e çinqui años E Jaz soterrado na see de Tolledo que elle fez acabar aa sua custa</p>	<p>El Rei Dom Sancho que foi chamado cappello filho do sobredicto Este se cazou com hũa dona a que chamarão meçia lopez por seu consentimento Este Rej por algũas cousas que fez em prejuizo dos dreitos do Regno e da justiça os prellados supricarão ao papa e os fidalgos e conselhos e per ello ordenou o papa a requerimento dos sobreditos que uiesse o Conde D. Afonso de Bellonha seu jrmão governar estes Regnos de Portugal e do Algarue Este Rej dom Sancho Regnou em Portugal uinte e quatro annos e foisse para Castella e allo andou dous annos e finoussse em Toledo na era de mil e dozentos e oitenta e cinco annos e jaaz soterrado na see de Toledo que elle fez acabar a sua custa</p>	<p>Elrei D. Sancho que foi chamado Capello filho do sobre dito Este se casou com hũa dona a que chamavão mecia Lopes per seu conselho este Rei por alguas cousas que fez em perjuizo dos dereitos do Reino e da justicia os preladados sopricaram ao papa e os fidalgos e conçelhos e por ello ordenou o papa a requerimento dos sobreditos que uiesse o Conde Dom Afonso de Bolonha seu irmão governar estes reinos de Portugal e do Algarue e este rei Dom Sancho reinou em Portugal uinte e quatro annos e foisse pera Castella e allo andou dous annos e finouse em Toledo na era de mil e duzentos e oitenta e cinco annos e jaz soterrado na see de Tolledo que elle fez acabar a sua custa</p>

<p>ElRey dom affonso que foy Conde de bellonha jrmaão que foy do sobre dicto Este foy cassado com a Raynha dona beatriz filha delRey dom afonso de castela E ouue della a jfante dona branca que foy senhora das Olguas de burgos e o jfante dom denjs e o jfante dom afonso e a jfante dona sancha que morreo em Seuilha e jaz em alcobaça e outros dous filhos que morrerom pequenos e hũu jaz en alcobaça e outro em o moesteiro de sam viçente de fora E este rrey Regnou ataa dezeseite dias de feuereiro da Era de mjl e <b>trezentos</b> e dezeseite años E assy rregnou trijnta e dous años E jaz em o seu Moesteiro dalcobaça</p>	<p>ElRey D. Afonso que foi Conde de Bellonha jrmão que foi do sobredito Este foi casado com a Rajnha D. Beatris filha delRej D. Afonso de Castella e ouue della a Infante dona Branca que foi senhora das Olgas de Burgos e o Infante D. Diniz e o Infante D. Affonssso e a Infante dona Sancha que morreo em Seuilha e jaaz em Alcobaça e outros dous filhos que morrerão pequenos e hum jaaz em Alcobaca e outro em o moesteiro de S. Vicente de fora Este Rey regnou ataa dezeseite dias de feuereiro da era de mil e <b>trezentos</b> e dezasete annos e assi regnou trinta e dous annos e jaaz em o seu moesteiro de Alcobaça</p>	<p>ElRei D. Afonso que foi Conde de Bolonha irmão que foi do sobredito este foi casado com a Rainha D. Beatriz filha del Rei D. Afonso de castella e ouue della a infanta D. Branca que foi senhora das Olgas de Burgos e o infante dom Dinis e o infante D. Afonso e a infante D. Sancha que morreo em Sevilha e jaz em Alcobaça e outros dous filhos que morreram pequenos e hum jaz em Alcobaça e outro em o mosteeiro de S. Vicente de fora e este rei reinou ate dezasete dias de feuereiro da era de mil <b>duzentos</b> e dezasete annos e asim reinou trinta e dous annos e jaz em o seu mosteiro de Alcobaça</p>
<p>ElRey dom denjs filho do sobre dictto foy cassado com a rraynha dona Jsabel filha delRey dom Pedro daragom <b>E ouue della</b> a jfante dona Costança que foy casada com elRey dom fernando de castela e o jfante dom afonso que foy cassado com a jfant dona beatriz jrmãa do dictto Rey dom fernando de castela Este rrey começou de Regnar na sobre ditca Era de trezentos e dezeseite años E finouse sete dias de Janeiro da Era de mjl e trezentos e seseenta e tres años E asy rregnou quareenta e seis años E jaz sepultado em o seu moesteiro de sam denjs dodiuellas dapres da çidade de lixboa que ell fez de todo aa sua custa E rreteue pera sy e pera todos seus sobçesores o consentimento da jnliçom</p>	<p>ElRey D. Diniz filho do sobredito foj casado com a Rajnha D. Isabel filha delRey D. Pedro daragom <b>e ouue della</b> a Infante D. Costança que foi cazada com ElRej D. fernando de castella e o Infante D. Afonso que foi cazado com a Infante D. Beatriz jrmãa do dicto Rej D. Fernando de Castella este Rej comecou de regnar na sobredita era de trezentos e dezassete annos e finousse sete dias de laneiro da era de mil e trezentos e sesenta e tres annos e assi regnou quareenta e seis annos e jaaz sepultado em o seu moesteiro de S. Diniz de odiuellas dapres da cidade de lixboa que elle fez de todo á sua custa e reteue para sy e para todos seus soccessores o consentimento da jnlicõ</p>	<p>ElRei Dom Dinis filho do sobredito foi cazado com a rainha D. isabel filha del Rei Dom Pedro daragom a infante Dona Constança que foi cazada com ElRei D. Fernando de Castella e o infante Dom Afonso que foi cazado com a infante Dona Beatriz irmã do dito Rei Dom fernando de Castella este rei comecou de Reinar na sobredita era de trezentos e desasete anos e finouse sete dias de janeiro da era de mil trezentos e saseta e tres annos e assi reinou quareenta e seis annos e jaz sepultado em o seu mosteiro de S. Dinis dodivellas dapres da cidade de Lisboa que elle fez de todo a sua custa e reteve pera si e pera todos seus sucessores o consentimento da elicom</p>

que fezesem das abadesas quando algũa ouuesem denleger em abadessa desse Moesteiro e asy he contheudo em seu testamento e hordenaçom do ditco moesteiro	que fezessem das Abbadessas quando algũa ouuesse denleger em abadessa desse moesteiro e assi he contehudo em seu testamento e hordenacom do dicto moesteiro	que fezessem das Abbadecas qundo algũa ouuessem de enleger em abbadessa desse mosteiro e assi he conteudo em seu testamento e ordenacom do dito mosteiro
---	---	--

O prómio do testemunho ALC. 121 constitui uma cópia exata do L4AIII, enquanto no Ms. 86 foi copiada apenas a informação relativa à datação da CBAN, não sendo incluído o segmento que descreve o objetivo da sua redação. A frase assinalada, que afirma que «Não tem mais memorias dos reiz seguintes este livro e diz no principio»<sup>252</sup> deve-se a outra particularidade deste testemunho: o prómio é copiado após o texto e não antes, como acontece nas outras duas versões. O Ms. 86 contém várias notas que datam e identificam o manuscrito a partir da qual foi feita a cópia, ou que servem de comentário ao texto. Uma dessas notas, que serve de introdução e ocupa o espaço normalmente dedicado ao prómio, refere o seguinte:

O que se segue he tirado de hum livro da Torre do Tombo Real que se intitula Titulo de colheitas dos Mouros e doutros memoriais. He de taboa de Couro baio ferrado e muito uelho. Folha seista uerso diz que foi feito Era de nosso senhor Jesu Christo mil quatrocentos e uinte e nove anos<sup>253</sup>.

À margem desta introdução foi ainda acrescentado: «Este livro foi feito em tempo delRei D. João Primeiro sendo feita a materia de que se trata em tempo delRei D. Afonso Conde de Bolonha»<sup>254</sup>. Artur de Magalhães Basto afirmou que a cópia de José de Cristo no Ms. 86 não seria uma cópia do L4AIII devido a esta descrição. Como já foi afirmado, a descrição é compatível com o conteúdo do L4AIII. Para além disso, quando atentamos ao texto acima transcrito, é possível perceber que é mencionado o fólio que contém o prómio, no qual se inicia o registo da CBAN: o fólio 6v. Consequentemente, não restam dúvidas de que o manuscrito descrito na versão do Ms. 86 é a do L4AIII.

---

<sup>252</sup> BPMP, Ms. 86, p. 392.

<sup>253</sup> BPMP, Ms. 86, p. 389.

<sup>254</sup> BPMP, Ms. 86, p. 389.



Quanto ao texto da CBAN, as diferenças não são significativas entre os três testemunhos e ocorrem maioritariamente no Ms. 86. Ambas as versões modernas apresentam a palavra anos grafada como «annos», o que pode significar que copiaram um testemunho em que esta se encontrava abreviada como «años», como ocorre no L4AIII. No Ms. 86 é corrigida a lição Moliana para Molina, o que indica que o autor da cópia conhecia a lição. Esta possibilidade parece ser confirmada pela nota na margem direita, em que é comentado que: «deste livro tomarão os escritores o erro»<sup>255</sup>. Logo, o autor da nota conhecia a errada atribuição da ascendência da rainha Mafalda na historiografia portuguesa. Para além disso, é igualmente possível que, quando a CBAN foi copiada do L4AIII para o Ms. 86, a lição Moliana se encontrasse já riscada e corrigida à margem, como hoje se conserva. A mão que redigiu essa nota no L4AIII parece ser a mesma que inseriu o nome do conde da Flandes, casado com Teresa, filha de Afonso Henriques. Nessa interpolação, de mão posterior à da cópia da CBAN, o nome Filipe é abreviado como «phe». A abreviatura não é tida em consideração na cópia do ALC. 121, mas é incluída no Ms. 86 como «Joane?», ainda que assinalada a dificuldade na sua leitura e compreensão.

Os erros de cópia são mais frequentes no Ms. 86, que omite algumas palavras. Esta cópia não parece ter sido feita com o objetivo de ser uma réplica perfeita do texto (como se entende pela deslocação do prómio), mas para ser um registo anotado do texto e do testemunho do L4AIII. O menor cuidado na cópia do Ms. 86 é notório na palavra «finou», mal copiada no capítulo de Afonso II. Esta cópia apresenta ainda um erro na data de morte de Afonso III, copiando erradamente 1217 e não 1317. Também no capítulo de Dinis ocorre um erro: é omitida a expressão «e ouve dela» que insere a descendência do rei, dando início ao elenco do nome dos filhos imediatamente após o nome da rainha Isabel.

O testemunho de ALC. 121 tem apenas duas diferenças a salientar. No capítulo de Afonso Henriques é omitida a frase que resume a totalidade dos anos que viveu. Para além disso, ocorre um erro na cópia do ano de nascimento de Sancho I, que passa de

---

<sup>255</sup> BPMP, Ms. 86, p. 389.

1192 a 1199, talvez por confusão com a data de morte do rei, 1429, inserida na linha imediatamente abaixo.

O único caso em que ambas as cópias oferecem uma lição melhor do que o L4AIII ocorre na correção de «dana» para «dona», quando mencionada Maria Pais Ribeira. Esta palavra foi escrita na sua forma correta em ambas as cópias e apenas a versão de 1429 apresenta o erro. No entanto, este erro é facilmente identificável na transcrição do texto, pelo parece mais provável que os copistas simplesmente o tenham corrigido.

Ao observar a colação do testemunho de 1429 com os dois testemunhos do século XVII, é possível concluir que estes são cópias do medieval. Para além disso, não parecem relacionar-se entre si, uma vez que os seus erros não são coincidentes. ALC. 121 consiste numa cópia bastante precisa da CBAN como se encontra no L4AIII, incluindo a lição Moliana. Já o Ms. 86 apresenta mais particularidades, mas, com exceção da alteração da lição Moliana para Molina, nenhuma é significativa. No entanto, as várias notas que acompanham a cópia demonstram não só que o copista conhecia previamente a lição, mas também confirmam que o testemunho é uma cópia direta do L4AIII.

## **6.2. A refundição do *Tratado Geral de Nobreza***

A versão da CBAN que se encontra no manuscrito M-FA-80 da BPMP, aqui designado como TGN, título pelo qual é mais frequentemente denominado, representa uma versão singular do texto. Essas particularidades levaram a que fosse considerada uma refundição por Filipe Alves Moreira<sup>256</sup>. No seu estudo dos sumários de crónicas portuguesas, este autor, possivelmente por influência de Afonso de Dornelas, editor do manuscrito em 1931<sup>257</sup>, descrevia esta versão da CBAN como redigida, aumentada e escrita durante o tempo de Afonso V, atingindo já esse mesmo reinado. No entanto, e como será possível observar abaixo na tabela 6, esta versão da CBAN compreende a mesma cronologia dos outros testemunhos, ou seja, do conde Henrique até Dinis.

---

<sup>256</sup> MOREIRA, Filipe Alves — Os Sumários de Crónicas Portuguesas..., p. 80.

<sup>257</sup> DORNELAS, Afonso de (ed.) — *Tratado Geral de Nobreza...*, pp. I-IV.

O manuscrito do TGN, do século XVI, pertenceu à biblioteca de Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca e contém um conjunto de textos heráldicos, nobiliárquicos e historiográficos<sup>258</sup>, a maior parte traduções de autores como Diego de Valera, Jean Courtois, Ferrán Mexia e Pedro de Gracia Dei<sup>259</sup>. Inclui também alguns apontamentos históricos portugueses, entre os quais o auto de capitulação e pazes de Henrique, 1º Duque de Viseu, e a CBAN<sup>260</sup>. A atribuição da obra a António Rodrigues por Afonso de Dornelas, editor do manuscrito em 1931, é considerada ainda enigmática por Harvey L. Sharrer, autor de um estudo que compara o testemunho da BPMP com um segundo, descoberto pelo autor<sup>261</sup>. As questões relacionadas com a obra, a autoria e os seus dois testemunhos não serão aqui analisadas, porque o segundo testemunho não inclui a CBAN. Ainda assim, este estudo levanta uma dúvida relevante quando à sua compilação no TGN. Uma vez que, de acordo com Harvey L. Sharrer, ambos os testemunhos por ele estudados do TGN seriam cópias independentes de uma versão anterior da mesma coletânea de textos<sup>262</sup>, é necessário questionar se essa versão anterior conteria já a CBAN ou apenas os textos traduzidos que se encontram em ambos os testemunhos estudados por este autor.

De seguida, pode observar-se a colação do testemunho do L4AIII com o do TGN.

**Tabela 6 – Colação da refundição do *Tratado Geral de Nobreza***

L4AIII	TGN
<p><b>Esta he a rrenenbrança dos Reys que fforom destes Regnos de portugall e do alguarue des o começo do Conde Dom anrriqui ataa esta presente Era que ora corre do nacimiento de nosso senhor Jhu Xpo de mjl e quatroçentos e vijnte e noue años A qual rrenenbrança serue a proll por que muytas uezes mostram perante EIRey nosso senhor e perante os seus jujzes algũas doaçoões e outras escripturas que fazem emperjuizo dos</b></p>	

<sup>258</sup> SHARRER, Harvey L. — Translation, Adaptation and ‘Plagiarism’..., pp. 233-236.

<sup>259</sup> DORNELAS, Afonso de (ed.) — *Tratado Geral de Nobreza...*, pp. 3-128.

<sup>260</sup> DORNELAS, Afonso de (ed.) — *Tratado Geral de Nobreza...*, pp. 138-140.

<sup>261</sup> SHARRER, Harvey L. — Translation, Adaptation and ‘Plagiarism’..., pp. 237-246.

<sup>262</sup> SHARRER, Harvey L. — Translation, Adaptation and ‘Plagiarism’..., pp. 233-236.

<p>dereitos e coussas da coroa dos Regnos facendo taaes cartas de doaçoões e escripturas mençom que forom outorgadas per hũu Rey o quall segundo a dada dessa escriptura ja era finado e pera tirar estas duuidas aproueitam muyto estas eras por que em ellas faz mençom quando cada hũu Rey começou de rregnar e quando sse finou e onde jaz sepultado e estas eras forom escriptas çertamente sabendose primeiro a uerdade do que em ellas he contheudo As quaees aqui som escriptas na maneira que sse segue e per ellas logo se pode ssaber a escriptura que nom for uerdadeira</p>	
<p>O conde dom Anrriqui <b>que</b> foy cassado com a Rainha dona Tareija <b>afomso</b> filha delRey dom affomso de castella Este conde <b>dom anrriqui</b> se finou em estorga <b>do Regno de liom</b> E Jaz sepultado na see <b>da igreja</b> de bragaa E finoussse no dicto logar destorga na Era de <b>mjl e çento e çinquenta</b> años</p>	<p>O comde dom amrrique foy casado com a Rainha dona tarexa filha dell Rey dom afomso de castella Este comde se finou em <b>castella</b> estorga jaz sepulltado na see de bragua na era de <b>115</b> anos</p>
<p>Elrey dom afonso anrriquiz <b>foy</b> filho do sobre dicto Conde <b>dom anrriqui e da Raynha dona Tareija</b> Este Rey foy cassado com a Raynha dona mafalda filha do Conde dom afomso de <b>moliana</b> filho delRey dom afonso de castela E ouue della estes filhos o jfante dom sancho e a jfante dona Orraca que foy casada com elRey dom fernando de castela e a jfante dona Tareija que foy casada com o conde de frandes Este Rey naçeo na era de mjl e cento e trijnta e dous años E finouse em a çidade de Cojnbra seis dias de dezenbro era de mjl e dozentos e vijnte e dous <b>años</b> E asy foy sua vida noueenta e hũu años E jaz <b>sepultado no seu</b> moesteiro de sancta cruz <b>da dicta çidade de cojnbra</b> que ell fundou e <b>acabou aa sua custa</b></p>	<p>El Rey dom afomso amrriquez filho do sobredito comde foy casado com a Rainha donna mafalda filha do comde dom afomso de <b>mollyna</b> filho dell Rey dom afomso de castella E ouve della tres filhos o jfamte dom samcho E ha jfamte dona hurraca que foy casado com Ell Rey dom fernamdo de castella E a jfamte dona tareja que foy casado com o comde de framdes Este Rey naçeo na era de mill e cemto e trimta e dous anos E finouse na cidade de cojmbra a seis de dezembro era de mill e duzentos e vimte e dous E asy foy sua vida novemta e hum annos E jaz <b>soterrado</b> no moesteiro de samta cruz que elle fundou</p>
<p>ElRey dom Sancho filho do sobre dictto <b>Rey dom afonso anrriquiz</b> Este foy casado com a Raynha dona doce filha delRey daragom E ouue della o jnfante dom Sancho e o jfant dom Pedro e o jfante dom fernando que foy Conde de frandes e o jfante dom Anrriqui e a jfante dona mafalda que foy casada com elRey dom anrriqui de castella e a jfante dona sancha que foy <b>gouernador</b> do moesteiro de</p>	<p>El Rey dom samcho <b>o brauo</b> filho do sobredito Este <b>Rey</b> foy casado com a Rainha dona doce filha dell rrey daragão ouve della <b>estes filhos</b> o jfamte dom samcho e o jfamte dom pedro e o jfamte dom fernamdo que foy comde de framdes e ho jfamte dom amrrique e a jfamte dona mafalda que foy casada com Ell Rey dom amrrique de castella E a jfamte dona samcha que foy <b>freira</b> no moesteiro de</p>

<p>loruãao e a jfante dona branca que morreo na auga dalfajar e jaz soterrada no <b>dicto</b> moesteiro de sancta cruz <b>de Cojnbra</b> e a jfante dona Tareija que foy casada com elRey dom afomso de liom que era sobrinho desse Rey dom sancho <b>filho de sua jrmãa</b> E finouse esta Raynha dona <b>doce</b> e entom <b>filhou</b> elRey hũa dona <b>de que se nom pode saber o nome</b></p> <p>E ouue della dom Martim sanchez e dona Orraca sanchez E finouse esta dona e <b>filhou dana</b> Maria pãaez rribeira a que elle deu villa de Conde E ouue della dona Tareija sanchez e dom gill sanchez e dona <b>Costança</b> sanchez e dom Ruy sanchez Este rrey naçeo onze dias de <b>nouenbro</b> da Era de mjl e çento e noueenta e dous <b>anos</b> E uiueo <b>çinquenta</b> e oito años E finouse na era de mjl e dozentos e quarenta e <b>noue</b> años E jaz soterrado no moesteiro de sancta cruz <b>de Cojnbra</b> junto com seu padre elRey dom afonso</p>	<p>loruãao e a jfamte dona bramqa que morreo na agoa dallfaiar E jaz soterrada no moesteiro de samta cruz e a jfamte dona tareija que foy casada com Ell Rey dom afomso de llyão que era sobrinho dese Rey dom samcho E finouse Esta Rainha dona <b>boa</b> então <b>tomou</b> Ell Rey hũa dona</p> <p>E ouve della dom martinho samchez e dona urraca samches E finouse esta dona e <b>tomou dona</b> maria paiz Rybeira a que elle deu villa de comde E ouve della dona tareija samchez e dom gill samchez e dona <b>Esteuem</b> samches e dom Ruy samches Este Rey naçeo omze dias de <b>janeiro</b> da era de mill e cemto e novemta e dous E viueo <b>corenta</b> e oito anos e finouse na era de mill e duzentos E corenta anos E jaz soterrado no moesteiro de samta cruz junto com seu padre o Rey dom afomso</p>
<p>ElRey dom afonso filho do dicto Rey dom sancho foy casado com a Raynha dona Orraca filha delRey dom afonso de <b>castela</b> E ouue dela <b>o jfante dom Sancho e o jfante dom afonso que foy Conde de bellonha e</b> o jfante dom fernando</p> <p>e a jfante dona lianor Este Rey naçeo oito dias dabil da Era de mjl e dozentos e vijnte e quatro años finouse na Era de mjl e dozentos e saseenta e hũa años E asy viue trinta e <b>sete</b> años E jaz soterrado em <b>o seu moesteiro</b> dalcobaça</p>	<p>EllRey dom afomso filho do dito Rey dom samcho foy casado com a Rainha dona vrraca filha dell Rey dom afomso de <b>bollonha</b> E ouve della</p> <p>ho jfamte dom fernamdo <b>que chamarão de serpa</b></p> <p>e a jfamte dona llyanor Este Rey naçeo a oyto dias dabrill da era de mil E duzentos E vimte e quatro E finouse na era de mil e duzentos e setemta e hum anos E asy viueo trimta e <b>hum</b> anos E jaz soterrado em allcobaça</p>
<p>ElRey dom sancho que foy chamado capello filho do sobre dicto Este <b>se</b> cassou com hũa dona <b>a que chamauam</b> miçia lopez per seu conselho Este rrey por algũas cousas que fez em perjuizo dos <b>dereitos</b> do Regno e da justiça os prellados sopricarom <b>ao papa e os fidalgos e conçelhos e por ello</b> hordenou o papa a rrequirimento dos sobre dictos que uiesse o conde <b>dom afonso</b> de bellonha seu jrmão governar <b>estes Regnos de portugal e do algarue</b></p> <p>E este rrey dom sancho <b>Regnou</b> em portugal vijnte e quatro años E foisse pera castella <b>e allo andou</b> dous años E finouse em</p>	<p>Ell Rey dom samcho que foy chamado capello filho do sobre dito Este casou com hũa dona <b>que foy chamada</b> meçia llopez per seu conselho Este Rey por allgũas cousas que fez em perjuizo dos <b>retedores</b> do Regno e da justiça os <b>tres estados</b> e prellados sopricarão <b>ao samto padre e</b> ordenou o papa a Requerimento dos sobreditos que viesse o comde de bollonha seu jrmão governar <b>o Regno</b></p> <p>Este Rey dom samcho <b>guovernou</b> em portugal vimte E quatro anos E foyse pera castela <b>omde viueo</b> dous anos E finouse em</p>

<p>toledo na Era de mjl e dozentos e <b>oiteenta e çinqui años E Jaz soterrado na see de Tolledo que elle fez acabar aa sua custa</b></p>	<p>toledo na era de mil e duzentos e <b>trimta e cimço anos</b></p>
<p>ElRey dom affonso que foy Conde de bellonha jrmaão <b>que foy</b> do sobre dicto Este <b>foy cassado com a</b> Raynha dona beatriz filha delRey dom afonso de castela E ouue della a jfante dona branca que foy senhora das Olguas de burgos e o jfante dom denjs e o jfante dom afonso e a jfante dona sancha que morreo em Seuilha e jaz em alcobaça e outros dous filhos que morrerrom pequenos e <b>hũu jaz en alcobaça e outro em o moesteiro de sam viçente de fora</b> E este rrey Regnou ataa dezesete dias de feuereiro da Era de mjl e trezentos e dezesete años E assy rregnou trijnta e dous años E jaz em <b>o seu Moesteiro</b> dalcobaça</p>	<p>ElRey dom afomso que foy comde de bolonha jrmaão do sobredito Este <b>casou com hũa Rainha chamada</b> dona briatiz filha dell Rey dom afomso de castella E ouve della a jfamte dona bramca que foy senhora das ollgas de burgos e o jfamte dom denis e ho Ifamte dom afomso e a jfamte dona samcha que morreo em seuilha e jaz em allcobaça e <b>a jfamte dona maria</b> e outros dous filhos que morrerão pequenos  este Rey Regnou ate dezasete dias de feuereiro da era de mil e trezemtos e dezasete anos E asy Reinou trimta e dous anos E jaz em allcobaça</p>
<p>ElRey dom denjs filho do sobre dicto foy cassado com a rraynha dona Jsabel filha delRey <b>dom Pedro</b> daragom E ouue della a jfante dona Costança que foy casada com elRey dom fernando de castela e o jfante dom afonso que foy cassado com a jfant dona beatriz jrmãa do dicto Rey <b>dom fernando</b> de castela Este rrey começou de Regnar na sobre ditca Era de trezentos e dezesete años <b>E finouse sete dias de Janeiro da Era de mjl e trezentos e seseenta e tres años</b> E asy rregnou <b>quarenta e seis años</b> E jaz sepultado em <b>o seu moesteiro de sam denjs</b> dodiuellas <b>dapres da çidade de lixboa que ell fez de todo aa sua custa E rreteue pera sy e pera todos seus sobçesores o consentimento da jnliçom que fezesem das abadesas quando algũa ouuesem denleger em abadessa desse Moesteiro e asy he contheudo em seu testamento e hordenaçom do ditco moesteiro</b></p>	<p>El Rey dom dinis filho do sobredito foy casado com a Rainha dona jsabel filha dell Rey daragão E ouve della jfamte dona costança que foy casada com El Rey dom fernamdo de castella e ho jfamte dom afomso que foy casado com a jfamte dona briatiz jrmaã do dito Rey de castella Este Reinou começou Reinar na sobredita era de <b>mil e trezemtos e dezasete anos</b>  E asy Reinou <b>cimquoemta</b> anos E jaz sepulltado em odiuellas</p>

A primeira e mais evidente diferença entre as duas versões é a ausência do prómio no TGN. Na versão, a supressão deve-se possivelmente ao facto de, no contexto de um manuscrito dedicado à heráldica e genealogia, a justificação do objetivo de redação da CBAN ser irrelevante. Por esse mesmo motivo, a CBAN terá provavelmente

sido incluída pelas suas características genealógicas, enquanto listagem não só das datas dos reinados dos primeiros governantes de Portugal, mas também da sua descendência. Possivelmente foi essa também a causa da exclusão do segmento final, relacionado com a eleição da abadessa do mosteiro de Odivelas.

Algumas das lições do TGN não encontram explicação em dificuldades de leitura do testemunho do L4AIII. Refiro-me em particular: à data de morte do conde Henrique, que está registada apenas pelos numerais 115; à troca de sepultado por soterrado quanto ao local de sepultura de Afonso Henriques; ao nome da rainha Doce, quando mencionada a sua morte, que surge como Boa; à confusão entre Constança e Estevão no nome de uma filha do rei Sancho I no seu segundo casamento; e à mudança de 58 para 48 no número de anos que Sancho I primeiro viveu e de 46 para 50 na totalidade de anos que Dinis reinou, bem como de 37 para 31 nos anos que Afonso II viveu e de 1285 para 1235 na data de morte de Sancho II.

Por sua vez, outras lições do TGN parecem ser produto da época da sua redação, como a troca de Leão por Castela relativamente ao local de morte do conde Henrique. Se em 1429, quando foi redigida a CBAN, o reino de Leão já não representava uma realidade política, posteriormente, até após a união das coroas de Castela e Aragão, quando a refundição foi composta, menos relevância esse reino teria. No entanto, é ainda mencionado na versão do TGN, quando é referido o casamento de Teresa, filha de Sancho I, com Afonso IX de Leão. Esta inclusão, ainda assim, não ocupa um lugar de particular destaque no texto, pois remete apenas para o reino do marido de uma filha do rei. Talvez por isso tenha sido cortada parte da frase que se seguia a essa notícia. Na CBAN, a era explicado que Afonso IX era sobrinho de Sancho I, filho de sua irmã. Já no TGN, a menção à irmã desaparece, mantendo-se apenas a menção a uma relação de parentesco ente Afonso IX e Sancho I.

Outras mudanças, por outro lado, parecem ser propositadas e podem demonstrar uma continuidade na utilização da CBAN. Ao nome de Sancho I é acrescentado o cognome «o Bravo», possivelmente por ser assim designado no contexto em que a CBAN se mantinha útil. Por sua vez, a mudança de «filhou» para «tomou» como verbo utilizado para descrever os casamentos desse rei após a morte da rainha,

pode dever-se à evolução da língua, representando a queda em desuso do verbo filhar. À descendência de Afonso III é acrescentada uma filha, Maria, cuja existência não seria ainda conhecida pelo autor da CBAN ou que seria uma das crianças que morreram quando pequenas<sup>263</sup>, sendo suprimido o local de sepultura dessas crianças, talvez por se considerar que estariam incorretos ou que não seriam relevantes para o texto. A posição de Sancha, filha de Sancho II, como governadora do mosteiro do Lorvão é corrigida para freira do mesmo mosteiro, o que é compatível com a sua descrição na C1419<sup>264</sup>. No segmento dedicado aos filhos de Afonso II, é acrescentado que Fernando foi senhor de Serpa. Já a mudança de Castela para Bolonha, no mesmo segmento, quando é mencionado Afonso VIII de Castela, pai da rainha Urraca, parece dever-se a um salto entre iguais que correu no processo de cópia. Apesar de ter sido incluída a expressão «e ouve dela» após o erro, que deveria ter sido excluída com o salto, o copista continuou com o texto após o salto, omitindo toda as palavras que se encontravam redigidas na CBAN antes de Bolonha, ou seja, a menção a Sancho II e Afonso III entre os filhos de Afonso II. Foi igualmente removida a menção ao local de sepultura de Sancho II, talvez por não ser já relevante ou do conhecimento geral, ou por não haver nenhuma explicação para a observação na CBAN de que o rei tinha acabado a construção da catedral de Toledo à sua custa.

Mais curiosa é a alteração na explicação da deposição de Sancho II. Enquanto na CBAN é descrita da seguinte forma:

Este rrey por algũas cousas que fez em perjuizo dos **dereitos** do Regno e da justiça os prellados sopricarom **ao papa e os fidalgos e conçelhos e por ello** hordenou o papa a rrequirimento dos sobre dictos que uiesse o conde **dom afonso** de bellonha seu jrmaão gouernar **estes Regnos de portugal e do algarue**<sup>265</sup>.

No TGN surge como:

---

<sup>263</sup> A existência de Maria Afonso encontra-se documentada. Terá nascido em finais de 1264 ou inícios de 1266, cf. VENTURA, Leontina — A Nobreza na corte de Afonso III..., p. 540.

<sup>264</sup> CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*, p. 85.

<sup>265</sup> Nesta citação, bem como na seguinte optou-se por manter o destaque utilizado na colação, assinalando as palavras divergentes entre os textos dos dois testemunhos.



Este Rey por allgũas cousas que fez em perjuizo dos **retedores** do Regno e da justiça os **tres estados** e prellados sopricarão **ao samto padre** e ordenou o papa a Requerimento dos sobreditos que viesse o comde de bollonha seu jrmãao governar **o Regno**.

Verifica-se uma mudança significativa na menção a fidalgos e concelhos, que é substituída pela expressão «três estados». O Papa passa a ser referido como Santo Padre. Estas alterações podem significar uma mudança na forma como as instituições eram entendidas, levando a uma atualização no vocabulário apropriada na sua nomeação enquanto agentes no episódio da deposição. O mesmo ocorre com as palavras utilizadas para descrever o território disputado: os reinos de Portugal e do Algarve são agora apenas designados como um só, unido e estabelecido, reino.

As alterações propositadas parecem indicar que o testemunho do TGN resulta da cópia de uma versão da CBAN posterior ao do L4AIII, que se manteria em utilização na Torre do Tombo ou na corte régia. O testemunho do L4AIII contém duas palavras entrelinhadas na mesma mão que copiou o texto: a palavra «anos» após 1192, ano de nascimento de Sancho I; e a palavra «dela» quando se inicia o segmento da descendência de Afonso II e da rainha Urraca. Ambos os testemunhos incluem esta segunda palavra, apesar de, como já referido, a expressão «e ouve dela» ter sido incluída no TGN no meio de um salto entre iguais, tendo sido acrescentada sem que o salto fosse notado pelo copista, pelo que o facto de ocorrer nos dois testemunhos não implica que estivesse na versão do qual a refundição do TGN foi copiada. O primeiro caso, a palavra «anos», pode auxiliar no esclarecimento dessa hipótese, uma vez que também não foi incluída no TGN. Por este motivo e tendo em conta a análise efetuada neste capítulo, talvez não seja infundado propor que a refundição do TGN tenha sido copiada de uma versão da CBAN já refundida, mas que partiria do mesmo original do qual o testemunho no L4AIII é uma cópia direta. Assim, do original que seria de 1429 ou pouco antes, podem ter sido feitas duas cópias: uma que se encontra registada no L4AIII e outra que se manteve em utilização, sendo alvo de mudanças que refletiriam as informações consideradas mais úteis ou plausíveis. Desta segunda versão resulta o testemunho do TGN.

## **Considerações finais**

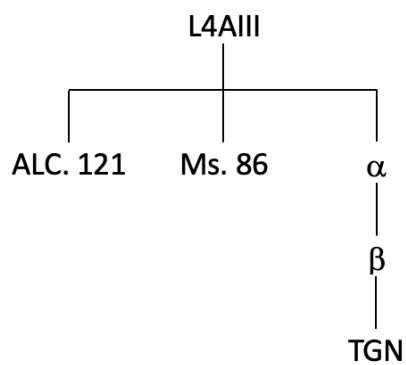
Tanto o testemunho de ALC. 121 como o do Ms. 86 consistem em cópias da CBAN do L4AIII. A versão de ALC. 121 é extremamente próxima da de 1429, resultando da sua cópia direta. Já a do Ms. 86, ainda que contendo um maior número de divergências, descreve o testemunho do qual foi copiada, que é compatível com o do L4AIII. A única mudança significativa é a lição Moliana, que é alterada para Molina, devido ao conhecimento por parte do copista da alteração da ascendência da rainha Mafalda na historiografia medieval portuguesa. Como tal, também o Ms. 86 resulta da cópia direta do L4AIII.

Já as divergências entre a CBAN e o TGN parecem indicar que a CBAN se manteve em uso após a sua redação em 1429 ou pouco antes. Muitas dessas divergências parecem ter sido inseridas propositadamente e refletiriam as mudanças que, ao longo do século XV foram ocorrendo na plausibilidade e relevância das informações contidas. Assim, a CBAN manteve-se funcional, sendo utilizada não só de acordo com o objetivo da sua redação, mas também como lembrança genealógica da linhagem régia portuguesa, tal como previsto pela sua tipologia. Visto que a refundição termina também em Dinis, conclui-se mais uma vez que o texto da CBAN no L4AIII não está incompleto, tendo sido originalmente composto de forma a terminar com esse rei.

Por fim, resta acrescentar que o testemunho de 1429 no L4AIII pode não ser o original, mas uma cópia direta e coeva do original, feita pouco ou imediatamente após a sua redação. Desse testemunho foram feitas duas cópias: a de ALC. 121 e do Ms. 86. A segunda cópia do original, que seria semelhante à do L4AIII, manteve-se funcional, sendo alvo de pelo menos uma refundição da qual resulta a versão do TGN. Assumindo que, como propôs Filipe Alves Moreira, a refundição tenha sido feita no reinado de Afonso V e que o manuscrito M-FA-80 seja uma cópia de um testemunho anterior do TGN, compilada para Manuel I pelo seu rei de armas, como afirmou Harvey L. Sharrer, é possível que a versão da CBAN no TGN que conhecemos resulte da seguinte transmissão textual: de uma cópia do original, redigido no reinado de João I, terá sido feita uma refundição no reinado de Afonso V, que no reinado de Manuel I foi incluída no original do TGN, do qual subsiste ainda o testemunho do manuscrito M-FA-80.

A figura 13 representa uma proposta de *stemma* da transmissão textual da CBAN. Neste esquema não foram atribuídas letras aos testemunhos, tendo-se optado, por motivos de clareza, por manter as abreviaturas incluídas ao longo da dissertação.

**Figura 13 – Proposta de *stemma* da transmissão textual de CBAN**



Legenda: α refundição, do reinado de Afonso V; β testemunho perdido do TGN, do reinado de Manuel I.

## Conclusão

A *Crónica Breve do Arquivo Nacional* foi redigida em 1429, durante o reinado de João I, numa versão inicial da Torre do Tombo. Não há motivos para duvidar que o texto seja originalmente do século XV, pois utiliza verbos que só se terão tornado de utilização comum nessa época. Para além disso, combina a lição Moliana, um traço arcaico, com a notícia de que a rainha Mafalda era neta do rei de Castela, engrandecendo o casamento de Afonso Henriques de acordo com a imagem que este teria nessa época.

A *Crónica Breve do Arquivo Nacional* foi redigida mediante o molde textual dos capítulos finais da *Primeira Crónica Portuguesa*, recorrendo ao mesmo formato resumido e analítico que estes apresentavam, mas afastando-se do capítulo inicial, ou seja, do conteúdo narrativo. Segue o molde escrupulosamente, aperfeiçoando-o de forma a ser cumprido praticamente sem exceções em cada capítulo. Esta tendência pode ser compatível com uma autoria burocrática, contendo traços de competência a compilar, copiar e reproduzir documentação.

Na sua redação foram utilizadas como fontes principais a *Crónica de Portugal de 1419* e a *Primeira Crónica Portuguesa*. Esta dicotomia representa o equilíbrio que se buscava na redação do texto, conjugando fontes antigas, tidas como mais verosímeis, com fontes recentes, mais próximas do pensamento da época. A *Crónica de Portugal de 1419* foi consultada principalmente quanto às datas, enquanto a *Primeira Crónica Portuguesa* contribuiu com muita da informação relativa à descendência dos reis. Pode também ter tido como fontes a *Crónica de Espanha de 1344* e os anais medievais portugueses, em particular o *Chronicon Lusitano* e as versões dos *Annales Coinbricenses* que se encontram no Livro da Noa. No entanto, as coincidências são poucas, não podendo assegurar que estas obras foram de facto usadas. Provavelmente foi utilizado algum texto analítico na verificação das datas, texto que pode ter partilhado algumas das entradas dos textos citados, mas que não lhes corresponderiam inteiramente. O testamento de Dinis e a documentação fundacional do mosteiro de Odivelas não foram consultados na redação da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, apesar de serem as únicas fontes citadas, pois não contêm a informação mencionada no texto. Contudo, a inclusão

à eleição da abadessa de Odivelas pode significar uma intervenção régia na eleição ocorrida em 1426, sendo a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* o registo de um poder de intervenção que era conhecido e utilizado, mas que não se encontrava ainda coligido.

Uma vez que a *Primeira Crónica Portuguesa* foi também o molde utilizado na composição do texto, pode talvez considerar-se que seja a fonte principal, tendo sido copiados segmentos integrais do seu texto. No entanto, uma vez que a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* se afasta de qualquer descrição narrativa, não pode ser considerada uma crónica, não partilhando, assim, a mesma tipologia textual da *Primeira Crónica Portuguesa*. A *Crónica Breve do Arquivo Nacional* foi compilada enquanto lembrança, redigida mediante uma conceção medieval de memória. O objetivo da sua composição é agir como autoridade da memória régia, delimitando os seus reinados e permitindo identificar quem procurava forjar essa autoridade.

Afonso Peres, escrivão da Torre do Tombo em 1429, época em que o único outro funcionário era o guarda-mor Fernão Lopes, é quem verifica os primeiros documentos copiados no Livro 4 de Inquirições de Afonso III. Ainda que seja o único nome que pode ser colocado perante uma hipótese de autoria, as provas de que tenha sido o autor da *Crónica Breve do Arquivo Nacional* são inconclusivas.

O testemunho do Livro 4 de Inquirições de Afonso III pode não ser o original. Ainda assim, devido às características históricas e linguísticas que apresenta, é provavelmente um registo direto e coevo, podendo ser considerada equivalente ao original. No entanto, era possivelmente mantida uma segunda cópia, utilizada para a função expressa no próêmio, de confirmar falsificações documentais. A refundição que se encontra no Tratado Geral de Nobreza pode ser um testemunho posterior e já muito alterado dessa segunda cópia. A existência de uma segunda cópia demonstraria que a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* manteve a sua utilidade e funcionalidade, sendo alterada conforme o pensamento de uma época posterior, mas não substituída. As cópias de António Brandão e de José de Cristo demonstram também que o texto se manteve relevante, sendo alvo de cópias e comentários ainda no século XVII.

## Referências Bibliográficas

### Manuscritos e documentos:

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, liv. 99, Livro da Noa. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=1457770>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso III, liv. 4. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4182580>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 8, maço. 3, n.º 8. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4660478>

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 15, maço. 9, n.º 25. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7764298>

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, ALC. 121, Miscelânea Histórica, António Brandão, ff. 91-94.

Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, M-FA-80, Tratado Geral de Nobreza, ff. 115r-116v.

Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 86, Miscelânea referida ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pp. 389-392.

### Edições:

AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues (ed.) — *Documentação de Sacho I: 1174-1211*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979.

BRANDÃO, António — *Monarquia Lusitana. Parte Terceira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973 (ed. fac-similada).

BRANDÃO, Francisco (ed.) — *Conselho, e Voto da Senhora Dona Felippa filha do Infante Dom Pedro, sobre as terçorias & guerras de Castella*. Lisboa: Oficina de Lourenço Anveres, 1643.

- CALADO, Adelino de Almeida (ed.) — *Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) — *Crónica Geral de Espanha de 1344* vol. 4. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951.
- CRUZ, António (ed.) — *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 2968.
- DORNELAS, Afonso de (ed.) — *Tratado Geral de Nobreza por António Rodrigues principal Rei de Armas «Portugal» de D. Manuel I*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931.
- FLOREZ, Enrique (ed.) — *España Sagrada. Theatro geographico-historico de la iglesia de España* Tomo XIV. Madrid: Oficina de Pedro Marin, 1796 (2ª edição). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k927603>
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.) — *Crónica Breve do Arquivo Nacional. Boletim de Trabalhos Históricos* Nº 37. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1986, pp. 191-206. [consultado a 14 de fevereiro de 2023] Disponível em: <https://www.amap.pt/r/file/368>
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (ed.) — *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de S. Cruz de Coimbra*. Lisboa, 2000.
- FONTÃO, Diana (ed.) — *Crónica Breve do Arquivo Nacional: os livros de inquirições e a historiografia do século XV*. Edição eletrónica no *Escritório Galego-Português Antigo*. Porto: Universidade do Porto, Instituto de Filosofia-SMELPS, 2022-2023. Disponível em: <https://corporacion.uah.es/egpa/index.php?action=CBAN>
- FRESCO, João; RÊPAS, Luís Miguel; GOMES, Saul António (ed.) — *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021.
- HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores* vol. 1, fasc. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856. Disponível em: [https://purl.pt/12270/4/cg-2698-a-13/cg-2698-a-13\\_item4/cg-2698-a-](https://purl.pt/12270/4/cg-2698-a-13/cg-2698-a-13_item4/cg-2698-a-)

13\_PDF/cg-2698-a-13\_PDF\_24-C-R0150/cg-2698-a-13\_0000\_capa-cap\_a\_t24-C-R0150.pdf

- HERCULANO, Alexandre (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines* vol. 2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1868. Disponível em: [https://purl.pt/12270/4/res-1795-a/res-1795-a\\_item4/index.html](https://purl.pt/12270/4/res-1795-a/res-1795-a_item4/index.html)
- MATTOSO, José (ed.) — *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. In *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série vol. II/1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- MOREIRA, Filipe Alves (ed.) — *Primeira Crónica Portuguesa*. In *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008, pp. 123-155.
- MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa (ed.) — *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra: Primeira Crónica Portuguesa*. In FRANCO, José Eduardo; FIOLEAIS, Carlos (dir.) — *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: primeiros textos de pré-história, história e heráldica* vol. 2. Maia: Círculo de Leitores, 2018, pp. 130-150.
- NUNES, José Joaquim (ed.) — *História Sumária dos Primeiros Seis Reis*. In *Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932, pp. 99-102.
- PIMENTA, Alfredo (ed.) — *Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crónicas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1948.
- RETA, José Oroz; MARCOS CASQUERO, Manuel A. (ed.), ISIDORO DE SEVILLA — *Etímulogias*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- VALDALISO CASANOVA, Covadonga; MOREIRA, Filipe Alves; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de; FURTADO, Rodrigo Miguel Correia Furtado (ed.) — *EdNoa: edição e estudo do Livro da Noa*. Edição eletrónica no [Escritório Galego-Português Antigo](#). Lisboa: Centro de História da Universidade do Lisboa / Centro de Estudos Clássicos da Universidade do Lisboa / Instituto de Filosofia da Universidade do Porto / Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2020-.



VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (ed.) — *Chancelaria de D. Afonso III*. Livro 1 vol. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. Disponível em: <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/57783>

#### **Estudos:**

ÁLVAREZ MÁRQUEZ, María del Carmen — Manuscritos de Copistas Hispanos (siglo XIV y primer tercio del XVI). In SANZ FUENTES, María Josefa; CALLEJA PUERTA, Miguel (coord.) — *Las escrituras góticas desde 1250 hasta la imprenta*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2010, pp. 51-106. Disponível em: [https://publicaciones.uniovi.es/catalogo/publicaciones/-/asset\\_publisher/pW5r/content/las-escrituras-goticas-desde-1250-hasta-la-imprenta-1?redirect=%2Fcatalogo%2Fpublicaciones](https://publicaciones.uniovi.es/catalogo/publicaciones/-/asset_publisher/pW5r/content/las-escrituras-goticas-desde-1250-hasta-la-imprenta-1?redirect=%2Fcatalogo%2Fpublicaciones)

AMOS, Thomas L. — *The Fundo Alcobaca of the Biblioteca Nacional, Lisbon*, vol. 1: Manuscripts 1-150. Collegeville: Hill Monastic Manuscript Library, 1988. Disponível em: <https://archive.org/details/HMMLAlcobaca1>

AZEVEDO, Pedro A. d'; BAIÃO, António — *O Archivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livres, 1905. Disponível em: <https://archive.org/details/oarchivodatorred00azevuoft>

BARROS, Clara — Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais. In DUARTE, Isabel Margarida; MATOS, Sérgio; HÜSGEN, Thomas (coord.) — *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* vol. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 131-139. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18058>

BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV*. Lisboa: Hugin, 1998.

- BARROS, Maria Filomena Lopes de — The Muslim Minority in the Portuguese Kingdom (1170-1496): identity and writing. *eJournal of Portuguese History* vol. 13 Nº 2. Providence: Brown University, 2015, pp. 18-35. [consultado a 15 de fevereiro de 2023] Disponível em: [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue26/pdf/v13n2a02.pdf](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue26/pdf/v13n2a02.pdf)
- BARROS, Maria Filomena Lopes de — Identificação de um país: a vivência muçulmana sob domínio cristão. In CAETANO, Joaquim Oliveira; MACIAS, Santiago (coord.) — *Guerreiros e Mártires: a cristandade e o islão na formação de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020, pp. 124-131.
- BASTO, Artur de Magalhães — Uma obra de Fernão Lopes até agora desconhecida? In *Estudos: Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959, pp. 353-357. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=XWptrKowulYC&lpg=PP1&hl=pt-PT&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>
- BASTO, Artur de Magalhães — A «Rrenembrancha» dos Reis da «Torre do Tombo Real». In *Estudos: Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959, pp. 347-352. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=XWptrKowulYC&lpg=PP1&hl=pt-PT&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>
- BAUTISTA, Francisco — Breve Historiografía: listas regias y Anales en la Península Ibérica (siglos VII-XII) . *Talia Dixit* Nº 4, 2008, pp. 113-190. [consultado a 1 de março de 2023] Disponível em: <https://publicaciones.unex.es/index.php/TD/article/view/213/258>
- BAUTISTA, Francisco — Original, Versiones e Influencia del *Liber Regum*: estudio textual y propuesta de *stemma*. *e-Spania* revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes Nº 9, 2010. [consultado a 22 de fevereiro de 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.4000/e-spania.19884>

- BERGNER, Heinz — The pragmatics of medieval texts. In STEIN, Dieter (coord.) — *Cooperating with written texts: the pragmatics and comprehension of written texts*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992, pp. 163-178.
- BRANCO, Maria João Violante — *D. Sancho I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- CARRUTHERS, Mary — *The Book of Memory: a study of memory in medieval culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (2ª edição).
- CATÁLAN MENENDÉZ-PIDAL, Diego — *De Alfonso X al Conde de Barcelos: Cuatro Estudios Sobre el Nacimiento de la Historiografía Romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos, 1962.
- CEPEDA, Isabel Vilares — *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa: subsídios*. Lisboa, Ministério da Cultura; Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley — Introdução. *Crónica Geral de Espanha de 1344* vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley — Recensão Crítica de *A Tese de Damião de Góis em Favor de Fernão Lopes. A posição da «Crónica de Cinco Reis» em Face dessa Tese*. In BASTO, Artur de Magalhães — *Estudos: Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959, pp. 549-562. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=XWptrKowulYC&lpg=PP1&hl=pt-PT&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>
- COELHO, Maria Helena da Cruz — *D. João I*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- COROMINAS, Joan — *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* vol. 2. Madrid: Editorial Gredos, 1980.
- DEROLEZ, Albert — *The Palaeography of Gothic Manuscript Books*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- DAVID, Pierre — *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa: Livraria Portugália Editora; Paris: Société d'édition «les Belles Lettres», 1947.
- DIAS, Isabel de Barros — Linhagens imaginadas e relatos fundacionais desafortunados. In TOMASSETTI, Isabella (coord.) — *Avatares y Perspectivas del Medievalismo Ibérico*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2019, pp. 181-205.
- DIAS, José João — Portugal e a vulgarização da datação do ano pelo modo corrente. *História, Paleografia e Diplomática* Nº 6, 2018, pp. 11-14. [consultado a 21 de março de 2023] Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/119510>
- FERNANDES, Hermenegildo — *Sancho II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- FERREIRA, Maria do Rosário — *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*. Porto: Estratégias Criativas, 2019.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da — Crónica Breve do Arquivo Nacional. *Boletim de Trabalhos Históricos* Nº 37. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1986, pp. 191-206. [consultado a 14 de fevereiro de 2023] Disponível em: <https://www.amap.pt/r/file/368>
- GARRIDO MARTÍN, Blanca — *La Atalaya de las Corónicas (1443) de Alfonso Martínez de Toledo: edición crítica y estudio lingüístico*. Sevilla: Departamento de Lengua Española, Lingüística y Teoría de la Literatura, 2016. Dissertação de Doutoramento. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/46219>
- GOMES, Saul António — Inquirições, Confirmações e Registos de Chancelaria Régia Portuguesa: notas para o seu estudo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* Nº 12. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012, pp. 147-163. [consultado a 16 de fevereiro de 2023] Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39428/1/Inquiricoes%2C%20confirmacoes%20e%20registos%20da%20chancelaria.pdf>
- GOMES, Saul António — D. Dinis e a fundação do Mosteiro de Odivelas. In FRESCO, João; RÊPAS, Luís Miguel; GOMES, Saul António (ed.) — *Mosteiro de Odivelas*:

*documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021, pp. 25-49.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho — O Desembargo Régio (1320-1433). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985. Dissertação de Doutoramento. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13225>

JACOBS, Andreas; JUCKER, Andreas H. — The historical perspective in pragmatics. In JUCKER, Andreas H. (coord.) — *Historical Pragmatics. Pragmatic Developments in the History of English*. Amsterdam: Benjamins, 1995, pp. 1-33.

JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes — Introducción: Lengua, texto y cambio lingüístico en la Edad Media iberorrománica. In JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (coord.) — *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical; pragmática histórica; metodología*. Frankfurt: Vervuert Verlag; Madrid: Iberoamericana, 2001, pp. VII-XVIII.

JARDIN, Jean-Pierre — El modelo alfonsí ante la revolución trastámara: los sumarios de crónicas generales del siglo XV. In MARTIN, Georges (coord.) — *La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2000, pp. 141-156. Disponível em: <https://books.openedition.org/cvz/2183#ftn6>

JARDIN, Jean-Pierre — Sommes et chroniques castillanes du XIVE siècle. Une historiographie ignorée? *e-Spania* revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes N° 6, 2008. [consultado a 18 de maio de 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.4000/e-spania.17463>

KABATEK, Johannes — ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (coord.) — *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical; pragmática histórica; metodología*. Frankfurt: Vervuert Verlag; Madrid: Iberoamericana, 2001, pp. 97-132.

- KABATEK, Johannes — Tradição discursiva e gênero. In LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana — *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 579-588. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-42.pdf>
- KRUS, Luís — *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (coord.) — *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 175-176.
- LEITE, Mariana — Uma vida em cartas: Branca de Portugal, Senhora das Huelgas de Burgos, no prelo.
- LISBOA. Biblioteca Nacional — *Inventário dos Códices Alcobacenses*, tomo II. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1930.
- MACHADO, José Pedro — *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1952.
- MARTIN, Georges — Compilation (Cinq procédures fondamentales). *Annexes des Cahiers de linguistique hispanique médiévale*, Histoires de l'Espagne médiévale (historiographie, geste, romancero), vol. 11, 1997, pp. 107-121. [consultado a 18 de maio de 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.3406/cehm.1997.2184>
- MATTOSO, José — Anais. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (coord.) — *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 50-52.
- MATTOSO, José — A transmissão textual dos Livros de Linhagens. In *Naquele Tempo: ensaios de história medieval*. Maia: Círculo de Leitores, 2009, pp. 267-283.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro — Na Génese da *Primeira Crónica Portuguesa*. *Medievalista* Nº 6, 2009. [consultado a 22 de fevereiro de 2023] Disponível em: <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/359>
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro — Do *Liber regum* em Portugal antes de 1340. *e-Spania* revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes Nº 9,

2010. [consultado a 22 de fevereiro de 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.4000/e-spania.19315>
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro — Sobre a Cultura Escrita no Portugal Medieval: a propósito da versão portuguesa de *A Escada de Maomé*. In MENDES, Fernanda Pereira (ed.) — *Livro da Escada de Maomé*. Porto: Estratégias Criativas, 2022, pp. 11-25.
- MOREIRA, Filipe Alves — *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.
- MOREIRA, Filipe Alves — *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de Doutoramento. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/51635/2/tesedoutfilipemoreira000116652.pdf>
- MOREIRA, Filipe Alves — Os Sumários de Crónicas Portugueses: textos, contextos, paratextos. *Cahiers d'études hispaniques médiévales* Nº 35, 2012, pp. 79-92. [consultado a 14 de fevereiro de 2023] Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-d-etudes-hispaniques-medievales-2012-1-page-79.htm>
- MOREIRA, Filipe Alves; FERREIRA, João Paulo Martins — Introdução. *Portugaliae Monumenta Historica. Livro de Linhagens do Deão*. Nova Série, vol. XI. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2019-2020, pp. XIII-LXII.
- MOREIRA, Filipe Alves; PAOLINELLI, Luísa — IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra: a primeira crónica portuguesa. In FRANCO, José Eduardo; FIOLEAIS, Carlos (dir.) — *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: primeiros textos de pré-história, história e heráldica* vol. 2. Maia: Círculo de Leitores, 2018, pp. 13-35.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa — *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (Século XIII a XV)*. Coimbra: Acta universitatis conimbrigensis, 2001.
- PORTO. Biblioteca Pública Municipal — *Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto: Indice preparatorio do Catalogo dos Manuscritos*, 1º fascículo:

- Membranaceos. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1880. Disponível em: <https://archive.org/details/catalogodabiblio00bibluoft/mode/2up>
- RAU, Virgínia — *A Torre do Tombo em 1631*. Lisboa: Bertrand, 1945.
- REGLERO DE LA FUENTE, Carlos M. — Las “señoras” de las Huelgas de Burgos: infantas, monjas y encomenderas. *e-Spania* revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes Nº 24, 2016. [consultado a 2 de março de 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.4000/e-spania.25542>
- RÊPAS, Luís Miguel — As Abadessas Cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajetórias individuais ou familiares. *Lusitânia Sacra* 2ª série Nº 17, 2005, pp. 63-91. [consultado a 10 de março de 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2005.6994>
- RÊPAS, Luís Miguel — Entre o Mosteiro e a Cidade: o recrutamento social das “donas” de Odivelas. In Krus, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) — *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 232-238.
- RÊPAS, Luís Miguel — As Abadessas e as Monjas do Mosteiro de Odivelas no tempo de D. Dinis. In FRESCO, João; RÊPAS, Luís Miguel; GOMES, Saul António (ed.) — *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021, pp. 51-77.
- RÊPAS, Luís Miguel — Esposas de Cristo: as comunidades cistercienses femininas na idade média vol. 2, tomo 2. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2021. Dissertação de Doutoramento.
- RIBEIRO, Fernanda — O Acesso à Informação nos Arquivos Parte I: o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Dissertação de Doutoramento. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>
- RIBEIRO, Fernanda — Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)? In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS,



- Maria Fernanda Ferreira (coord.) — *Os Reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1401-1414. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1240.pdf>
- RIBEIRO, João Pedro — *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*. Lisboa: Impressão Régia, 1815. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriasparahist00ribe/page/nundefined/mode/1up>
- SHARRER, Harvey L. — Translation, Adaptation and ‘Plagiarism’ in the *Tratado Geral de Nobreza*, Attributed to António Rodrigues, Portugal King of Arms (Part 1). *eHumanista: Journal of Iberian Studies* Nº 31, 2015, pp. 233-252. [consultado a 26 de maio de 2023] Disponível em: [https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7\\_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume31/ehum31.ms.sharrer.pdf](https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume31/ehum31.ms.sharrer.pdf)
- SILVA, Manuela Santos — *A Rainha Inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre*. Maia: Círculo de Leitores, 2012.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de — *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de — Introdução. *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Nova Série, vol. IV/2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015, pp. V-XXXIII
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e — *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- SPIEGEL, Gabrielle M. — Genealogy: form and function in medieval historical narrative. *History and Theory* vol. 22, Nº 1, 1983, pp. 43-53.
- TORRENS, María Jesús — La paleografía como instrumento de datación: La escritura denominada «littera textualis». *Cahiers de linguistique hispanique médiévale* Nº

20, 1995, pp. 345-380. [consultado a 15 de fevereiro de 2023] Disponível em:  
[https://www.persee.fr/doc/cehm\\_0396-9045\\_1995\\_num\\_20\\_1\\_940](https://www.persee.fr/doc/cehm_0396-9045_1995_num_20_1_940)

VARANDAS, José — «Bonus rex» ou «rex inutilis». As periferias e o centro: redes de poder do reinado de Sancho II (1223-1248). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. Dissertação de Doutoramento. Disponível em:  
<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/593>

VENTURA, Leontina — A Nobreza na corte de Afonso III. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. Dissertação de Doutoramento.

VENTURA, Leontina — *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

WENZEL, Siegfried — Reflections on (New) Philology. *Speculum* Nº 65, 1990, pp. 11-18.

WHITE, Hayden — The value of narrative in the representation of reality. *Critical Inquiry* Nº 7, 1980, pp. 5-27.

## Anexos

### Breve introdução à edição

Embora existam já várias edições do texto da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, é ainda relevante adicionar uma nova edição que se distinga pelos seguintes motivos: a utilização de critérios de editoriais claros e uniformes, por um lado, e uma melhor atenção a alguns fenómenos de correção que ocorreram no manuscrito, permitindo outras lições para além das leituras já conhecidas, por outro. Tornou-se ainda necessária uma edição nova que não procure corrigir as anteriores, ao contrário do que tem vindo a ser feito, levando a alguma confusão quanto aos critérios editoriais e à apresentação do aparato crítico.

Por estes motivos, e a par da edição digital já disponibilizada na base de dados EGPA<sup>266</sup>, esta edição foi realizada com o objetivo de permitir a leitura da CBAN com alguma regularização ortográfica, de forma a facilitar o acesso ao texto e a complementar o estudo realizado nesta dissertação. Apesar de editar um manuscrito único, esta edição assume alguns aspetos de uma edição crítica, uma vez que foram tomadas opções não apenas quanto à regularização, mas também nos casos em que a leitura foi dificultada pelo manuscrito.

O testemunho editado é exclusivamente o que se encontra no Livro 4 de Inquirições de Afonso III, tendo sido considerado que os três testemunhos posteriores

---

<sup>266</sup> Atendendo à necessidade de uma edição na qual fossem tidos em conta todos os fenómenos paleográficos e codicológicos observáveis nas quatro versões conhecidas da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, foi também realizada uma edição digital destes textos. Esta edição tem características e objetivos distintos da edição aqui anexada. Neste caso, foi realizada uma transcrição paleográfica que identificasse todas o máximo de atributos identificáveis no manuscrito, como marcas de pausas, traços supralineares, manchas, correções, etc. Foram assinalados aspetos linguísticos, codicológicos e paleográficos de forma a facilitar novos estudos mediante distintas metodologias, realizando-se um levantamento sistemático, exaustivo e o mais conservador possível, sem regularizar o texto. Esse trabalho pode ser consultado em: FONTÃO, Diana (ed.) — *Crónica Breve do Arquivo Nacional...*, disponível em: <https://corpora.uah.es/egpa/index.php?action=CBAN>.

consistiam em duas cópias deste e numa refundição, com lições próprias que não advêm da consulta de um original distinto.

Os critérios e convenções adotados na edição foram os seguintes:

### **Abreviaturas**

As abreviaturas foram desenvolvidas e essa opção foi assinalada em *itálico*.

### **Vogais**

- As variantes alográficas de <i> (i, j, y) e de <u> (u, v) foram grafadas de acordo com a norma atual.
- As vogais duplas foram mantidas.
- Os ditongos orais foram grafados de acordo com a lição do manuscrito.
- Vogais nasais:
  - Em sílaba anterior, antes de consoante, a nasalidade foi assinalada com <m> ou <n>, de acordo com o uso atual da língua.
  - A nasalidade foi assinalada com til na penúltima vogal do grupo vocálico, de acordo com a tendência de evolução da língua, independentemente da colocação do til observada no manuscrito. Ex: *uũ* passou a *ũu*; *uã* passou a *ũa*.
  - Foram corrigidos os casos em que o til se apresenta deslocado. Ex: *irmãõ* passou a *irmãao*.
  - Em sílaba final, a nasalidade é assinalada com <m>, de acordo com o *usus scribendi* do manuscrito. Deste modo, *mencõ* passou a *mençom*, com exceção para os casos em que o til ocorre no manuscrito e se conserva na tradição escrita posterior. Ex: *irmã*.

### **Consoantes**

- A consoante fricativa palatal sonora /ʒ/ é grafada de acordo com a norma atual. Deste modo, *igreia* passou a *igreja*.

- Foi retirado o <h> em posição inicial ou intermédia, sempre que não possua valor etimológico nem contribua para a representação de qualquer fonema.
- As consoantes dobradas foram simplificadas, exceto no caso da vibrante múltipla (*rr*) e da sibilante surda (grafada *ss*) em posição intervocálica.
- A sibilante surda intervocálica grafada com um só <s> foi mantida quando assim ocorre no manuscrito. Ex: *saseenta*.
- Foi eliminado o til e acrescentado um <h> quando, no manuscrito, <ñ> ocorre com valor de /ɲ/. Nos casos em que não tem significado abreviativo, apenas o til foi eliminado. Ex: *señor* passou a *senhor*; *año* passou a *ano*.

### **Aspetos morfológicos**

- As palavras foram separadas e unidas de acordo com o uso atual.
- Foram mantidas as formas variáveis dos nomes próprios.

### **Maiúsculas, pontuação e diacríticos**

- Foram usadas maiúsculas nos nomes próprios, de lugares, de meses e em início de frase.
- Foi utilizado apóstrofo quando há elisão vocálica.

### **Outros aspetos**

- As correções entrelinhadas aparentemente por mão coeva no manuscrito foram integradas no texto crítico. Já as de mão posterior foram eliminadas.
- Não foram integradas as notas corretivas, de mão posterior.

### **Apresentação do texto e do aparato crítico**

- As emendas efetuadas foram assinaladas no próprio corpo do texto por meio de *itálico*.
- A substituição de grafemas foi indicada em *itálico*, constando em nota a forma que ocorre no manuscrito.

- Foram assinalados em nota os casos em existiria uma lição distinta, raspada pelo corretor e substituída por outra.

## **Edição da *Crónica Breve do Arquivo Nacional***

Esta é a renenbrança dos reis que forom destes regnos de Portugal e do Alguarve des o começo do conde Dom Anrriqui ataa esta presente Era que ora corre do nacimiento de nosso senhor Jhesu Cristo<sup>267</sup> de mil e quatroçentos e viinte e nove anos. A qual renenbrança serve a prol porque muitas vezes mostram, perante el rei nosso senhor e perante os seus juízes, algũas doaçõoes e outras escripturas que fazem em perjuizo dos dereitos e coussas da coroa dos regnos, fazendo taaes cartas de doaçõoes e escripturas mençom que forom outorgadas per ãu rei o qual, segundo a dada dessa escriptura, ja era finado. E pera tirar estas duvidas aproveitam muito estas Eras porque em elas faz mençom quando cada ãu rei começou de regnar e quando se finou e onde jaz sepultado. E estas Eras forom escriptas çertamente sabendo se primeiro a verdade do que em elas é conteudo, as quaaes aqui som escriptas na maneira que se segue e per elas logo se pode saber a escriptura que nom for verdadeira.

O conde Dom Anrriqui que foi cassado com a rainha Dona Tareija Afomso, filha d'el rei Dom Afomso de Castela, este conde Dom Anrriqui se finou em Estorga do regno de Liom. E jaz sepultado na See da igreja de Bragaa. E finou se no dicto logar d'Estorga na Era de mil e çento e çinquenta anos.

El rei Dom Afonso Anrriquiz foi filho do sobredicto conde Dom Anrriqui e da rainha Dona Tareija. Este rei foi cassado com a rainha Dona Mafalda, filha do conde Dom Afomso de Moliana, filho d'el rei Dom Afonso de Castela. E ouve dela estes filhos: o ifante Dom Sancho e a ifante Dona Orraca que foi casada com el rei Dom Fernando de Castela, e a ifante Dona Tareija, que foi casada com o conde de Frandes. Este rei naçeo na Era de mil e cento e triinta e dous anos. E finou se em a çidade de Coinbra seis dias de Dezenbro Era de mil e dozentos e viinte e dous anos. E asi foi sua vida noventa e ãu

---

<sup>267</sup> xpo

anos. E jaz sepultado no seu moesteiro de Sancta Cruz da dicta çidade de Coimbra *que* el fundou e acabou aa sua custa.

El rei Dom Sancho, filho do sobredito rei Dom Afonso Anrriquiz, este foi casado *com* a rainha Dona Doce<sup>268</sup> filha d'el rei d'Aragom. E ouve dela o infante Dom Sancho e o ifant Dom *Pedro* e o ifante Dom Fernando, *que* foi conde de Frandes, e o ifante Dom Anrriqui e a ifante Dona Mafalda, *que* foi casada *com* el rei Dom Anrriqui de Castela, e a ifante Dona Sancha *que* foi governador do moesteiro de Lorvãao e a ifante Dona Branca *que* morreo na Auga d'Alfajar e jaz soterrada no dicto moesteiro de Sancta Cruz de Coimbra e a ifante Dona Tareija *que* foi casada *com* el rei Dom Afomso de Liom *que* era sobrinho desse rei Dom Sancho, filho de sua irmãã. E finou se esta rainha Dona Doce<sup>269</sup> e entom filhou el rei ãa dona, de *que* se *nom* pode saber o nome, e ouve dela Dom Martim Sanchez e Dona Orraca Sanchez. E finou se esta Dona e filhou Dona<sup>270</sup> *Maria* Pãaez Ribeira, a *que* ele deu Vila de Conde, e ouve dela Dona Tareija Sanchez e Dom Gil Sanchez e Dona Costança Sanchez e Dom Rui Sanchez. Este rei naçeo onze dias de Novembro da Era de mil e çento e noventa e dous anos. E viveo çinquenta e oito anos. E finou se na Era de mil e dozentos e *quareenta* e nove anos. E jaz soterrado no moesteiro de Sancta Cruz de Coimbra junto com seu padre el rei Dom Afonso.

El rei Dom Afonso filho do dicto rei Dom Sancho foi casado *com* a rainha Dona Orraca filha d'el rei Dom Afonso de Castela. E ouve dela o infante Dom Sancho e o ifante Dom Afonso *que* foi conde de Belonha e o ifante Dom Fernando e a ifante Dona Lianor. Este rei naçeo oito dias d'Abril da Era de mil e dozentos e viinte e quatro anos e finou se na Era de mil e dozentos e saseenta e ãu. E asi viveu<sup>271</sup> trinta e sete anos. E jaz soterrado *em* o seu moesteiro d'Alcobaça.

---

<sup>268</sup> Originalmente terá sido escrito Aldonça, tendo o nome sido raspado e reescrito como Doce, sendo possível ver ler ainda o final do nome: *ça*.

<sup>269</sup> Originalmente terá sido escrito Aldonça, tendo o nome sido raspado e reescrito como Doce, sendo possível ver ler ainda as seguintes letras: *a\*\*\*\*ç\**.

<sup>270</sup> Dana.

<sup>271</sup> O <u> final parece ter sido raspado devido a correção da data que se segue.

El rei Dom Sancho, *que* foi chamado capelo, filho do sobredito, este se cassou com ãa Dona a *que* chamavam Miçia Lopez per seu conselho. Este rei, por algũas cousas *que* fez em perjuizo dos direitos do regno e da justiça, os *prelados* sopricarom ao papa, e os fidalgos e conçelhos, e por elo ordenou o papa, a *requirimento* dos sobredictos, *que* viesse o conde Dom Afonso de Belonha, seu irmãoo, *governar* estes regnos de Portugal e do Algarve. E este rei Dom Sancho regnou em Portugal viinte e quatro anos. E foi se *pera* Castela e alo andou dous anos. E finou se *em* Toledo na Era de mil e dozentos e oiteenta e çinqui anos. E jaz soterrado na See de Toledo *que* ele fez acabar aa sua custa.

El rei Dom Afonso *que* foi conde de Belonha, irmãoo *que* foi do sobredito, este foi cassado com a rainha Dona Beatriz filha d'el rei Dom Afonso de Castela. E ouve dela a ifante Dona Branca *que* foi senhora das Olguas de Burgos e o ifante Dom Denis e o ifante Dom Afonso e a ifante Dona Sancha, *que* morreo *em* Sevilha e jaz em Alcobaça, e outros dous filhos *que* morrerrom *pequenos* e ãu jaz em Alcobaça e outro em o *moesteiro* de Sam Viçente de Fora. Este rei regnou ataa dezesete dias de Fevereiro da Era de mil e trezentos e dezesete anos. E assi regnou triinta e dous anos. E jaz *em* o seu *moesteiro* d'Alcobaça.

El rei Dom Denis filho do sobredito foi cassado com a rainha Dona Isabel filha d'el rei Dom Pedro d'Aragom. E ouve dela a ifante Dona Costança, *que* foi casada com el rei Dom Fernando de Castela, e o ifante Dom Afonso *que* foi cassado com a ifant Dona Beatriz, irmãa do *dicto* rei Dom Fernando de Castela. Este rei começou de regnar na *sobredita* Era de trezentos e dezesete anos. E finou se sete dias de Janeiro da Era de mil e trezentos e seseenta e tres anos. E asi regnou *quareenta* e seis anos. E jaz sepultado *em* o seu *moesteiro* de Sam Denis d'Odivelas *dapres* da çidade de Lixboa *que* el fez de todo aa sua custa. E reteve *pera* si e *pera* todos *seus* sobçesores o *consentimento* da *inliçom* *que* fezesem das abadesas *quando* algũa *ouvesem* d'enleger *em* abadesa desse *moesteiro*, e asi é *conteudo* *em* seu *testamento* e *ordenaçom* do *dito* *moesteiro*.